

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
DEPARTAMENTO DE LETRAS



Estudo Etnográfico, Cultural e Linguístico da Cidade
de Beja

MARIANA DO CARMO RIBEIRO CORREIA

Covilhã, 2009

Estudo Etnográfico, Cultural e Linguístico da Cidade de Beja

Orientadores:

Professor Doutor António dos Santos Pereira

Professor Doutor Paulo Osório

Dissertação de 2.º Ciclo em Estudos Artísticos, Culturais, Linguísticos e Literários conducente ao grau de Mestre, apresentada à Universidade da Beira Interior.

Resumo

Este trabalho realizou-se no âmbito do *Curso de Mestrado em Letras (Estudos Artísticos, Culturais, Linguísticos e Literários)*, e constituindo o estudo da cidade de Beja a partir do seu património histórico, cultural e linguístico.

Apresentamos o conceito de património como o conjunto de elementos específicos que definem a personalidade e identidade cultural de um povo, comunidade ou região. Estas especificidades explicam-se pelos acontecimentos e condicionantes da sua história. Assim, começámos pelo estudo do património histórico que parte da investigação sobre a origem do nome da cidade que de *Bágia* passou a *Bégia* ou *Beegia*, e dos diferentes povos que a habitaram, numa sequência de ocupação e dominação: povos do sudoeste peninsular, romanos, visigodos, árabes que nos deixaram um rico património arquitectónico, desde o plano urbanístico às construções civis, religiosas e militares que foram estudadas e registadas.

Após a Reconquista Cristã foi muito interessante conhecer o que, a pouco e pouco, foi sendo legislado, através do estudo dos forais que nos informam sobre a organização dos vários sectores de actividade das populações e da administração pública.

No que respeita ao património cultural, partimos da definição de Cultura numa perspectiva global, sendo que cada cultura é uma unidade em si mesma; e estabelecemos as fronteiras entre costume e comportamento, compreendendo o costume como uma acumulação de condutas ditadas pelas tradições as quais, quando cristalizadas nas instituições e nos costumes são como uma linguagem através da qual se filtram os nossos conceitos filosóficos e perspectivas morais. As nossas concepções de verdadeiro e falso e os nossos valores individuais e colectivos são, igualmente, modelados pelo costume.

No plano teórico, abordámos o conceito de integração de culturas, encarando o estudo da cultura não como uma colecção de costumes, tradições, ritos, celebrações, comportamentos ou ocorrências, mas como elementos culturais que formam um conjunto integrado e congruente. Partindo para o campo da aplicação prática daqueles conceitos, descrevemos as tradições de Beja e a análise da actividade económica mais importante que é a Agricultura.

No aspecto linguístico, fizemos o levantamento das especificidades mais relevantes. Efectuámos uma abordagem sociolinguística e a análise do sociolecto bejense. Finalmente, por considerarmos relevante a sua inclusão na dissertação, apresentamos um estudo do Cante Alentejano.

Índice

INTRODUÇÃO	3
<i>O CHEIRO DAS CIDADES TORNA AS PESSOAS LIVRES.....</i>	3
CAPÍTULO I. PATRIMÓNIO HISTÓRICO.....	6
1. Uma Abordagem do Conceito de Património.....	6
2. História da Cidade de Beja	9
2.1. A Origem do Nome	9
2.2. Os Povos do Sudoeste.....	10
2.3. Beja Romana	12
2.4. A Presença Visigótica	16
2.5. A Arte Visigótica.....	18
2.6. O Bispado Visigótico	19
2.7. Beja Muçulmana	20
3. Os Foros Pacenses	27
3.1. Os Forais Novos de D. Manuel I	31
4. Beja e a Infanta D. Beatriz.....	34
5. O Património Arquitectónico	35
5.1. O centro Histórico de Beja	35
5.2. A Mouraria.....	40
5.3. A Judiaria.....	41
5.4. Monumentos Religiosos	44
CAPÍTULO II. CULTURA	55
1. Uma Perspectiva Global.....	56
2. Costume e Comportamento.....	56
3. Integração de Culturas	63

4. As Tradições Pacenses	65
5. A Actividade Agrícola	72
5.1. A Agricultura e a Propriedade da Terra	73
5.2. As Classes de Trabalhadores Agrícolas	75
CAPÍTULO III. O FALAR DE BEJA	77
1. Uma Abordagem Sociolinguística	78
2. Análise do Dialecto Pacense.....	83
3. O Cante Alentejano.....	87
CAPÍTULO IV. CONCLUSÃO.....	92
CAPÍTULO V. BIBLIOGRAFIA.....	94
REVISTAS.....	96
ARQUIVO DE BEJA.....	96

Aos meus professores

Beja

Outras terão talvez outro esplendor
A cidade de Beja é mais discreta
Sua beleza é interior
Como de página secreta

Em Beja não vereis o arrebique,
A sua escrita é mais sem ornamento.
Estética do recato. Poesia que
Vem de dentro

Onde outras serão excesso Beja é pouco
Mais de sombra que sol é seu circuito.
Procurai no recanto e no reboco
Vereis então que Beja é muito

(Manuel Alegre¹)

¹ - In Andrade E., *Alentejo Não Tem Sombra*, Antologia...

Introdução

O cheiro das cidades torna as pessoas livres

(Aforismo medieval de autor desconhecido)

Vários factores influenciaram a escolha do tema Estudo Etnográfico, Cultural e Linguístico da Cidade de Beja. Os gregos viviam em comunidades urbanas onde cidadania era sinónimo de urbanidade. As civilizações progrediam e manifestavam-se, sobretudo, nas e pelas cidades, uma vez que o trânsito das mercadorias, das filosofias e das religiões tinha estas como suporte. A própria cristianização seguiu as vias da romanização, de cidade em cidade, e os espaços não cristianizados eram chamados pagãos de *pagus*, com significado de rural (relativo ao campo).

Com a concentração humana em cidades, elas transformam-se em sedes de decisão política e administrativa, centros de produção, troca e difusão de bens de consumo e bem assim pólos de desenvolvimento cultural e educativo.

Os estudos demográficos indicam que mais de dois terços da população mundial vive nas cidades; elas são núcleos catalisadores de desenvolvimento através do turismo; competem umas com as outras na divulgação de indicadores de qualidade para atrair muitos visitantes e se tornarem centros de convivência cada vez mais agradáveis e humanizados, procurando satisfazer as exigências de natureza cultural, sanitária e estética, quer dos que nelas habitam, quer daqueles que as visitam. Independentemente de uma reduzida elite que procura no espaço rural a satisfação das suas necessidades de natureza cultural e espiritual, as cidades vão continuar a ser uma fatalidade para a maioria da população que apenas nelas encontra o seu posto de trabalho, pelo que só lhes resta melhorar a qualidade de vida no seu interior.

Efectivamente, os seres humanos quando atraídos, solicitados ou forçados a viver juntos (conviver) conspiram (com-respirar) uns contra os outros numa dinâmica de luta pelo poder; sofrem influências recíprocas; inventam uma linguagem e criam dialectos e gírias que os identificam em relação ao lugar, ao estatuto social e à

ocupação profissional e também quanto ao grupo de referência associativo, etc., construindo estilo de vida próprio de uma comunidade. Fabricam artefactos utilitários e decorativos. De todas as maneiras, registam no plano tangível e no intangível, como carimbos, as marcas da sua passagem colectiva pelo espaço e pelo tempo.

O segundo aspecto a considerar prende-se com a razão de termos escolhido precisamente a cidade de Beja. E esta escolha resulta da situação de eu ter sido colocada como professora de Espanhol numa das escolas da cidade o que coincidiu com o início do tempo disponível para a entrega da dissertação. Acontece que o tema da formação das cidades, enquanto comunidades organizadas, era, desde as aulas de História no Ensino Secundário, um tema que me apaixonava. Assim sendo esta cidade, dada a sua riqueza cultural, etnográfica e histórica iria ser um objecto de investigação muito motivador. Esta cidade muito ao sul do Tejo, para mim, estava rodeada de mistério, parecia que dormitava no tempo longo e lento, tal como a longa e lenta planície alentejana, quando cá cheguei

Propus-me deitar mãos ao trabalho e estava encontrado o título: Cidade de Beja – Património Histórico-Cultural e Linguístico seria o objecto da minha dissertação. Na procura e recolha de informação, organizei a minha investigação, sujeitando-a aos seguintes capítulos: o primeiro versa sobre a definição de cultura como o acervo de elementos mais ou menos perenes ou pelo menos que resistem ao tempo e dão conta dos constructos, artefactos, valores de natureza tangível ou intangível, elaborados, inventados, fruto da criatividade humana na sua vivência colectiva, numa dada ocupação do território. Tratarei de esclarecer e aclarar o termo e de o tornar um conceito instrumental para enquadrar todos os restantes capítulos, sendo o marco teórico do trabalho.

O segundo capítulo incide sobre a História da Cidade de Beja. Insistimos mais na história e progresso dos povos; estudamos as suas características ao longo do tempo, indagamos desde as origens até ao presente. Averiguámos como é que eles se foram acercando, se instalaram, implementaram e consolidaram os seus modos de vida; de que maneira se defenderam e atacaram os agressores ou inimigos, criaram as suas leis e se organizaram à roda das suas pretensões e ideologias; e como satisfizeram as suas necessidades, lutaram pela autonomia, uma vez consolidadas definitivamente as suas posições relativas... Enfim, como lutaram pela emancipação e rejeição dos poderes atávicos e despóticos dos opressores. Abordaremos também a especificidade da aculturação dos vários povos que por aqui passaram e permaneceram: umas vezes as lutas resultaram na exclusão do vencido, outras, na sobreposição sobre o mesmo e, quando as necessidades o impunham, numa aceitação e convivência mais ou menos suave que resultou numa inclusão

multicultural, multirreligiosa e multirracial. Assim, desde os cananeus, egípcios, cartagineses, gregos, romanos, visigodos, mouros, berberes, tuaregues, todos passaram pela cidade, todos deixaram as suas marcas no território, na agricultura, na arte da guerra, na língua, na organização social, nos objectos e equipamentos. Beja tem as características de uma comunidade mestiça em todas as suas manifestações, já para não falar na *raça*. Passear pelas ruas desta cidade é fazer um longo périplo que vai do Algarve a Marrocos, passa pelo Egipto, pela Palestina e por todo o perímetro mediterrânico até Setúbal; encontraremos em cada transeunte um figurante da nossa viagem etnográfica.

No terceiro capítulo, com base nas obras de Paulo Osório, abordamos as variações linguísticas e as suas motivações; aproximamo-nos das várias teorias explicativas bem como das causas da variação linguística. Confirmamos que a Sociolinguística é uma ciência de contornos semanticamente equívocos em que várias disciplinas se entrecruzam; e analisamos a influência do Estruturalismo e do Funcionalismo na abordagem do problema nas suas vertentes diacrónica e sincrónica.

Capítulo I. Património Histórico

1. Uma Abordagem do Conceito de Património

Na sua origem o termo *património*, ficou ligado às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Por um fenómeno de transferência semântica e lexical, fala-se hoje de património genético, natural, jurídico, histórico, monumental, etc., designando um bem destinado ao usufruto de uma comunidade. Ele é formado pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos reunidos à volta do passado comum, tais como obras-primas das Belas Artes e das Artes Aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes.

Numa sociedade constantemente transformada pela mobilidade, a noção de património remete para uma instituição e uma mentalidade. Como instituição, nasce no final do século XVIII, com uma visão moderna de História e de Cidade, razão pela qual consideramos pertinente esta reflexão antes da apresentação da História da Cidade de Beja. É na época das Luzes que o património histórico, constituído pelas antiguidades, tem uma renovação iconográfica e conceptual. A ideia de um património comum a um grupo social, definidor de uma identidade e enquanto tal merecedor de protecção, concretiza-se através de práticas que ampliaram o círculo dos colecionadores e apreciadores de antiguidades, abrindo-se a novas camadas sociais e passando a ser prática comum a realização de exposições, vendas públicas, a edição de catálogos das grandes vendas e das colecções particulares.

Um dos primeiros actos jurídicos da Constituinte francesa de 1789 foi colocar os bens do Clero “à disposição da nação. Vieram em seguida os bens dos emigrados, depois os bens da Coroa”. Também em Portugal, com a revolução liberal de 1820 e a consequente secularização das ordens religiosas em 1834, como veremos adiante, no caso de Beja, os bens das ordens religiosas foram nacionalizados e vendidos aos particulares pela coroa.

A ideia de nação veio garantir o estatuto ideológico do património e foi o estado nacional que assegurou, através de práticas específicas, a sua preservação. Também

o aparecimento de ideias como direitos dos cidadãos, direito de representação, no âmbito de políticas democráticas determinou a mudança da noção de património. Esta passou a integrar um projecto mais amplo de construção de uma identidade nacional que impulsionou o processo de consolidação dos estados-nação modernos².

Inicialmente, o património histórico representado pelas edificações e objectos de arte foi o que mereceu maior atenção por se relacionar mais directamente com a vida de todos. Aos poucos, a noção de património histórico confunde-se com a de património cultural, de tal modo que uma visão inicial reducionista que enfatizava a noção do património nos aspectos históricos consagrados por uma historiografia oficial foi-se projectando numa nova perspectiva mais ampla que abarca o *cultural*, incorporando-o.

A extensão do conceito na abordagem do património cultural está relacionada com a adopção da própria definição antropológica de cultura como:

*tudo o que caracteriza uma população humana ou como o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social*³, ou ainda, como *todo o conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência*⁴,

inclusivé as formas de expressão simbólica desse conhecimento através das suas ideias, da construção de objectos e das práticas rituais e artísticas.

No âmbito internacional, durante as últimas décadas, delinearam-se alguns instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações relativas à protecção do património cultural, de tal maneira que as convenções e recomendações aprovadas pela UNESCO vêm enriquecer o Direito Internacional da cultura e os direitos internos com a elaboração de leis próprias no sentido dado por aquele organismo da ONU.

O facto de a noção de património cultural ser vaga e difícil de operacionalizar, originou inúmeras discussões teóricas no âmbito internacional e somente em 1982 a UNESCO conseguiu chegar a um acordo sobre a necessidade de uma definição mais abrangente para o conceito de cultura, que passa desde então a ser referenciada como:

*conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afectivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social (...) engloba, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças*⁵.

² Fonseca apud Santos, 2001.

³ *Ibidem*.

⁴ Bosi apud Santos 2001.

⁵ Gamarra, 1998: p.71; tradução livre.

A importância da protecção dos bens culturais é tal que a Carta das Nações Unidas não distingue hierarquicamente os direitos económicos, sociais e culturais, posicionando-os, ao mesmo nível, como factores que condicionam o desenvolvimento, a paz e a segurança entre os povos⁶. A UNESCO define o que é considerado como património cultural (Artº 1 da Convenção de 1972)⁷. Assim, cada região possui a sua especificidade geográfica, e o homem que nela se cria possui uma cultura particular que se explica pelos sucessos e condicionantes da sua história, o que constitui a sua personalidade e identidade cultural.

Na definição e caracterização da identidade cultural de um povo há que ter em conta, como elementos a analisar: o discurso oral, as lendas, as tradições, os rituais, os cantares, as danças, a gastronomia, o artesanato, os meios, técnicas e instrumentos de produção, o tipo de habitação, os meios de adaptação ao ambiente, os tipos de construção, a religião, o vestuário, a educação e formação das crianças e jovens. Tudo isto corresponde a uma maneira de viver, estar e sentir de um povo. Nem todos estes aspectos foram susceptíveis de ser analisados nesta dissertação, mas tão só aqueles que considerámos serem realmente característicos de Beja.

Através do estudo do património poderão estudar-se muitos valores inestimáveis, de grande interesse histórico ou simplesmente cultural e educativo que nos conduzem à compreensão dos períodos históricos que nos precederam, que nos ajudam a compreender psicologicamente certos usos e costumes, aspirações e tendências, preocupações e gostos dominantes dos habitantes de um determinado território, neste caso o da cidade de Beja. Contudo estamos limitados ao que chegou até nós, uma vez que *património é aquilo que uma dada geração considera dever ser deixado para o futuro*. Assim sendo, somos nós, no presente, que decidimos o que vai ser preservado e como chegará às gerações futuras, assumindo nós a responsabilidade e o dever de garantir as condições de conservação do *ambiente histórico*, o qual engloba quase tudo: paisagens, jardins, parques, sítios arqueológicos, edifícios medievais, palácios, arranha-céus dos anos 60, etc.

⁶ *Ibidem*: p.68.

⁷ Os **monumentos** – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os **conjuntos** – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os **locais de interesse** – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O aumento do bem-estar económico e a grande velocidade a que as mudanças ocorrem tornam o mundo volátil e etéreo, levando as pessoas a olhar para trás à procura de algo permanente, da memória do passado. Assim justificam-se, quanto ao património construído, medidas de identificação, caracterização, reconstrução, preservação, defesa e valorização, de forma que, a par do seu significado intrinsecamente sociocultural, possa também constituir uma riqueza para a valorização da economia:

*o património cultural de raiz humana exige esforços de espírito e objectivos equivalentes, pois as tradições tendem a esquecer, os hábitos deterioram-se, o artesanato avilta-se, os modos de vida e as atitudes tendem a uniformizar-se em consequência da mundialização, permitida pelos meios de comunicação social.*⁸

Sabemos que os aspectos genuínos da cultura popular, em muitas regiões, são cada vez mais raros; o que torna urgente a sua preservação. Para tal podemos motivar e despertar o interesse dos jovens para participarem nas acções de identificação e caracterização do património cultural de raiz humana. Estas actividades contribuem para a valorização dos jovens e com eles será possível iniciar um processo de reconstituição e de renovação das manifestações tradicionais relacionadas com o folclore, os jogos tradicionais, a música popular, a arte popular, as romarias, o artesanato, a gastronomia e enologia, etc.

2. História da Cidade de Beja

2.1. A Origem do Nome

André de Resende, no *Excerto da Epístola da Colónia Pacensis*, dirigida a João de Vasco, a 2 de Fevereiro de 1553, comunica-lhe que Beja era a antiga *Pax Julia* e não a cidade de Badajoz⁹. Esta é igualmente uma corruptela de *Pax Augusta*, topónimo que a viciação da pronúncia mourisca transforma em *Baxaugus* > *Badaxós* > *Bajoz*¹⁰. Resende quis demonstrar que *Bexa* < *Paca* < *Pace* < *Pax* foi um nome árabe que depois a evolução fonética transformou em *Begia*, com base na citação de Fr. António Brandão: *Quae vulgo Bexa dicitur, corrupto a mauris nomine*¹¹ (que vulgarmente se diz Bexa, uma corruptela da pronúncia dos mouros).

Os mouros, tal como os castelhanos, aproximavam a pronúncia dos vocábulos à sua tendência, como por exemplo o / X /, exemplo *Singy*, pronunciava *Xinil*; *sucro*

⁸ - Batista V. , *Competitividade e Turismo*.

⁹ - *Archivo Histórico Portuguez*, tomo VIII, 1910, p.350, in Casteleiro de Goes. op. cit..

¹⁰ Ginésio Sepúlveda, in Casteleiro de Goes, 1988, p.10.

¹¹ Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, p. 271, in Casteleiro de Goes p.10.

ficou *xucar*. Tal como os italianos que em lugar de Cícero (quíquero) diziam *Xixero*. Resende refere na sua Epístola o episódio do mouro que repetiu *Xenior, berdoueme voxa muxe* em vez de *senhor, perdoem vossa mercê*. Este episódio dá nota da sonorização do / p / em / b / de *Pax* para *Bexa*. Em relação ao termo *Augusta* também caiu em desuso, como aconteceu em *Bracara* e em *Emerita*.

A sonorização do / p / verifica-se no topónimo *Olyssipona* (termo latino) que os Árabes adoptaram dizendo *Al-usbuna*, como aconteceu com Abril de *Aprilis*; cabelo de *capillus* e cabra de *capra*.

A mudança de timbre do / a / em / e / de *Paca* para *Bexa*, segue a mesma regra (dissimilação) de influência árabe, exemplo *Yábura, Mártula, Márída, Lárída*, bem como *Bágia* passou a *Bégia* ou *Beegia* (para assinalar a vogal /a/ longa).

O som / i / do latim (iota grego) é uma semi-consoante, pelo que se transforma em / j / (palatalização), *Beia* > *Beja* (como *ianuella, loane, iusticia*, resultaram em *janela, João e justiça*, respectivamente).

Caetano Silva Felix recolhe, entre muitos outros, os gentílicos “*Al-Bagi*”; *Albageo e Albegian*” como epíteto de o bejense sobre o registo de nomes de pessoas de Beja. Em resumo, a transição ortográfica operou-se em conformidade com o esquema: *Báka* > *Bága* (Bá = Bé) > *Bágia* <(sempre g= j)> *Bégia* ↔ *Beegia* ↔ (*Bega*) > *Beia* > *Beja*.¹²

Na Tunísia existe uma cidade homónima que os Romanos designavam por *Vacca* e que os Árabes terão também mudado em *Bágia* e por fim *Beja*, cidades homónimas e actualmente também geminadas.

2.2. Os Povos do Sudoeste

Frei Amador Arrais refere o país dos Cúneos, com a capital em *Cunistorgis*, em guerras, cuja data remonta a 155 – 138 a.C.. A origem destes Cúneos que habitavam a costa algarvia e a planície sul-alentejana é desconhecida¹³. Sabemos que o étimo latino de *cúneo* é *cunei* (cunha), gentílico do epónimo *cuneum*, e a origem grega *kynesioi*’ (andarrilhos). Para Frei Manuel do Cenáculo, *Cúneos são os que habitam em terreno que acaba em ponta (...)*¹⁴. Jorge Alarcão associa os *conii*, no começo da Idade do Ferro, como um povo *pré-indo-europeu*¹⁵ que sofreu influências célticas¹⁶ a

¹² *Arquivo de Beja*, vol. I, p. 179 e seguintes, in Casteleiro de Goes. op. cit..

¹³ - *Diálogos*, 1846, cap. XII, p.117-3 e p. 265, in Casteleiro de Goes. op. cit..

¹⁴ - D. Frei Manuel do Cenáculo in Frei Arrais, op.cit, in Casteleiro de Goes. op. cit..

¹⁵ - Jorge de Alarcão em *O Domínio Romano em Portugal*, 3ªed., 1988, p.65, in Casteleiro de Goes. op. cit..

¹⁶ - In *Celticis Notíssima Urbs est Conistorgis*, in Casteleiro de Goes. op. cit..

partir do início do século V a.C., apesar de Conistorgis continuar a ser referida como uma cidade cúnea¹⁷.

Sobre a presença dos celtas no actual Alentejo, já Políbio (século II a.C.) o testemunha, e depois dele, Frei Bernardo de Brito, Manoel de Faria, citado por Félix Caetano da Silva faz coincidir, já no século I a.C., Conistorgis, a capital dos cúneos, com a Pax Julia, data em que os efectivos lusitanos incorporavam os exércitos Romanos, pelo que a romanização já tinha começado¹⁸. Esta tese, que achados arqueológicos recentes no Centro Histórico de Beja confirmam, não é consensual entre os historiadores, muitos dos quais, defendiam a *incontroversa fundação ex-nihilo da Pax Augusta*¹⁹.

Os Turdetanos ocuparam as terras desde o Tejo ao Mar do Algarve, as cidades de Balsa, Ossonoba, Salacia e Caitobrix e no interior Pax Julia e Myrtilis. Os Celtas ocupavam Laccobriga, Mirobriga e Acobriga, o que quer dizer que os territórios destes dois povos se sobrepunham pelo que os Turdetanos referidos por Ptolomeu seriam os Cúneos²⁰.

O elemento *torgis* ou *turgis* de *Conisturgis* (a capital dos Cúnios) significa *sem água*, na interpretação onomástica de Nunes Ribeiro²¹, com base em Humbolt²². Efectivamente, a região de Beja não é muito rica em água, nem é banhada por nenhum rio, confirma o mesmo autor.

Quanto aos estudos toponímicos, quer do ponto de vista etimológico quer semântico do elemento *conios* de *Conisturgis*, Casteleiro de Goes apresenta uma sinopse comparativa e cronológica das fontes mais usualmente citadas pela historiografia. O mesmo autor regista de forma sistematizada a presença de vestígios pré-históricos encontrados que atestam a presença posterior dos Fenícios, Tartéssios, Celtas, Gregos, Cartagineses e Romanos em todo o sul de Portugal..

Deve acentuar-se que o processo de aculturação não coincide com o processo de construção da ciência histórica. Por exemplo a influência oriental é muito mais visível nos vestígios e na cultura dos povos de entre o Tejo e o Guadiana do que na historiografia. Moisés Espírito Santo fala até de uma *tara (...) congénita e uma*

¹⁷ - ibidem (p.14).

¹⁸ - in *História das Antiguidades da Cidade de Beja*, cap. IX, in Casteleiro de Goes. op. cit..

¹⁹ - in Casteleiro de Goes, op. cit., p. 88, p. 37.

²⁰ - Vasconcellos, j. Leite de, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, p. 127, nota 6, in Casteleiro de Goes. op. cit..

²¹ - *A Origem de Beja*, in *Arquivo de Beja*, vol. XVII, I série, 1960, in Casteleiro de Goes. op. cit..

²² - *Los Primitivos Habitantes de España*, Madrid, 1879, in Casteleiro de Goes. op. cit..

*estratégia de castração científica*²³. O espólio ibérico dos povos do Sudoeste Peninsular é muito mais aparentado aos povos do Mediterrâneo Oriental do que aos Celtas e aos Germanos. A própria palavra *Ibéria* é de nítida origem sunita e corresponde à palavra fenício-púnica *beriha* que significa *ferrolho, trança, muralha*. *Ir Beriha* aparece nos livros bíblicos (século XII X a.C.) como *cidade aferrolhada, amuralhada*. O próprio nome *coni* como país dos *cónio* pode estar associado a Cão (Sem, Can e Jafeth) um dos descendentes do profeta Noé (Génesis 5, 32) o que prova que as migrações dos Hebreus aconteceram muitos séculos antes da era cristã. Sabe-se pela Arqueologia que os Cónios adoravam divindades mitológicas dos Cananeus como: Baal, Molok e Anat²⁴.

Savory, pelo estudo das sepulturas, afirma a grande consistência de várias “colonizações orientalizantes da Ibéria” (século VIII a.C.). Toda uma panóplia de manifestações culturais concretas dos povos ibéricos do sul, nomeadamente de carácter religioso, apresentam características próximo-orientais como os povos da Anatólia, da Galileia ou Norte do Egipto²⁵.

No começo da Idade do Ferro (século VIII – V a.C.), surgiu uma nova fase orientalizante posterior que foi chamado o período *Orientalizante Pleno* que trouxe ao espaço meridional peninsular o mais significativo contributo civilizacional. Estão nesta fase, as colonizações fenício-púnicas que procuravam o périplo comercial mediterrânico e pretendiam exercer o controlo sobre a produção metalúrgica. Esta hegemonia púnica coincidia com o declínio do reino dos Tartéssios. O Guadiana serviu como porto de saída do minério de Aljustrel²⁶. Os Fenícios e os Cartagineses tiveram uma influência decisiva na civilização ibérica, pois os celtas vieram depois²⁷.

2.3. Beja Romana

Segundo Frei Arrais foi com Júlio César que em Beja foi criada uma colónia romana onde o mesmo terá celebrado a paz com os lusitanos, garantindo àqueles o *amparo e amor do povo romano*. Desta presença romana existem no museu da cidade inúmeras inscrições e lápides romanas a testemunhar essa presença:

C. IV LIVS C. F.

II VIR. BIS PRA

V TRIQUE SEN

²³ - Santo M. E., *Dicionário Fenício-Português*, p. 283-290 ed. Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões da FCSH da UNL, Lisboa 1997, in Casteleiro de Goes. op. cit..

²⁴ - *Ibidem*.

²⁵ - Savory H. N., *Espanha e Portugal*, ed. Verbo, Lisboa, 1985.

²⁶ - Casteleiro de Goes, op.cit..

²⁷ - Casteleiro de Goes. op. cit., p.88.

(Fragmento de lápide que estava no muro alto junto à Porta de Moura que dizia:

. A tradução é de Frei Arrais e dá conta de um eventual favor dispensado por Júlio César à cidade e diz assim: *A Caio Julio César (dedicaram esta memória) os dois varões que presidiram no Senado*²⁸.

O Padre Flores, citando Estrabão, atesta que a fundação da colónia romana pacense é anterior a 27 a.C. o que coincide com o governo de Augusto que esteve na Hispânia em 44 a. C.²⁹.

Com a destruição de Cartago e o fim das Guerras Púnicas (*delenda Cartago*), o respectivo império mediterrânico e peninsular vai ser recuperado pela colonização maciça dos vitoriosos Romanos. Terminadas as derradeiras campanhas peninsulares (27– 25 a. C.), a desmobilização de cerca de 300 000 homens permitiu aos pacificadores o repovoamento de muitas colónias e entre elas a Colónia Pacense³⁰.

A designação de *Pax Julia* à cidade de Beja, bem como as de *Felicitas* e *Liberitas* a Lisboa e Évora, respectivamente, são nomeações do próprio Júlio César no *que respeita ao sul de Portugal, Pax Julia parece ter sido a única fundação urbana dos fins da república ou do início do império*”, como o provam as inscrições lapidares encontradas³¹.

L – MARCIO PIERO
PACENSI
AVGVSTALI – COL – PACENSIS
ET MVNICIPII – EBORENSIS
AMICI OB MERITA EIVS.
L. MARCIVS PIERVS
HONORE CONTENTVS
INPENSAM REMISIT³²

(Tradução: *A Lúcio Márcio Piero natural de Pax Júlia, Augustal da Colónia Pacense e do Município eborense – Os amigos, devido aos seus méritos, por subscrição pública, erigiram. Lúcio Márcio Piero, satisfeito com a honra pagou a despesa*).

Os limites do *conventus* e *terminus pacensis* (prováveis limites geográficos), talvez correspondessem ao

*País dos Cónios, desde o Guadiana ao Atlântico e desde o Conventus Scalabitanus (Santarém) até ao Oceano Atlântico*³³.

²⁸ - Frei Amador Arrais, *Diálogos*, parte II, Tip. Rollandiana, Lisboa, 1946, in Casteleiro de Goes, op.cit.

²⁹ - Casteleiro de Goes, op. cit..

³⁰ - Vasconcellos J. L. de, *Religiões da Lusitânia*, vol. III, p. 491.

³¹ - J. Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, 1988, publicações Europa América.

³² - Dedicatória a Lúcio Piero, segundo José da Encarnação, *Inscrições Romanas do Coventus Pacensis – Subsídios Para o Estudo da Romanização*, parte I, p.314-315, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984, in Casteleiro de Goes.

A criação jurídica³⁴ como realidade geográfica, física, ficou a dever-se à Reforma Administrativa promovida por Augustus, provavelmente no ano 13 a. C.³⁵ O *Conventus*, de estrutura de administração da justiça incipiente, elemento simples e itinerante, com o advento do império cada instituto (*conventus*) passa a constituir uma unidade física sedeada na capital da área geográfica, a *capital conventual* que progressivamente se converteu em lugar de actos públicos, cerimónias oficiais e toda a espécie de eventos, até ao culto imperial.

*a divinização dos imperadores romanos teve origem na Hispânia onde o culto do chefe tinha raízes profundas na história dos povos naturais*³⁶.

A lápide de Lúcio Piero, sacerdote augustal da colónia *pacensis* e do *Municipii Eborensis*, é um exemplo bem patente do culto imperial na *Pax Julia*³⁷:

SERAPI PANT(HE)O
SACR(UM)
INHONOREM.G.MA
RI.PRISCIANI
STELINA.PRISCA
MATER.FIL II.
INDVLGENTISSIMI
D. D.

Inscrição desenterrada junto das Portas de Avis

(A Serápio Pantheo em honra de Gaio Mário Prisciliano; Estelina Prisca, mãe (deste) filho carinhoso deu e dedicou (o monumento))³⁸.

Daremos nota de algumas lápides que documentam e atestam a presença romana e sua aculturação em todos os domínios da cultura, da língua, da religião, para além dos aspectos jurídicos e administrativos do *conventus pacensis* e da *capital conventual*, a futura *Rainha da Planície*. Assim, junto à Porta de Moura (noticiada por Caetano da Silva e actualmente desaparecida):

CVRIAE PONT...
FLAM PACIS JULIAE...
VE FLAMI ...

³³ - In Casteleiro de Goes, op. Cit. p.103 que segue os estudos de Estrabão sobre as *Fronteiras da Mesopotâmia Céltica*.

³⁴ - *Conventus Iuridice* – José Mattoso, *História de Portugal*, vol. I, p. 239, in Casteleiro de Goes, op. cit..

³⁵ - Jorge Alarcão, op. Cit., p.58, in Casteleiro de Goes, op. cit..

³⁶ - in Casteleiro de Goes, op. cit, in Casteleiro de Goes, op. cit..

³⁷ - José da Encarnação, *Inscrições Romanas*, 1984, parte I, pp. 314-15, in Casteleiro de Goes, op. cit..

³⁸ - Tradução de José Leite de Vasconcelos, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa 1913, in Casteleiro de Goes, op. cit. p.104-105.

A *Cúria*, os *pontífices e flamines de Julia* dedicada a um magistrado, pontífice e flâmine de Pax Augusta que provam a existência do culto imperial.

Junto do Vale de Agueiro, perto da cidade, foi encontrada uma inscrição dedicada a Cybelles (que outros dizem ser Vénus ou até Diana)³⁹.

Não faltam em Beja provas da existência do culto a divindades clássicas como Cybelles, Isis (egípcia), Serapis, e talvez até Mitra. Na Herdade da Amendoeira, nas imediações da cidade, foi encontrada uma lápide votiva que indicia a consagração de uma ara rural⁴⁰.

Segundo Alarcão, os cultos orientais parecem surgir em áreas suburbanas, mas nas *Villae* do *Conventus Pacensis*, o culto dos clássicos é documentado por inúmeras *epígrafes e esculturas*⁴¹. Isto é a prova da chegada à capital de numerosos escravos libertos e *peregrini*. *Pax Julia* era um centro comercial que atraía imigrantes, o que *constitui um meio sociocultural propício à adopção de cultos orientais*⁴². Maria da Conceição Lopes elabora um estudo do *terminus da civitas pacensis* onde analisa, de forma sistemática, as delimitações geográficas, bem como a evolução das fronteiras intermunicipais do *conventus pacensis*⁴³.

Com a *Pax Romana*, entre finais do século I a.C. e o início do século II d.C., as numerosas famílias romanas terão adquirido terras segundo o seu estatuto, começando assim a *implantação rural romana*⁴⁴. Sobre esta *implantação rural romana*, importa esclarecer alguns termos, como as *Villae* que eram complexos de exploração agrícola, os *Casais*, também explorações agrícolas, mas de menor dimensão do que as *Villae* e pertencentes a pequenos camponeses. As grandes herdades eram constituídas por *Pars Urbana* erguida no alto da propriedade e era a residência do *Pater Familias*, o senhor da herdade; e *Pars Rústica* reservada a criados (escravos), celeiros, lagar, adega, estábulos, oficinas e alpendres. O chamado Monte Alentejano, na sua estrutura, é a reprodução da *Villae*, *Pars Urbana* e da *Pars Rústica*.

As *centuriacões* eram demarcações de propriedades, bem como do respectivo cultivo, como o Couto das Vinhas, perto de Beja que era pertença do reino e hoje é propriedade estatal. As demarcações tinham como centro a *urbe* e definiam duas espécies de *terminus*: o de *légua adentro* e o de *légua afora*. As dimensões

³⁹ - Casteleiro de Goes, op. cit., p. 105).

⁴⁰ - Alves Dias, M.M., *Conímbriga*, nº 17, 1978, p. 36-40, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁴¹ In Casteleiro de Goes, op. Cit., p. 173).

⁴² - Joaquim Figueira Mestre e Maria João R. Toucinho, *Subsídios para a Carta Arqueológica do Concelho de Beja*, vol. III, 2ª série, pp. 215 – 235, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁴³ - *O Território de Pax Julia, Limites e Caracterização*, Arquivo de Beja, vol. II e III, 3ª série, 1996, p.63-74, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁴⁴ - *Arquivo de Beja*, vol. III, 2ª série, pp. 199-214, in Casteleiro de Goes. op. cit..

(*centuriações*) das propriedades diminuem com a proximidade quer da *urbe* quer dos cursos dos aquíferos, como a bacia da Ribeira de Cardeira.

Todas as referências culturais e administrativas sobre a ocupação romana da região, a História e a Arqueologia dão conta da grande opulência de algumas *Villae*. Casteleiro de Goes exemplifica com a grandiosidade da villa dos Pisões. No aspecto político e administrativo, Henrique da Silva refere que Emiliano Pacense (68-69 d. C.) tomou parte na eleição do Imperador Sérvio Sulpício Galba que sucedeu a Nero⁴⁵. Foi o mesmo autor que traduziu a seguinte lápide encontrada perto de Beja, na Herdade da Sobreira em 1547 (fragmentado em cinco pedaços):

*A colónia de Beja chamada então Pax Julia, dedicou aquela estátua a Lúcio Elio Aurélio Comodo, filho do Imperador César Élio Adriano António Pio Augusto, Pai da Pátria; sendo os dois varões que governavam a cidade Quinto Petrónio Mateus e Caio Júlio Juliano*⁴⁶.

Estes vestígios historiográficos e arqueológicos documentam a importância para os Romanos desta colónia pacense e sua capital *Pax Julia*.

2.4. A Presença Visigótica

As leis visigóticas permaneceram intocadas até ao século XIII e estiveram na base da instituição e organização dos estados peninsulares. Elas não são apenas códigos germânicos, mas compilações do Direito Romano, de cristalizações tradicionais e do Direito Consuetudinário dos povos ibéricos. Uma das facetas importantes do acervo jurídico-normativo romano-germânico é o estabelecimento das autonomias municipais. Toda a Idade Média peninsular foi regida pelos cânones do Código Visigótico. O *Liber Judicorum*, ou *Fuero Juzgo*, foi promulgado em 654 por Chindasvinto e no ano 506 tinha sido promulgada a *Lex Romana Visigothorum*, lei que ficou a ser conhecida como *O Breviário de Alarico*. Esta simbiose legislativa de influência tradicional e romana obrigou o legislador a colocar nos seus códigos protecções a árvores e cultivos mediterrânicos e outras disposições de uso que eles desconheciam.

As leis e códigos romano-visigóticos que regularam os estados peninsulares cristãos até ao século XIII são quase uma fonte exclusiva para estudar a Agricultura na Hispânia a seguir à dominação romana, uma vez que as *Etimologias de Santo Isidoro de Sevilha* foram *coligidas da leitura das antigas e anotadas em alguns lugares em*

⁴⁵ - Silva H. da, *Arquivo de Beja*, vol. II, 2ª série, 1988, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁴⁶ - na actualização dos manuscritos *História das Antiguidades da Cidade de Beja*, cap. X, in Casteleiro de Goes. op. cit..

conformidade com o que eles escreveram⁴⁷. Mas se estudarmos *As Petições e Autos Judiciais* do século XVII e as *Posturas* de 1738 dos registos camarários de Beja *muitas antigas regras de cultivo e protecção das herdades, ferragiais, vinha, olivais e hortas* (exemplo o Regimento do Couto das Vinhas), todas elas são quase uma fiel reprodução dos termos das disposições jurídicas romano-góticas, ciosamente preservadas e observadas por parte das autoridades municipais de Beja. A vigência das *Posturas* novas (1738) referentes a *Os Frutificados* daquele couto supracitado só terminou com a chegada da filoxera dos finais do século XIX. E pouco resta das oliveiras milenares que, por falta de protecção adequada, têm vindo a ser queimadas.

No reinado de D. Manuel I, as terras de cultivo ainda se defendiam com cercas ou muros de terra batida, misturada com pedras dentro de uma cofragem, processo que Varrão designava por *ex terra et lapillis compositus in formis*⁴⁸.

No século XVI a Lei Consuetudinária de uso godo reaparece na lei dos *Perdões* de D. João III⁴⁹. Alguns aspectos desta lei, como *O Regimento dos Degredos* são a reposição ou menção dos códigos germanos, sobretudo nos crimes de ofensas corporais, tendo em conta a *calydade* da pessoa que sofria o aleijão e também da que aleijava, quer dizer a condição social, quer do agredido, quer do agressor. Esta mistura entre os códigos romano e visigótico deve-se à política de Teodósio, imperador do Oriente, porque preferiu ter os Godos como aliados do que como inimigos; desta feita estabeleceu-se um clima de tolerância mútua e o invasor passa a ser visto como hóspede. A legislação bárbara e a romana acabaram por, de acordo recíproco, adoptar as disposições uma da outra e assim se esbateram os contrastes. No século IV, o poder dos *magistri militie* bárbaros foi-se afirmando progressivamente, até no foro civil. Foi-lhes concedido os *foedus*, segundo os quais, as propriedades e casa dos Romanos passavam para o usufruto e administração dos bárbaros. No final do século IV, o exército imperial era quase totalmente corporizado por bárbaros que atingiam até os quadros superiores. Estes bárbaros, *incorporados*, (*foederati*) ocuparam e fundiram totalmente o espaço, no século V, com os Romanos do Império do Ocidente.

O poder romano com a proliferação dos *confederados* acabou por beneficiar os bárbaros que aumentavam progressivamente a sua influência militar e administrativa, processo que culminou em 476 com a deposição do último Imperador do Ocidente Rómulo Augusto por parte de Odoacro.

⁴⁷ - *Ibidem*, p.35..

⁴⁸ - *Rerum Rusticarum de Agricultura*, Livro F, p.76, in Gama Barros, op. Cit. pp 15-16, in Casteleiro de Goes, op. cit..

⁴⁹ - *Livro das Vereações da Câmara de Beja*, 1542, cf publicação de Abel Viana, in Arq. de Beja, V. I, pp 86, in Casteleiro de Goes, op. cit..

A partir do século VI, os Visigodos começaram a reunir os seus concílios (*concilium*) a partir dos quais nascem os concelhos municipais que são os primeiros órgãos deliberativos dos municípios.

2.5. A Arte Visigótica

Com a ruína do Império Romano do Ocidente terminou o gosto pelas construções opulentas e sumptuosas e os projectos ostentatórios da arquitectura imperial.

Depois da era romana, difundiu-se o estilo românico cujo exemplo se encontra nas igrejas paleo-cristãs⁵⁰. No sul da Península Ibérica, os artistas da estatuária e decoração tendem a desaparecer por falta de encomendas. A arquitectura visigótica também se ressentiu desse facto e adopta um novo estilo decorativo de raízes orientais e de influência do estilo bizantino. Este gosto recorrente no sudoeste da península entre os séculos V e VII reflecte-se em estilizações geometrizzantes em que predomina uma temática baseada nos símbolos eucarísticos, como são a cruz, a videira, a uva, bem como os símbolos cinegéticos, zoomórficos e vegetalistas que se utilizam progressivamente em estilizações geométricas repetitivas, com a cruz inscrita num círculo e sobreposições entrelaçadas de difícil interpretação. A decoração exuberante contrasta com a sobriedade dos pesados perfis arquitectónicos.

Os bárbaros arianistas eram iconoclastas ou desprezavam as representações historizadas da iconografia cristã. Os espólios visigóticos de Beja e de Sines remetem para a hipótese de existência de uma oficina em que se gravavam estilizações visigóticas nos mármoreos de Trigaches e Brissos.

No misterioso e maravilhoso estilo românico das igrejas paleo-cristãs, convergem traços e elementos místicos dos antigos cultos indo-europeus

incorporados na teogonia órfica e nas manifestações pagãs do bem e do mal (bem como) do culto dionisíaco

representado pelas *parras e cachos de uvas báquicos e pelo místico pé de trigo que dá uvas*⁵¹. Neste período, para evitar o perigo da idolatria do tempo pagão, foi posta de parte a sumptuosidade estatuária do estilo greco-romano e sobretudo a representação da figura humana. Apesar de não se terem construído templos como os de Roma e Constantinopla, a decoração visigótica beneficia do intercâmbio e influência do Oriente que abriu as artes paleo-cristãs à influência bizantina.

⁵⁰ - Refere-se às formas artísticas produzidas por ou para cristãos, durante a vigência do Império Romano do Ocidente, entre os séculos III e V, adoptando tipologias formais da arte de Roma pagã.

⁵¹ - Castanheiro de Goes, op. cit. p.137.

O núcleo da arte visigótica de Beja está instalado na Igreja de S. Amaro que serve de anexo ao Museu Regional Rainha D. Leonor.

2.6. O Bispado Visigótico

O conhecimento da cadeira episcopal pacense ocupada por S. Afri(n)gio, famoso escritor erudito, remonta aos tempos dos reis Godos Amalarico na era de 530 d.C. e à data da morte do rei Teudes em 548 d.C., embora haja notícia, se bem que duvidosa, de ter sido erigida a *Catedra Episcopal de Pax Julia* ou *Pax Augusta*, no ano de 347. Já está ultrapassada a divergência à volta da localização da Sé Episcopal Pacense que para alguns seria em Badajoz, já que esta cidade fora fundada pelos Árabes no século IX, cinco séculos mais tarde.⁵²

Seria no reinado de Recaredo, em 589, que os Visigodos se converteram ao catolicismo. Os primeiros povos bárbaros foram os Burgúndios em 516. Santo Afri(n)gio teve um episcopado muito difícil já que os Godos quando invadiram a Península Ibérica eram já um povo baptizado na heresia e doutrina arianista. Voltamos a ter notícia de outro prelado pacense aquando da conversão de Recaredo (581) e signatário dos Actos do Concílio de Toledo, de nome Palmácio, que figura em décimo lugar dos Actos do Concílio, entre mais sessenta e nove bispos e seis metropolitas, segundo a designação tradicional. Alguns nomes insertos surgem ligados a datas, sustentados por autoridades precárias, nunca definitivas, nem confirmadas.

A Palmácio, terá sucedido o nome de Lauro em 597 e a este, o bispo Mondario que em 610 ainda não tivera sucessor e participara no IV Concílio de Toledo em 622. Uma nota curiosa surge no episcopado de Teodoreto que se fez representar pelo Vigário Geral da Diocese Pacense (o que outros, ao contrário não confirmam). Reinava na Hispânia Chindesvinto, o rei visigodo que promulgou o *Fuero Jusgo*. Ora este monarca usurpou para si o poder de dar e levantar excomunhões que era uma prerrogativa do exercício exclusivo do foro canónico, tal era a promiscuidade entre os poderes religioso e secular forenses. Como era sabido, em toda a Europa Ocidental, os bispos gozavam de plenos e completos poderes nos seus domínios: o poder espiritual, o secular e às vezes até o judicial.

Para não tornar fastidiosa a enumeração de tão incerta lista e sucessão de prelados, omitimos a sequência até Isidoro, o último no ano 754, que já em 711 ocupava a sede episcopal quando os exércitos de Tarique invadiram a Península Ibérica. Com excepção da obra do bispo Isidoro, não se conhecem documentos escritos deixados pelos Visigodos de Beja, para além de algumas lápides, como por

⁵² - Castanheiro de Goes, p.131.

exemplo aquela do presbítero Severo e a de Moura, mandadas gravar por Calandrónio, seu tio, no dia quarto das calendas de Agosto da era de 703 (Museu Reg. de Beja)⁵³.

A herança artística, embora reduzida, é, no entanto, o mais importante acervo ornamental de pedras esculpidas visigóticas do país que se encontra no Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja. Outro exemplo do lapidário é a lápide funerária do mouro Muhammad do ano 531. A textura das pedras expostas e a análise ao mármore das mesmas indicia, primeiro, serem elas das pedreiras de Trigaches e S. Brissos e, em segundo lugar, indiciam a possibilidade de ter havido em Pax Julia uma oficina visigótica de arte decorativa arquitectónica, apesar de não ser conhecido qualquer estudo ou confirmação da existência da mesma.

2.7. Beja Muçulmana

A frágil organização e centralização visigótica foi incapaz de opor resistência ao ímpeto das tropas de Al- tarique e das tropas de Musa Ibn Nusayr. As estradas romanas, que cortavam a península em todas as direcções, ligavam as cidades e os principais centros estratégicos e permitiram aos Árabes um avanço fulminante sustido apenas pelas barreiras naturais como os Montes Cantábricos de onde se organizaria mais tarde a Reconquista Cristã.

Tal como com a decadência romana sobre a égide nascente do domínio visigótico, chegou a vez de estes cederem o passo à islamização dos poderes públicos e do estado. Com o novo domínio e partilha, o Califa reservava um quarto das terras conquistadas e os nobres visigóticos eram usurpados ou premiados na razão directa da resistência que opunham à implantação dos novos senhores. Esta ocupação nunca foi nem pacífica, nem bem sucedida dada a heterogeneidade dos invasores, uma mistura de Árabes, Berberes e Sírios, muitos recém convertidos ao Islão e por falta de autoridade dos emires e também devido à desastrosa seca que ocorreu entre 751 e 753, no governo de Yusuf Al-Fihri. O poder centralizado em Córdoba não soube conviver com inúmeros pequenos *reinos* quase autónomos, resultantes da capitulação pacífica dos ocupados.

Em relação à presença primitiva dos Árabes em Beja existem várias hipóteses das quais destacamos os seguintes pontos comuns: existiam duas cidades homólogas, denominadas de Beja, a do Alentejo e outra na Tunísia (*Ifríquia*) que se distinguiam por aquilo que produziam, a do Alentejo era *a das azeitonas (az-zaytun)* e a da Tunísia *a do trigo (al-gamh)*. A cidade portuguesa foi conquistada para o Islão por

⁵³ - vide desenho de J.A. Vargas, 1895 in Castanheiro de Goes, p.134.

Abdelazis (Abd Al-Aziz), filho de Musa Ibn-Nusayr em 713; foi subjugada aquando da revolta cristã em Sevilha e na mesma altura em que o mesmo Abdelazis conquistou Mérida e sufocou Niebla e Ossonoba (Faro).⁵⁴

Entre 716 e 750, governaram Al-Ândalus mais de vinte emires, enquanto Beja se manteve pacificada. A fama das riquezas da Península Ibérica atraiu imigrantes da Síria, Palestina, Jordânia, Arábia e Egipto. Estes grupos organizam-se sob a égide de Balj Ibn Baxir, que desafia o próprio emir Ibn Kotan, disputam o poder em Córdoba e Mértola, a uma mescla de povos que perseguem interesses de influência, e tornam-se ingovernáveis. Sem a força de um estado soberano e uno e com a distância considerável do califado de Damasco que nomeava os emires, não era possível harmonizar, pacificar e unificar uma tão grande disparidade de povos e interesses, apesar de unidos pelo Islão.

A proclamação de Al-Andaluz como estado independente do califado da família de Abu-'L-Abbas, descendente de Al-Abbas, tio do profeta, deu-se em 755. Borges Coelho dá notícia, entre 844 e 845, de uma invasão normanda que a partir da Dinamarca e vinda de Inglaterra, aterrorizava e saqueava toda a costa europeia de norte a sul; que de Lisboa a Cádiz e a Sevilha foram perseguidos pelos exércitos de Abderramão II que os perseguira de Sevilha a Niebla, daqui a Ossonoba e por fim para Beja. Foi na jurisdição da *Kura* (Kuwros) de Beja que foi possível derrotar a frota normanda, ao largo da costa alentejana, uma espécie de distritos administrativos governados por *Vális*⁵⁵.

Em 763, Beja foi palco de distúrbios graves, cuja violência quase fazia ruir o emirato de Abderramão por parte do partidário do califa Abássida que saíra de Damasco para se instalar em Bagdad no Iraque. Os rebeldes de Beja eram do Egipto (do Jund, espécie de distritos administrativos governados por Valis), imigrantes que formavam grupos de soldados-colonos com suas famílias. A rebelião foi sufocada e as cabeças dos chefes foram levadas e arrojadas no mercado do Cairo. Abderramão I (756 – 788) organizou a administração pública, mandou cunhar moeda *baseado no bimetalismo* (moeda de ouro e prata) cuja relação era decimal (um dinar valia dez direns); o dinar de ouro valia um soldo bizantino e o diren de prata valia um dracma persa.

As regiões administrativas (Kuwros) ou *kuras* do território andaluz eram governadas por *vális* que procuram quebrar a resistência dos pequenos caciques e *próceres muçulmanos dos latifundiários cristãos submissos* que se opunham à cobrança de impostos e se recusavam a abdicar dos antigos privilégios. Abderramão

⁵⁴ - Casteleiro de Goes, op. cit. p.143-144.

⁵⁵ - Borges Coelho, *Portugal na Hispânia Árabe*, in Casteleiro de Goes. op. cit..

reagiu com firmeza, confiscou bens, impôs medidas drásticas e coercivas contra os desobedientes e revoltosos. Organizou um *exército profissional de mercenários*, estando dois mil cavaleiros prontos para intervir em permanência⁵⁶.

Em 774, os aliados de Abu Salah revoltaram-se em Sevilha, Niebla e Beja, mas foram igualmente massacrados. Abderramão I não forçou a conversão, mas aos novos crentes (convertidos) *muladis* (“muwalladur”) foram assegurados privilégios sócio-económicos. Em 868, há notícia de uma revolta contra o *emir* por parte dos *muladis* do ocidente, sendo Mérida a capital da Lusitânia. Beja sob as ordens de Al-Walad, cabecilha local, revoltou-se também ao lado de Mérida, mas o exército de Córdoba pôs fim ao levantamento.

No seio desta confusão de povos e da miscelânea de interesses, por todo al-Andaluz, surge uma outra comunidade muito mais forte e coesa do que os *muladis*. Este agrupamento social era composto por cristãos romano-Godos que, voluntariamente se resignaram à dominação muçulmana. Aprendeu a jogar com a pesada tributação à cabeça, porque segundo o Corão os fiéis muçulmanos estavam livres de impostos. As reformas de Abderrão I e II permitiram aos cristãos a organização e vivência da fé e consentiam o governo espiritual aos bispos. Abderrão II chegou mesmo a convocar um concílio em Córdoba para todos os bispos de al-Andaluz que foi presidido por Recafredo, o metropolitano de Sevilha. A principal causa da convocatória seria a necessidade de conseguir um compromisso dos bispos contra a revolta latente dos moçárabes contra a dureza dos impostos. Claro que a suspeição consciente contra tudo e todos os que não fossem muçulmanos terminou em represálias, umas vezes veladas, outras em perseguição explícita, o que levou muitos cristãos a apostatarem e converterem-se ao Islão. Os radicais cristãos, face à situação, desejosos de passar à acção contra a ocupação, provocaram mais repressão em escalada.

As autoridades cristãs diante do melindre da situação agiam com extrema prudência para não exacerbarem os ânimos nem ferir susceptibilidades, o concílio de Córdoba foi convocado nesse sentido. Os bispos sabiam que, em caso de conflito aberto, os cristãos descontentes, apesar de estarem em maioria, ficariam em desvantagem por falta de organização e de lideranças fortes. Os bispos, por sua vez, desvincularam-se imediatamente das pequenas e desorganizadas investidas e escaramuças provocadas pelos moçárabes, para evitarem males maiores. No entanto quando um cristão se tornava *muladis* (muwalladum) a sua situação tributária mantinha-se, o que provocava enormes conflitos. Aos muçulmanos da época

⁵⁶ - Domenec, J. E. Ruiz, *O Islão na Península Ibérica*, in *História do Mundo*, Vol. V, p.200, Pub. Alfa, in Casteleiro de Goes. op. cit..

interessavam mais os contribuintes dos que os crentes. Em certas épocas, os cristãos que queriam converter-se ao Islão eram condenados ao *látego* que, para não diminuir as receitas fiscais, impediam o aumento do número de crentes. Os impostos eram: o *látego*; o *zacate*, igual ao dízimo dos proventos; o *jaraí* (haraj), a renda fundiária que podia chegar a 50% da produção; a *Jizia*, imposto mensal por cabeça sobre o trabalho manual (correspondente ao *imposto braçal*, até meados do século XX). As crianças, os mendigos, os inválidos e as monjas estavam isentos da *jizia*).

Neste período de exaltação mística, alguns cristãos sublevaram-se e foram martirizados. A repressão era proporcional à irredutibilidade dos contestatários para quem as medidas do concílio eram frouxas, demagógicas e só contribuía para exacerbar a situação de conflito entre os ocupados e os dominadores. Sisenando, jovem diácono da igreja de Beja, foi martirizado em 16 de Julho de 851.

Nem o Concílio de Córdoba evitou a quebra da já tão contestatária e frágil unidade e coesão da resistência cristã provocada pelos irredutíveis e *estóicos reivindicantes da praça pública* que outra coisa não queriam que alcançar o martírio. Até ao século seguinte, muitos foram os martirizados, entre os quais Saul, bispo de Córdoba e o presbítero Eulogio (mentor de Sesinando).

A solidez do império de nações conquistadas, embora não inteiramente convertidas ao Islão, tinha, no entanto, como elemento agregador a religião. Este permanente jogo político-religioso entre vencedores e conquistados era de equilíbrio instável, pendendo a hegemonia a favor dos muçulmanos. No entanto, até ao século IX e início do século X as rivalidades pela supremacia entre os elementos da *aristocracia árabe, turbulenta e rebelde* eram frequentes e dificultavam a consolidação do poder central. Omitiremos os episódios no sul da península para referirmos de passagem alguns relacionados com a cidade de Beja.

Durante os sessenta anos dos reinados dos emires Moamede I (852 a 886), Al-Mundir (886 a 888) e Abdalá (888 a 912), respectivamente, apenas no do último, Beja alcançou algum protagonismo histórico. Era então seu caudilho Abd Al-Malik Ibn Abu-Jawád que com outros chefes sublevados se levantou contra Abdalá⁵⁷. Desde o século VIII que Beja dependia de Mértola, pela necessidade que o movimento muladi tinha do acesso ao mar através do rio Guadiana, que por isso atribui relevância comercial e militar à cidade.

Beja volta a aparecer, já com Abderramão III que destruiu a aristocracia buliçosa guerreira e separatista, substituindo-a por outra de sangue menos rebelde e mais submissa. Contra a política centralizadora deste auto-proclamado *califa* e

⁵⁷ - Ruiz Domenech, ob. e vol. cit., p. 199, in Casteleiro de Goes. op. cit..

príncipe dos crentes (amir al-munimir), sobressaiu no partido dos *muladis* no Ocidente Andaluz, cujos principais núcleos se sediavam em Badajoz, Beja e Ossonoba e combatiam e sublevavam-se pela causa autonomista. Foi o próprio Abderramão III que imprevisivelmente cercou Badajoz e utilizando a mesma tática da surpresa pôs cerco a Beja onde um rebelde seu homónimo e filho de Sai d Ibn-Malik lhe resistiu. Durante o cerco (12 de Julho de 929), morreram muitos dos sitiados e foi derrubada uma das torres da Almedina. Os vencidos foram decapitados e o rebelde Ibn-Malik pediu perdão. Este foi-lhe concedido e foi levado com os seus oficiais e família para Córdoba onde passou a combater como mercenário a aristocracia rebelde e separatista. A 10 de Agosto de 929, Abd Allah Ibn Ami bem Maslam foi nomeado o novo *ámil* de Beja por Abderramão III. Beja tornou-se a capital da liderança dos movimentos contra Badajoz e capital da comunidade *muladi*.

No verão de 913, Évora foi saqueada e arrasada pelo exército de Ordoño II, rei cristão de Leão e reconquistada em 914 por Abdalá, sendo *Mas'ud* o senhor de Évora que passa a militar na causa *muladi*. Assim o espírito da autonomia de caciques luso-muçulmanos e caudilhos locais; as ambições da aristocracia árabe; as facções berberes sempre prontas a saquear, os movimentos *muladis* independentistas; os interesses moçárabes dos cristãos *voluntariamente* convertidos; e sobretudo a resistência dos activistas irredutíveis cristãos irrequietos e sempre dispostos a lutar até ao martírio; as invejas, rivalidades e rixas entre eles puseram o sudoeste da Península, o ocidente do Al-Andaluz, a ferro e fogo e em armas quase permanentemente e as cidades de Niebla, Ossonoba, Badajoz, Aljustrel, Beja e Évora em guerras que alternavam com frequentes alianças contra o poder central de Córdoba⁵⁸.

O califa Abderramão III deparou-se com esta anarquia e instabilidade política. No entanto, nas campanhas de Pacificação, conseguiu que Al-Andaluz alcançasse um bom nível de desenvolvimento durante cinquenta anos que foram os mais prósperos e brilhantes daqueles tempos. As reformas de Abderramão III criaram uma burguesia rica, constituída por judeus, cristãos renegados e muladis, os quais acumulavam riqueza às custas do comércio, sobretudo nos portos mediterrânicos. A fina flor das classes dominantes vivia opulentamente em Sevilha, Jaén, Málaga, Almeria e Valença. A Abderramão III se deve o esplendor da cultura árabe peninsular do século X. Durante o reinado de Abderramão III até à queda do califado de Córdoba em 1031, não temos notícias históricas da cidade de Beja devido à centralização do poder nas mãos dos califas.

⁵⁸ - Segundo compilações historiográficas do século XI e coligidos pelo Professor Adel Sidarius in *Notícia do Provimento da Cidade de Évora*, in Casteleiro de Goes. op. cit..

Desde 961, data da morte de Abderramão III, que a autoridade do estado central volta a ser posta em causa, a burguesia sentiu-se abandonada, o elitismo berbere aumenta, a administração entra em anarquia e o Al-Andaluz fractura-se em pequenos reinos soberanos, independentes e estados minúsculos: as *taifas*. Os ideais separatistas contidos pela habilidade política de Abderramão III rebentaram ao sabor das querelas, facções e intrigas que surgem entre os três partidos que haviam lutado pelo poder em Córdoba. Os seus líderes transformaram-se em *Tawaif*, reis das taifas: a taifa andaluza de origem árabe; a taifa eslava e a taifa berbere, criando grande instabilidade política⁵⁹. Beja, pertencente à região de Badajoz, integrava a taifa andaluza. A partir de então, Beja foi pertencendo às taifas de Mértola, Badajoz e Sevilha, ao sabor das guerrilhas entre os soberanos respectivos.

As hostilidades, as intrigas e perfídias entre os pequenos reinos do sul abriu caminho à protecção das taifas do norte e favoreceu o avanço dos reis cristãos. Desde 1028, ano em que Beja fica integrada na taifa de Sevilha, até 1039, que os historiadores não relatam notícias da cidade. Em Setembro deste ano, nasce Al-Mu'tamid de uma família nobre de Beja que viria a ser o mais famoso poeta árabe de Espanha e que apenas com 12 anos se viu forçado pelo pai, rei de Sevilha, a conquistar a taifa de Silves. A concentração das forças de combate teve lugar em Beja e fez capitular aquela taifa algarvia.

Durante os 49 anos que durou o império almorávida na península, voltamos a não ter notícias de Beja. Esta sai do anonimato quando Al-Mundir entra na cidade com um poderoso exército de aliados para combater Ibn Wazir, mas é capturado e tem que fugir para África pedindo auxílio aos Almóadas e juntou-se ao império de Magrebe com sede em Rabat, obrigando os rebeldes andaluzes a prestar vassalagem. Foi então que os Almóadas, apesar da ameaça cristã, reconstituíram Al-Andaluz e expurgados dos excessos puritanos da ortodoxia maliquista retomou a cooperação com Génova, vital para o comércio. Graças à actividade de espíritos livres e esclarecidos, Al-Andaluz torna-se o alfofre de filósofos, metafísicos, géometras, literatos e juristas. Beja beneficiou largamente deste acréscimo cultural como daremos notícia mais adiante. Neste período de relativa acalmia, os exércitos portugueses faziam incursões e geravam escaramuças na comarca *de antre Tejo e Odiana* como que a fazer exercício de treino militar e melhorar a performance guerreira. Logo em 1139, D. Afonso Henriques avançou e conquistou Campo de Ourique.

Beja conquistada por Fernão Gonçalves em 1162 volta em 1174 à posse dos Árabes e no ano seguinte o castelo e a cerca já estavam refeitas. Dois anos depois, os

⁵⁹ - Domenec, p. 436, in Casteleiro de Goes, op. cit., p. 167.

portugueses reconquistam a cidade que volta a cair na posse dos Árabes em 1179 com Ibn Oasi, agora senhor de Silves que recusa fazer uma aliança com D.Afonso Henriques. Em 1150-51, com a destituição de Ibn Wazir, senhor de todo o Alentejo e Algarve com excepção de Tavira, a presença árabe no Alentejo fica à mercê dos exércitos cristãos. Já em 1155, o primeiro rei português foi cercar Beja depois de ter conquistado Alcácer do Sal⁶⁰. Segundo o mesmo cronista, Fernão Gonçalves com gente de Santarém volta a atacar Beja em 1162. Em 1165, Giraldo Geraldês, o *Sem Pavor*, conquistou definitivamente aos mouros Évora, Serpa em 1166, e Badajoz em 1168. Morto Mendes da Maia, os maometanos reconquistam Beja que volta às mãos de Giraldo Geraldês em 1172, data a partir da qual a velha Pax Julia vai continuar a não ter sossego com as campanhas da reconquista cristã.

No dia 18 de Maio desse ano (Quinta-feira da Ascensão), o valoroso Infante D. Sancho reconquista a cidade ficando célebre o *Outeiro dos Falcões*, local onde se deu a batalha e a grande pedra nativa que lá estava ficou a ser conhecida como a *Pedra da Vitória*.

Em 1180, a cidade volta a ser do califa Abu Yaq'ub Ibn Yusuf para voltar à posse dos cristãos até 1191, ano em que *a cidade das águias* mergulha no maior silêncio da sua história. Beja é cristã e muçulmana pela terceira vez. Há notícia de que em 1234, estratos humildes da população, incluindo muçulmanos, alguns judeus e um importante reduto moçárabe, tenham permanecido nas redondezas e mesmo entre muros.

A partir de 1238, ano da conquista de Mértola, quase todo o Alentejo estava na posse dos cristãos, mas Beja não tinha a honra de ver gravada para a história a data em que terminam efectivamente os cinco séculos de perturbação e domínio islâmico.

Depois das conquistas de Aljustrel, Moura, Serpa e Juromenha em 1232, os ocupantes e defensores pacenses devem ter-se sentido cercados e abandonaram a cidade. A guarnição sarracena antes deste pacífico abandono deve ter destruído a cidade.

O ano de 1234 pode considerar-se a data da ocupação definitiva da cidade pelos portugueses, sendo que Beja não era uma praça qualquer, mas o centro mais importante a sul do Tejo, como pode ver-se pela descrição do seu extenso termo feita pelo árabe Ahmad ar-Razi, traduzido por Levi-Provençal,:

O termo de Mértola parte por o termo de Beja (...).

⁶⁰ - Relato de Frei Brandão, *Crónica de D. Afonso Henriques*, XLII, p. 179, in Casteleiro de Goes. op. cit..

Beja é mui boa terra e de boa sementeira e de mui boa creança. E é mui boa terra de colmeias (...). E a água de Beja é de natura para ser boa de curtimento de coiros. E há em ela muitas e boas ruas e mui anchas.

E Beja jaz em terra chã; e há em seu termo vilas e castelos (...). E em seu termo jaz uma vila a que os antigos cahamavam Ebris e ora é chamada Évora com seus termos. E o termo de Beja parte por o mar e por cima de todo o Algarve. E em Totalica há uma minera de mui boa prata e mui branca e os povoadores a têm encoberta e se ajudam dela. E de Beja a Cordova há 300 milhas.⁶¹

Um dos nomes ligados a Beja foi o do Lidador, nome do lendário Gonçalo Mendes da Maia, um dos bravos companheiros de D. Afonso I que morreu a alguns quilómetros dos muros da cidade e foi imortalizado pelos relatos de Alexandre Herculano em *A Morte do Lidador*⁶². O Jardim Gago Coutinho e Sacadura Cabral exibe um painel de

O contributo de Beja para o desenvolvimento e importância da cultura no Al-Andaluz pode avaliar-se pela quantidade de figuras importantes que nasceram na cidade. Um grande número de naturais de Beja que foram célebres no extremo ocidente do Al-Andaluz, eram de cultura árabe⁶³. Quinze dos mais ilustres nomes encontram-se enumerados por Casteleiro de Goes, segundo uma ficha técnica com os seguintes itens: naturalidade, habilitações académicas, profissão, obras publicadas e alguns episódios relevantes do seu currículo. Foram poetas, oradores, teólogos, jurisconsultos, professores e escritores. Por ser de fácil acesso a consulta da obra, refiro apenas aquele com o epíteto de *anónimo pacense* que era jurisconsulto de Direito Hispânico.

3. Os Foros Pacenses

Os forais, alguma documentação municipal, as Inquirições, as Chancelarias Régias e as instituições eclesiásticas fornecem-nos fontes preciosas de informação para o conhecimento da Baixa Idade Média. O poder outorgante recorria ao Direito Consuetudinário e redigia as suas disposições nas Cartas de Foral. Era uma regulação sem unidade nem uniformidade; mesmo assim, era o único direito que regulamentava a vida dos povos. A falta de qualquer sistematização reflectia o estado de imaturidade do ordenamento jurídico.

⁶¹ - Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe I*, texto nº 4, p.37-39, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁶² - In *Lendas e Narrativas*, volume II, pp. 67-80, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁶³ -Felix Caetano da Silva, *Arquivo de Beja*, Volume I, pp 179-183, in Casteleiro de Goes, op. cit p.191.

Os forais abrangiam todas as matérias, desde as demarcações territoriais, até um esboço de administração pública e, por vezes, não passava de um amontoado caótico de disposições régias instituídas. As cartas de foro sobrepunham-se com mais ou menos eficácia aos abusos de poder por parte dos senhores locais. Eram outorgados aos municípios conferindo-lhes prerrogativas, benefícios, direitos e privilégios, mas também fixavam deveres e ditavam sanções contra os autores dos desmandos. Os forais condicionam paulatina e progressivamente a história das cidades, vilas e lugares do país.

A vigência das leis visigóticas perpetuou-se através das suas compilações codificadas e serviu na Península Ibérica como pano de fundo constituinte das primeiras leis nacionais. Por isso, a *Lei Geral em Leão e Castela ao tempo da independência, era ainda o Código Visigótico vigente*⁶⁴.

As próprias leis francesas integram as leis quer romanas, quer visigóticas, como pode ver-se no excerto da entrega das vilas de Sala e Saela no Vale d'Arouca a 6 de Abril de 1129:

*Eu, Infante D. Afonso, segundo a auctoridade das doações que outorgão as leis romanas francezas e godas d'esta herança; a qual a ti Moniz Rois, entreguei; faço doação e concessão d'irrevogável vontade(...)*⁶⁵.

A par destes códigos, romano e visigótico, existiam também a vontade do rei expressa nas cartas e o Direito Canónico firmado na infalibilidade papal. Este direito resolvia casos da vida quotidiana, relacionados com o estado civil, relações de parentesco, Direito Testamentário, legados pios, etc. Os corpos de leis canónicas conhecidos eram os seguintes: os coligidos pelo monge Graciano, as *Decretais do Papa Gregório IX, Livro VI do Papa Bonifácio VIII, Clementinas do Papa Clemente V e Leis Extravagantes do Papa João XXII*⁶⁶.

Só a partir do reinado de D. Afonso II, Portugal teve verdadeiramente leis gerais próprias. Frei António Brandão dá conta das Cortes de Lamego, reunidas por D. Afonso Henriques, mas que, para além da tradição oral, não encontrou documentação que as confirmasse pelo que, afirma que o primeiro rei que pôs em ordem as leis gerais para todo o reino foi D. Afonso II:

Tanto que foi levantado por rei se applicou logo ao governo dos seus reinos e administração da Justiça (...) a primeira coisa de que tratou foi por em ordem leis

⁶⁴ - Prof. Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal*, nos sec. XII-XV, ed. Dirigida por Torquato de Sousa Soares, 1950, pp 5-6, in Casteleiro de Goes, op. cit..

⁶⁵ - Doc. de Arouca in Dr. Henrique Schaffer, *História de Portugal desde 1095, 1842*, Vol. II, pp 427-428, in Casteleiro de Goes, op. cit..

⁶⁶ - Casteleiro de Goes, op. cit., p. 215.

*justíssimas, mas gerais para o reino todo com que os povos de seus estados vivessem quietos e bem regido*⁶⁷.

Ao longo dos séculos XIII e XIV sobre as leis romano-góticas e consuetudinárias foram edificando as chamadas *leis novas*.

O primeiro foral de Beja, chamado Foral Afonsino, foi dado em Leiria por D. Afonso III a 16 de Fevereiro de 1254. Este foral está perdido, dele existe um traslado feito no reinado seguinte:

*porque lhe pediram por mercê existe de traslado autêntico, feito em Lisboa e registado na Chancelaria de D. Dinis*⁶⁸.

Este documento, devidamente confirmado, apesar de não estar datado, é provavelmente dos fins de Junho ou princípios de Julho de 1323 da pena do escrivão Pires⁶⁹. Existem pequenas alterações à transcrição do foral nos *Foros de Beja*. Os Inéditos incluem uma carta de D. Afonso III a proibir o alcaide de Marachique de cobrar *montadigo* ao concelho de Beja; duas cartas de D. Dinis relativas aos privilégios do foro pacense; três cartas de D. Afonso IV relativas à outorga e confirmação do Foral de Beja, concedido por D. Afonso III e finalmente a recolha do que ficou a ser chamado Os Costumes de Beja, com disposições do Direito Costumeiro⁷⁰.

O contexto histórico não era de maneira nenhuma pacífico: Portugal defrontava-se com a crise diplomática com o reino de Castela por causa da posse do Algarve. No plano interno, ainda não tinham cessado as intrigas político-religiosas que haviam vitimado D. Sancho II. Este monarca ousou desafiar e contrariar as autoridades religiosas em carta enviada às autoridades de Santarém, em que se pronunciava contra os *castigos corporais, penas pecuniárias e pena de morte* de ordenações ajustadas entre D. Frei Soeiro Gomes, prior da Ordem dos Pregadores e os seus frades. D. Afonso reúne as cortes de Leiria, também para apoiar os municípios nessa titânica luta entre a Santa Sé e o reino, havia mais de meio século.

As cartas de foral iam subtraindo os povos ao poder dos arcebispos e bispos e seus próceres. Através dos forais, os concelhos foram conquistando os favores régios sobre os senhores feudais e as dioceses, conquistando, assim, uma autonomia progressiva que era defendida exclusivamente pela realeza. D. Dinis, em 1289, pôs fim às discórdias entre a Igreja e o poder real com a celebração de uma concordata com a Santa Sé.

⁶⁷ - *Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II*, p. 238 in Torre do Tombo, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁶⁸ - Livro I de *Doações*, fls 135-v, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁶⁹ - Casteleiro de Goes op. cit, p. 218.

⁷⁰ - *Inéditos da História Portuguesa*, in Casteleiro de Goes. op. cit., nota 1, p.232.

D. Afonso IV confirmou o Foral de Beja em 15 de Abril de 1373 que D. Dinis tinha escrito na Guarda a 22 de Abril de 1346, como uma Carta de Foral que não era mais do que o sancionamento régio de uma série de posturas municipais.

Muitos dos princípios do Foral de Beja, nos *Costumes de Beja*, tal como nos de Santarém, obedecem a normas antigas, sem esquecer os brilhantes juristas do *Corão* de que Beja foi um notável alfobre, a partir do século XI.

Documentos posteriores, municipais e paroquiais, do século XVII, dão conta de mouros nas hortas de Beja. Mouros e judeus tinham justiças especiais no *Direito Costumeiro*. A população árabe submetida tinha a condição servil, mas não de escravos.

O *Direito Costumeiro* assenta na tradição oral, passando alguns, posteriormente, a forma escrita. Os *Costumes de Beja* foram compilados pela primeira vez, depois de 1339, visto que neles se cita uma lei da *Chancelaria de D. Dinis* com essa data. Recapitulando, os forais continham normas jurídicas, civis, criminais, administrativas e comerciais que regiam o dia a dia da vida dos bejenses, no início da nacionalidade. Os autores citados para a análise global são, obviamente, Alexandre Herculano e Henrique Schaffer. Assim, começando pelos detentores de cargos públicos, surge em primeiro lugar o de *Alcaide* (*al-qaid* = o chefe) que era o representante do rei, o chefe da administração local, o magistrado superior, o chefe militar e governador do castelo, o presidente do *tribunal municipal* (*al-qadi* = o juiz). Era investido de autoridade suprema na área do seu *municipium*, mas também havia, como ainda hoje, em Espanha, o *alcaide* da vila, da aldeia, do mar ou das sacas (fiscais aduaneiros). Os alcaides militares eram *alcaides-mores* (*mayor*) e podiam ser substituídos pelo *alcaide-menor* ou *adail* os quais estavam isentos de pagar a parte das despesas de guerra que lhes coubessem. Depois vem uma plêiade de titulares e seus privilégios, como: mordomo, alvazis (juízes), o prestameiro, o almoxarife, o escrivão ou tabelião, o porteiro do alcaide (guarda prisional). Cavaleiros-vilões, cavaleiros de linhagem (fidalgo), o peão besteiro, os homens-bons eleitos para a nomeação real, os almotacés (fiscais municipais e vigilantes do mercado e os saiões (subalternos dos vários titulares e ajudantes de ofício. Existia a *Confraria dos Cavaleiros de Beja*, instituída a 28 de Julho de 1297, uma espécie de associação de socorros mútuos⁷¹. Finalmente refere e desenvolve os seguintes títulos: os pleitos do cível; a Justiça e a condição social; os privilégios de vizinhança que ajustavam as prerrogativas dos forais de Beja com os de Santarém; os réditos do concelho (rendas)

⁷¹ - Estatutos da Confraria dos Cavaleiros de Beja, in Casteleiro de Goes, op. cit., p. 295.

que regiam as taxas, rendas e receitas municipais; o Direito de Avoenga que regula as heranças e transacções patrimoniais familiares.

O abuso de poder era uma prática frequente por parte da nobreza e do clero. Foi por esse motivo que, em 1339, o povo de Beja fez queixas ao rei D. Dinis contra *alguns fidalgos e outras pessoas poderosas*, sobre o tráfico de influência a favor de terceiros e sobre angariação de pessoas e bens para casamentos de familiares; ao que o rei, através do seu corregedor Afonso Eanes, ordenou que:

*nenhum alcaide, nem alvazis, tabeliões, fidalgos ou qualquer outras pessoas revestidas de cargo público interviessem em tais peditórios, sob pena corporal e pecuniária e de ficarem obrigados a satisfazer, ao concelho em “tresdobro” (triplo) o valor do que tivesse sido angariado. Fixou-se então que, quando alguém quisesse ir pedir para a sua boda ou de parentes, fosse em pessoa acompanhado por um parente ou amigo que não exercesse cargo público e não trouxesse senão o que de vontade lhe quisessem dar*⁷².

E também sobre:

*um castigo infligido a Domingos de Freitas, alcaide de Beja no ano de 1642, acusado de ter roubado uma espingarda a Afonso Gomes e tê-la carregado para o comprometer; por ter recebido dinheiro de penhoras, indevidamente; por ter roubado Luís Martins, em virtude de este só lhe ter ofertado um presente; por ter exigido nove mil réis para soltar Domingos Lopes, depois de o ter prendido indevidamente; por lhe ter extorquido seis tostões em troca da liberdade; por ter prometido a liberdade a dois homens em troca de dois “porcos de vara” e dois carneiros; por ter tirado três cabritos a um pastor; foi condenado a dois anos de degredo em África e em 4 000 réis de multa acrescido de custas. Mais, ficou inibido de exercer qualquer cargo de justiça ou fazendas*⁷³.

3.1. Os Forais Novos de D. Manuel I

Os antigos forais ficaram obsoletos, não só pela dificuldade de interpretação e aplicação, como também, pelo valor das multas depois da alteração do sistema monetário, uma vez que a conversão dos valores dum sistema monetário no outro gerava problemas, pela dificuldade de estipular alterações abusivas por parte dos senhores e eclesiásticos. Além disso, tinham vindo a ser desvirtuados pelos poderosos que esmagavam o povo com coimas, penas corporais e tributos, à margem das ordenações.

⁷² - *Março 10,7 dos Forais Antigos*, fl. 55 (Torre do Tombo); Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos sec. XII a XV*, Liv. Sá da Costa Ed., 1950, tomo IX, pp. 9-10, in Casteleiro de Goes. op. cit..

⁷³ - In *Livro 4º das Provisões da Câmara*, fl. 144, registo de 18 de Agosto de 1650, in Casteleiro de Goes, op. cit..

O Direito ou a Jurisprudência evolui sobre as disposições foralengas velhas com mais de dois séculos, pelo que o estipulado estava nitidamente ultrapassado. A título de exemplo, o valor do *maravedi*; do *soldo* e suas fracções; dos *dinheiros* do Foral Afonsino de Beja, foram convertidos em libras e reais, nos termos da lei de 12 de Julho de 1499. Foi devido às dúvidas e demandas motivadas por interpretações abusivas que D. Manuel mandou recolher os forais antigos para os transcrever e reeditar, adaptando-os para cada lugar respectivo e reservando as cópias para a Torre do Tombo, segundo os originais (*transcrição autêntica*)⁷⁴. Pode perguntar-se o porquê das *traduções autenticadas, mas acontece que a maior parte, senão a totalidade dos forais foram falseadas*:

*todas ou moor parte falseficados, antrelinhados, rotos, não autorizados e os tirão do seu próprio entender, nem são interpicados a uso e costume d'ora nem são conforme a alguns artigos e ordenaceens vosas (...) honde am de levar huum real de carrega levão quinze (...) muitos erros e por muitas maneiras errão nesses foraões são mostradas outros trelados falseficados (...) e honde há não haja, fazem de novo*⁷⁵

D. João II tinha tentado, anteriormente, pôr cobro a esta situação, uma vez que recebera uma grande quantidade de solicitações dos povos e municípios. Mandou, inclusivamente em

carta datada de Évora em 15 de Dezembro de 1481 mandou que todas as cidades, vilas e lugares enviassem os seus forais para a corte no prazo de dez meses, contados de Janeiro a Outubro de 1483, para serem vistos no Juízo dos Feitos da Corôa e aprovados por ele, rei, sob pena de não valerem.

No entanto, a tarefa de refrear os abusos dos nobres estava reservada a D. Manuel I que encarregou Fernão de Pina da tarefa gigantesca de recolher e ordenar toda a documentação, forais e enumeração dos costumes locais. Foi nesta perturbação que o Foral Afonsino de Beja desapareceu. Na Crónica de D. Manuel I⁷⁶, pode ler-se que ao

*mandar rever as leis gerais do reino, D. Manuel aproveita para lhe retirar e acrescentar aquilo que entende ser conveniente para um maior equilíbrio dos poderes governativos. Entretanto manda proceder ao levantamento de todas as propriedades das cidades, vilas e concelhos e também dos hospitais, confrarias e albergarias, dos quais alguns vieram a ser encerrados, visto que a maior parte dos recursos que lhe estavam afectos se consumiam proveito de provedores e outros funcionários*⁷⁷.

⁷⁴ - João Pedro Ribeiro, *Dissertação Histórica Jurídica e Económica sobre a Reforma dos Forais no reinado do senhor Dom Manuel*, parte I, doc. nº 1, p.49, Lisboa, Imprensa Régia, 1812, in Casteleiro de Goes, op. cit., p.310.

⁷⁵ - *ibidem*.

⁷⁶ - Damião de Goes, *Crónica de D. Manuel I*, ed. Amigos do Livro, vol. II, p.440, in Casteleiro de Goes, op. cit., p.310.

⁷⁷ - Casteleiro de Goes, op. cit., 88, p.311.

D. Manuel nomeia juizes de fora para servirem os tribunais com isenção, e para acabar com os falsos privilégios com base em exibição de translados documentais de duvidosa autenticidade, impõe a substituição deles por certidões autênticas, passadas e seladas pelos serviços municipais competentes. Enviou corregedores régios para a alçada dos municípios. Assim, através da Legislação Geral do Reino, pretendia-se alterar lentamente a grave situação dos abusos locais. A recolha enfrentou várias dificuldades e foi objecto de confusões, de erros e omissões. Inúmeros atropelos arrastaram o trabalho de recolha (desde 1497 a 1521) por mais de 20 anos, o que é compreensível. As expectativas não foram integralmente satisfeitas, uma vez que pouco aliviou a carga tributária que onerava a propriedade rural, a razão de fundo da sua génese, pelo que não passou de uma actualização de impostos, segundo a nova moeda. Fernão de Pina, a quem o rei tinha prometido quatro mil cruzados de recompensa anual (*a boa paga*), recebeu uma boa tença anual vitalícia.

Por alvará de 5 de Fevereiro de 1521, D. Manuel encarregou Rui de Pina de acompanhar a implementação dos novos forais em todo o reino. Em 1504, apenas os forais de Lisboa, Évora, Santarém haviam sido expedidos. Para o Alentejo e para Beja, foram feitas cópias do Foral de Évora que por sua vez era uma adaptação do Foral de Ávila. Junto com os forais entregues por Fernão de Pina, para todos os lugares do reino, vinha anexada a lista de 159 cidades, vilas e lugares, sendo que Beja era a primeira da lista dos principais lugares de *antre Tejo e Odiana*. Nesta data, 1510, Beja era ainda classificada como vila; apenas em Abril de 1518, Beja teve o tratamento oficial de cidade.

O Foral Novo de Beja teve a mesma sorte do Foral Afonsino que foi dado como desaparecido aquando da recolha nacional. Também este novo foral cuja existência é provada indirectamente por listas, citações e referências, não aparece. Como explicar o desaparecimento dos três espécimes destinados ao Real Arquivo? Franklim, segundo dados de 1816, põe mesmo a hipótese do Novo Foral de Beja andar *inserto* noutro seu igual de outra terra.⁷⁸ No *Livro do Registo dos Forais Novos do Alentejo*, em relação ao Alvito, nos capítulos da

pena d'arma e sangue (...) do gado do vento (...) e a pastagem (...) com todollos capítulos e adições atee o ttym da pena do foral em tudo he esta villa d'alvijto tal como em Beja fica decratado ut supra

⁷⁸ - Nunes de Franklim, *Memória sobre os Forais*, in Casteleiro de Goes, op. cit..

a expressão *ut supra* indicia que a parte omitida do Foral de Alvito reporta para os capítulos de igual teor do Foral Novo de Beja que no seu entender já estava supra escrito no mesmo texto ou livro.⁷⁹

O facto de ter sido dado por concluído em 1510, qualquer emenda pontual atrasou a sua publicação, ou então, como D. Manuel era Duque de Beja, deve ter havido alguma excepção protocolar na entrega à cidade. Estes factos têm provocado grande especulação sobre a existência ou não do foral. Casteleiro de Goes refere uma notícia dos anos sessenta sobre a venda do Foral Manuelino de Beja. Ao abrigo do despacho ministerial de 24 de Janeiro de 1970, foi feito o exame pericial e o *espécime foi dado como autêntico*”, segundo o citado auto,

*o documento está encadernado em carneira com forros a seco e tem no centro de ambas as capas as armas reais de D. Manuel em metal; nos cantos as esferas armilares e dois fechos com as armas régias...*⁸⁰

Também não se pode atribuir as causas do desaparecimento do documento ao incêndio de 1947 que consumiu parte do espólio documental do Município de Beja. Já em 1853 o escrivão da Câmara Municipal de Beja, Inocêncio de Brito Godins, passou uma certidão sobre a não existência dos forais de Beja e o seu não registo nos livros da Câmara, incluindo também o mais antigo Foral de D. Afonso III.

4. Beja e a Infanta D. Beatriz

Não é possível estudar a cidade de Beja sem referir a figura da Infanta D. Beatriz, também conhecida como Duquesa D. Beatriz de Lencastre. A sua importância não se fez sentir só em Beja mas em todo o país. Era dona de uma das casas mais ricas de Portugal. Como sogra de D. João II e depois mãe do rei D. Manuel I e tia da rainha de Castela Isabel a Católica, foi diplomata e intermediária nas lutas políticas entre Portugal e Castela e até dentro do país, como conselheira de D. João II, tornando-se assim uma figura profundamente marcante na História de Portugal.

D. Beatriz nasceu em 1429, filha do Infante D. João (filho de D. João I) e de D. Isabel de Bragança (filha do primeiro duque de Bragança D. Afonso, filho bastardo de D. João I e de D. Brites Pereira, filha de D. Nuno Álvares Pereira). Casou com o seu primo D. Fernando filho do rei D. Duarte, o primeiro Duque de Beja, incluindo os

⁷⁹ - O processo preparatório do Foral Novo de Beja guarda-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sob a cota: gaveta 20, maço 11, nº 16.

⁸⁰ - Casteleiro de Goes, obra citada, p. 320.

senhorios de Moura e Serpa. As casas de Beja e Bragança estavam assim unificadas na figura da Infanta, acumulando riqueza e poder

D. Beatriz era, simplesmente, conhecida como a Infanta e foi a grande benfeitora do povo de Beja. Foi da sua iniciativa a construção do Convento Nossa Senhora da Conceição. O mesmo adquiriu um grande prestígio institucional, quer a nível nacional, quer internacional, sobretudo nas relações com a Santa Sé. Como os seus filhos renunciaram à herança, toda a sua fortuna foi doada ao convento..

Durante sete anos, D. Beatriz viveu no castelo de Moura como responsável pelas Terçarias que ordenavam a clausura naquele castelo dos príncipes herdeiros de Portugal e Castela, bem como do filho ilegítimo de D. João II de nome Jorge e sua mãe Ana de Mendonça.

A Infanta esteve sempre muito por dentro das conjuras e intrigas do Duque de Bragança contra D. João II, as quais terminaram com a vitória do rei e a morte das figuras nobres com mais poder. Regressada a Beja, após o fim das Terçarias, D. Beatriz dedicou-se ao engrandecimento do convento e à ajuda do povo pacense, promovendo iniciativas de carácter económico e administrativo muito importantes para Beja, construindo e administrando pisões para fazer o burel e panos que se vendiam apenas em Beja a preços controlados.⁸¹ Nomeou João Godinho como guarda-mor em 1506; obteve privilégios especiais do rei D. Manuel (seu filho) para que vinte oficiais mecânicos viessem trabalhar para Beja e ali fixassem residência, recebendo alvará com várias isenções.

Também é recordada como salvadora por ter socorrido o povo de Beja, em momentos de crise, importando cereais da ilha da Madeira, pois apesar de Beja ser conhecida como o celeiro de Portugal, a população nem sempre sentiu isso, porque o trigo era racionado e ia para Lisboa.

5. O Património Arquitectónico

5.1. O centro Histórico de Beja

Como vimos ao estudar a história da cidade de Beja, desde há muitos séculos que muitos foram os povos que ali se fixaram e que lá deixaram as suas marcas, que, em grande parte, se encontram soterradas debaixo dos edifícios e calçadas.

Em 1300, a cidade foi reconstruída no estilo próprio da região, taipa e alvenaria, e consta que, em 1400, D. Afonso IV teve de reconstruí-la porque já não era

⁸¹ - Casteleiro de Goes, op. Cit. II volume, p. 38.

mais do que um conjunto de “pardieiros”(ruínas de casas)⁸², pelo que hoje as construções mais antigas estão assentes em montes de entulho que chega a ter a altura de três metros. Nesse entulho, estarão os restos de construções romanas, visigóticas, árabes e judaicas. Destas duas últimas civilizações, ainda encontramos um poço das chamadas judiaria e mouraria já que estas comunidades, sendo vítimas da segregação dos cristãos, viviam num espaço delimitado.

A cidade tem uma fortaleza importante, o seu castelo que tem uma longa história; a muralha medieval foi construída em cima da muralha romana por D. Afonso III que usou pedras de monumentos Romanos para a sua reconstrução, como é o caso da lápide funerária romana, visível num dos torreões. A muralha romana tinha quatro portas, ainda identificadas: a de Mértola, a de Évora, a de Aviz e a de Aljustrel, o que leva a pensar que o seu actual traçado não é diferente do original. Estas portas foram destruídas no fim do século XVII, com excepção da de Évora. O actual Arco de Avis foi construído no local da antiga Porta de Avis em 1939⁸³. Não sabemos ao certo se houve alterações ao traçado original, mas é geralmente aceite que a muralha entre a Porta de Moura e a de Mértola corresponde ao alargamento da muralha realizado por D. Afonso III para incluir a Mouraria intramuros, de modo a proteger aquela população, acrescentando, assim mais uma porta, a de Moura. Alguns historiadores como o Professor Jorge de Alarcão consideram que terá existido uma outra Porta, a de Vipasca, porque encontrou vestígios da mesma. No entanto, não sabemos quando foi fechada, pois na planta da cidade feita por Nicolau de Langres (1657-1660) a mesma ainda está assinalada⁸⁴.

O Arco da Porta de Évora, situado junto à Torre de Menagem, é uma construção em granito e terá estado entaipada desde o século XV até 1950. Nos nossos dias, é a única construção romana que não foi afectada na sua estrutura original. Como esta porta era privativa da Alcáçova, foi aberta uma segunda Porta de Évora na Rua D. Dinis, a qual foi fechada em 1869. No século XVII, fizeram-se algumas obras de restauro da muralha, de forma a assegurar a defesa da cidade, em virtude da Guerra Peninsular na restauração da nossa Independência. Desde então, sucederam-se vários restauros de forma a permitir que tenhamos hoje em bom estado os muros do século XIII, coroados de ameias, do lado Norte e parte do barbacã. O resto da muralha encontra-se escondido pelo casario. Das quarenta torres iniciais, restam vinte e oito. A que se destaca, verdadeiramente, como símbolo da cidade de Beja é a Torre de Menagem, do alto da qual se avista um vasto panorama, permitindo

⁸² - Casteleiro de Goes, op. Cit..

⁸³ - Segundo J. Hermano Saraiva.

⁸⁴ - No trabalho *A Urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto*, in Casteleiro de Goes, op. cit..

o domínio sobre a planície. Os seus quatro cantos estão alinhados com os quatro pontos cardeais, o que lhe permite receber sol em todas as suas faces.

A torre foi construída por D. Dinis no início do século XIV em estilo gótico da época. A sua planta é quadrangular e tem 40 metros de altura. No interior encontramos três salas, distribuídas pelos três pisos. A sala principal, denominada *Nobre*, está no piso do meio; a sua abóboda é de tijolo de nervura em ogiva estrelada, assente em mísulas decoradas com esculturas. A torre tem em todas as faces janelas geminadas, excepto na que dá para a Praça de Armas que tem um balcão saliente de estrutura maciça assente em cachorrada. A sala do primeiro andar é de secção octogonal e abobadada em ogiva estrelada de cantaria e tijolo, recebendo alguma iluminação através das seteiras. A última sala é mais pequena, com uma abóboda de silharia, não tem seteiras, nem janelas, recebendo a luz da porta que lhe dá acesso a partir do varandim. A face encostada ao ângulo oriental tem uma janela árabe. Como nota final, devemos apreciar o friso gótico a toda a volta com pequenas esculturas e que continua no exterior da torre. O varandim corrido assenta numa cachorrada. O acesso ao cimo da torre é feito por uma escada de caracol com 183 degraus. As paredes são de alvenaria grossa com travamento nos cantos em mármore, podendo ver-se algumas siglas gravadas que serão as marcas dos seus artífices.

A *Praça da República*, situada na zona histórica, corresponde ao centro político e administrativo da cidade, e pelo seu passado histórico e simbólico continua a ser o coração da mesma. Esta característica foi-lhe dada por D. Manuel I que a dotou de edifícios e equipamentos públicos, passando a chamar-se *Praça Nova*, mais tarde *Praça D. Manuel I* e só no século XX passou a denominar-se *Praça da República*. No início, começou por ser um grande terreiro rodeado de edifícios, onde se realizavam as grandes festas da cidade, como corridas de touros, cavalhadas, representações teatrais, etc. No entanto, antes do rei D. Manuel I já este local tinha vida comunitária, pois as investigações arqueológicas revelaram que ela é

*tão antiga quanto as mais antigas ocupações registadas na cidade de Beja (...)*escavações realizadas no Conservatório Regional do Baixo Alentejo, detectaram níveis e/estruturas arqueológicas da II Idade do Ferro, romanas, islâmicas e de finais dos séculos XV e XVI⁸⁵.

As obras do Programa Polis

⁸⁵ - Susana Correia, artigo publicado em *Caminhos de Futuro*.

*permitiram a identificação de vestígios das épocas islâmica, romana, medieval e moderna (...) os diversos historiadores (...) inclinaram-se para a hipótese de que nesta zona se situaria o fórum da cidade*⁸⁶.

Os edifícios que a cercam, públicos ou privados, religiosos ou civis, reflectem uma longa história, apresentando alguns deles aspectos arquitectónicos característicos de diversos estilos e épocas, desde o século XVI até ao século XX, com elementos manuelinos e magníficas fachadas do estilo Arte Nova. Assim, vemos no topo Noroeste da praça a Igreja da Misericórdia, descrita mais adiante. No lado sudoeste, destaca-se, nos números 45 e 46 o edifício sede do Conservatório Regional do Baixo Alentejo, uma antiga residência caracterizada por um agregado de construções de várias épocas, desde o século XVI. O edifício onde funciona a Repartição de Finanças foi construído no local onde existia a cadeia, construída no século XVII. Os edifícios com os números 29, 30 e 31 têm as fachadas revestidas com azulejos estilo Arte Nova. O edifício com os números 27 e 28 reproduz em Trompe l'oeil, na sua platibanda, a balaustrada em cerâmica vidrada branca de estilo Arte Nova. No topo Sudeste da praça, nos números 25 e 26 vemos o edifício que foi a antiga Pensão Lidador, que data do século XVIII, com intervenções posteriores ao nível da decoração das suas janelas emolduradas por grinaldas em estuque. Embebida na sua fachada, vemos uma Estação da Via Sacra.

O *Pelourinho* do tempo de D. Manuel I, em estilo manuelino, em mármore é de rara beleza e com toda a razão classificado como monumento nacional.

No lado Nordeste, o edifício com os números 11 e 12 data do século XVI e ali terão funcionado os banhos e o touril, onde se recolhiam as reses quando havia corrida, devendo a bonita arcada servir de passagem aos touros. O primeiro andar é revestido de azulejos estilo Arte Nova, bem como na casa contígua com os números 8 e 9. Junto à Igreja da Misericórdia, vemos o edifício da Câmara Municipal, inaugurado em 1953.

O *Largo de Santo Amaro*, antigo Largo da Graça e também Largo 1º de Maio, situa-se junto ao Castelo, mas fora das muralhas, onde se situa a Igreja de Santo Amaro, descrita mais adiante. Esta igreja alberga hoje o Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja. Por este local passaria uma antiga Via Romana e ali terá funcionado a Necrópole que foi de todas as civilizações, pelo que o museu possui a melhor colecção do país de monumentos funerários. No centro da praça, vemos um obelisco decorado com as antigas armas de Portugal e as da cidade de Beja. A seguir ao 25 de Abril, funcionou nesta praça o Mercado da Reforma Agrária como se pode ver no

⁸⁶ - *ibidem*.

painel de azulejos que registam as principais Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas do concelho de Beja que ali vendiam os seus produtos. Nesses azulejos pode ler-se:

num tempo radioso, os camponeses desta planície começaram a mostrar o que vale a terra por si trabalhada neste Mercado da Reforma Agrária.

O *Largo de S. João* resultou da demolição da antiga igreja de S. João em 1919 com o argumento que era necessário embelezar a cidade, tornando-a mais moderna, com vias largas para passarem os automóveis. Hoje ainda podemos ver alguns edifícios antigos que, de facto, embelezam a praça. Salientamos a casa da família Lima Faleiro com um passadiço sobre a Travessa do Cepo, o *Clube Bejense*, a antiga casa da família Alcoforado e o Cine-Teatro Pax Julia, construído em 1928 no local onde existira a Igreja de Santo António. No centro da praça, temos uma escultura moderna, de forma abstracta da autoria da escultora Noémia Cruz. A *Travessa do Cepo* que parte desta praça é um belo exemplar da cidade medieval, com os vestígios de construções góticas e manuelinas que subsistem.

Na *Rua do Sembrano* encontramos um troço da muralha que data da Idade do Ferro e que prova a existência em Beja de um povoamento pré-romano de grande importância. As escavações e investigações arqueológicas realizadas nesta zona da cidade puseram a descoberto restos da civilização da II Idade do Ferro e da ocupação romana, mostrando os restos das termas romanas que ali existiram. Dessas termas encontraram-se as ruínas das suas diferentes partes: *frigidarium*, *caldarium* e *tepidarium*. A par destas ruínas, temos achados como: uma lápide romana dedicada à Boa Fortuna, vestígios da cultura islâmica como objectos em cerâmica. O espólio existente justifica a ideia de que terá existido uma intensa ocupação durante os séculos XVII e XVIII, terão existido nesta zona diversas oficinas artesanais, nomeadamente o trabalho em ferro, o fabrico de cerâmica e botões de osso. As escavações mostraram ainda um conjunto de poços e silos que serviam para armazenar cereais. As investigações arqueológicas provam que nesta zona da urbe romana existiam vários eixos viários. Todos estes vestígios de civilizações anteriores estão expostos num espaço museológico ali construído. Este espaço apresenta um belíssimo conjunto de azulejos modernos, da autoria do pintor Rogério Ribeiro, com temática alusiva à água.

A *Praça Diogo Fernandes* é conhecida por Jardim do Bacalhau e já foi de Santa Catarina no século XIX. Tem o *Buraco* que liga ao espaço intramuros que terá sido uma das portas da muralha da qual partiria um dos eixos viários estruturantes da cidade. No centro da praça, vemos uma escultura moderna em ferro, da autoria do escultor Jorge Vieira e que é dedicada ao *Prisioneiro Político Desconhecido*.

A *Avenida Miguel Fernandes* corre ao longo da muralha pelo exterior, com uma ligação ao interior que data do século XVI e se denomina *Postigo da Corredoura* ou de *Nossa Senhora dos Prazeres*, nome da igreja aí existente. O seu antigo topónimo de *Rua da Corredoura* indica que era exterior à muralha e que aí funcionava o mercado do gado cavalariço, muar e asinino. Este também era o lugar onde chegavam as carruagens vindas de Lisboa. As escavações arqueológicas aqui realizadas mostraram a existência de um conjunto de 135 silos da época romana, com 2 a 5 metros de profundidade, para armazenamento de cereal e outros alimentos, como frutos secos. Em todo o Centro Histórico, encontramos muitos edifícios dos fins do século XIX inícios do século XX que parecem marcar a ascensão dos grandes proprietários agrícolas que resultaram da secularização das ordens religiosas. Estas casas apresentam alguns traços românticos, mas são sobretudo belos exemplares da Arte Nova, com belíssimas fachadas de azulejos e gradeamentos em ferro forjado magníficos. É disso exemplo o edifício da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, situado nesta avenida.

5.2. A Mouraria

Dá-se o nome de Mouraria ao bairro habitado pelos mouros. Em Beja este bairro situava-se a leste da cidade. Segundo os registos, devia corresponder aos arruamentos que ficam entre as muralhas, a rua das Portas de Moura e o largo do Salvador. Consta-se que terá sido no reinado de D. Afonso III que foi criado o bairro quando foram ampliadas as muralhas que incluíram o bairro dentro do burgo. Estes mouros trabalhavam na agricultura de primores, nos curtumes, como sapateiros, albardeiros, ferreiros, sendo ao mesmo tempo lavradores, produtores de trigo e pastores. Dada a fragilidade da construção, como dissemos anteriormente, as casas que ali estão hoje já perderam muitas das características da casa árabe, pois são fruto de muitas restaurações e reconstruções⁸⁷.

Como em todos os bairros Árabes, a rua é a sala de estar e de convívio; ela é sempre estreita e sombria para ser mais fresca quando o calor se faz sentir. A casa é escura e sem janelas. Os arruamentos de Beja parecem ainda os Romanos, e por isso as ruas deste bairro não são tão estreitas como é costume noutras cidades de influência árabe, existindo mesmo a Rua *Ancha* (ampla) que é um topónimo árabe. O cronista mouro as-Razi (século IX) considera Beja uma cidade de fundação romana de *muitas e boas ruas e mui anchas*.⁸⁸

⁸⁷ - Casteleiro de Goes, op. Cit..

⁸⁸ - *Ibidem*.

Vemos algumas casas de primeiro andar que pertenciam às famílias mais abastadas, mas a maioria eram térreas. No interior temos: um hall de entrada que serve de cozinha e divisão principal, sala de comer e estar; mais no interior existiam um ou dois quartos de dormir (câmaras) muito pequenos. Nas traseiras, havia o logradouro.

Para além da mouraria dentro do burgo, no exterior um pouco afastado existiam as alcaçarias (local onde se curtiam peles) de que ainda temos os vestígios a leste da Porta de Moura, em frente à mouraria.

Os mouros de Beja tinham uma comunidade com grande autonomia pois tinham foro próprio e alcaide. No entanto, estavam sujeitos às normas régias que regulavam todos os costumes, até o modo como se vestiam⁸⁹.

5.3. A Judiaria

A disseminação dos judeus acontece depois da destruição do Templo de Jerusalém e muitos deles vieram fixar-se na Hispânia, na altura ocupada pelos Romanos (século II); talvez devido à semelhança do clima e do território. Os Romanos aceitavam-nos muito bem e eles sempre viveram fechados em comunidades para assim manterem os seus princípios e preservarem a sua identidade.

No espaço actualmente português, há indícios dessas comunidades desde o século VI e mais tarde, depois da Reconquista Cristã, a sua presença é assinalada em todas as cidades e vilas, vivendo sempre à parte da sociedade, nas chamadas Judiarias que se definem como o espaço, rua ou ruas de uma localidade onde, a partir da segunda Dinastia, passaram a habitar, obrigatoriamente, os judeus ou a grande maioria deles. Antes viviam ao lado dos cristãos, convivendo pacificamente. No entanto, a judiaria de Beja foi criada ainda na primeira dinastia, por D. Pedro I, apesar de não ser referida no *Foral Afonsino* que protege este povo, aconselhando-o a que se queixe ao *alcaide* e aos *alvazis* se forem maltratados. Porém, os cristãos nunca foram tolerantes para com os judeus⁹⁰.

Na cidade de Beja, com base em documentos antigos, é difícil saber, exactamente onde se situava a judiaria, mas presume-se que talvez fosse a *Rua da Guia* (R. Dr. Aresta Branco, antigas *ferrarias*) que

⁸⁹ - *Chancelaria de D. Pedro I*, livro I, fl.37 – in Casteleiro de Goes, op. Cit..

⁹⁰ - *Livro I da Chancelaria de D. Pedro I*, in Casteleiro de Goes, op. Cit..

*vai de Santa Maria para a Porta de Évora, foi uma artéria de tendas-oficinas de ferreiros, mester próprio dos judeus. O registo também a refere como rua pública que vai (...) para o que foi judiaria, dando a entender que aquele bairro deixou de existir*⁹¹.

Nos nossos dias, a Rua da Guia situa-se ao longo da muralha, do lado Norte e tem um aspecto muito pitoresco. A maioria das casas são térreas com um pequeno logradouro nas traseiras, encostado às muralhas; casas de taipa e alvenaria pobre, uma construção muito frágil, bastante pequenas, e no interior tinham dois ou três pequenos compartimentos. No logradouro podiam erguer a *cabana de Páscoa hebraica*. As casa de rés-do-chão e primeiro andar pertenciam aos mais abastados. Nos finais do século XIV, na praça principal da vila, no Terreiro do Farinha, estavam lado a lado as tendas dos judeus, dos mouros e dos cristãos, pelo que, possivelmente, o bairro judaico era só residencial. Isto justifica-se para evitar a circulação de cristãos na judiaria e assim impedir a miscegenação. D. Duarte, por decreto, proibia as mulheres cristãs de aí se deslocarem desacompanhadas, enquanto os judeus, que se dedicavam ao comércio ambulante, só o podiam fazer dentro do burgo, só podendo visitar as mulheres cristãs se as mesmas estivessem acompanhadas⁹².

Os judeus estavam autorizados a viver em Portugal, mas tinham que pagar um tributo ao rei, denominado *judenga ou juderege*, no valor de trinta dinheiros, valor igual àquele pelo qual os judeus venderam Jesus Cristo. Também existia a *Peita* que era o imposto anual pago por cada cidadão judaico. Os judeus produziam e bebiam o vinho *cosher* (vinho puro, não adulterado) ou *judengo* que era taxado a quatro soldos a pipa e no caso de venderem ou comprarem a uva na vinha pagavam seis dinheiros por almude. D. Duarte ordenou que os judeus só podiam beber nas judiarias e se o fizessem noutra local seriam açoitados. As *Ordenações* ordenavam que tudo o que os judeus produzissem ou vendessem estava sujeito a tributo⁹³.

D. João I, a partir dos *Costumes* de Beja, concedeu privilégios aos judeus que se convertessem que deixariam de se chamar *cristãos tornadiços* e quem assim os apelidasse pagava multa de 60 soldos a favor do *alcaide* e mais tarde a favor do denunciante, com o valor de 30 coroas⁹⁴.

Os judeus de Beja estavam isentos dos serviços de vigilância das fronteiras e outros serviços de segurança; e aqueles que se convertessem, bem como os cristãos que se casassem na igreja com uma mulher judia, ficavam dispensados de ter arma e cavalo. Em Beja, existia uma classe judaica muito abastada, com muito boas relações

⁹¹ - *Carta de Aforamento a Salomão Romão, judeu de uma casa na judiaria de Beja por El-Rei D. Pedro I*, citado por Casteleiro de Goes, op. Cit. vol II p. 200.

⁹² - *Ordenações Afonsinas* L. II, t.º 67 §2, cit. Casteleiro de Goes, vol. II p. 215.

⁹³ - *Ibidem*.

⁹⁴ - *Ibidem*.

com o reino e a nobreza. O almoxarifado de Beja deu o terceiro maior valor pecuniário para a expedição às Canárias em 1440. Com D. Afonso V, a comunidade judaica de Beja concedeu numerosos e valiosos empréstimos ao rei, contribuindo, assim, para a empresa dos Descobrimentos⁹⁵.

Os judeus também se exploravam muito entre si, havendo uns muito ricos à custa dos mais pobres, tendo D. Afonso IV tomado medidas para contrariar essa situação; ordenou que todos os indivíduos tinham que declarar e documentar o valor do património que possuísem: casas, herdades, vinhas, gados, bestas, ouro, prata, dinheiros, créditos, dívidas, etc.⁹⁶

Em Beja, habitavam judeus muito importantes como a família Abravamel, condenados por terem participado na conjura contra D. João II os quais eram muito próximos da Infanta D. Beatriz. Mosem Rafael, talvez cristão-novo, casado com D. Violante de Almada. Josepe Framces, era rendeiro do almoxarifado. Dr. António Bom-Dia, médico do Convento da Conceição e proprietário abastado. Rabi Abraão de Beja foi enviado por D. João II na senda de Pero da Covilhã. Abraão Zacuto era íntimo dos Braganças, vivia em Beja e era conselheiro de D. Manuel que não iniciava nenhuma viagem sem lhe pedir conselho. As crónicas dos reis da primeira dinastia comprovam um bom relacionamento entre a burguesia judaica e a corte. Os judeus importantes, como os atrás referidos, até podiam usar o *dom*. As Ordenações Afonsinas, no Livro II, referem que D. Dinis deu ao tesoureiro da rainha-mãe D. Beatriz, Dom Gedelha, filho do Rabi-Mor D. Judas bem Jachia, duas torres em Beja para fazer casas. A casa dos Duques de Beja era frequentada por sábios e aristocratas hebreus⁹⁷.

Este *bem estar* dos judeus terminaria em breve, pois o *Tribunal do Santo Ofício* instalado em Évora iria passar a persegui-los de um modo desaustinado e incompreensível. Instala-se um tal ódio na cidade que origina um terrorismo contra toda a gente, pois, a certa altura, já não eram só os judeus e os cristãos-novos que eram perseguidos, mas todos aqueles que detinham algum poder, quer pela posse de bens quer pela ligação ao poder local. Foi por essa razão que Beja passou a ser *uma cidade sem fé nem sé*, pois, possivelmente terá sido um sentimento anti-inquisitorial que terá criado um sentimento de reserva religiosa por parte dos alentejanos que embora crentes não seguem a igreja católica. Esse sentimento terá permanecido através dos tempos o que terá sido um bom caldo de cultivo para a boa recepção que os alentejanos tiveram em relação ao liberalismo.

⁹⁵ - Sousa Viterbo in *ARCHIVO HISTÓRICO PORTUGUEZ*, VOL, ii, P. 341-347, cit. Casteleiro de Goes, op. Cit. p. 220.

⁹⁶ - *Chancelaria de D. Afonso IV*, Livro IV, fls 51-52, cit. Casteleiro de Goes, vol II, p.222.

⁹⁷ - Casteleiro de Goes, op. cit..

O Tribunal da Inquisição de Évora vitimou 8194 pessoas, sendo o maior número de Beja. O primeiro judeu de Beja vitimado foi em 1567. Naturalmente que aqueles que tiveram possibilidade terão fugido e muitos foram os que o fizeram⁹⁸. Os anos mais terríveis foram os de 1615 a 1640 em que todos eram acusados, alguns só por suspeita de terem alguma gota do *sangue maldito*. Tanto eram acusados os pobres como os ricos, os letrados como os iletrados, até que chegaram relatos terríveis aos reis Filipe II e III⁹⁹. Se esta política contra os judeus levou o país à falência, ela provocou também a decadência da cidade de Beja.

5.4. Monumentos Religiosos

Os principais monumentos religiosos da cidade de Beja são as Igrejas e os Conventos que existem desde a ocupação visigótica. No entanto, é, sobretudo a partir da Reconquista Cristã realizada por D. Afonso III, em 1253, que se lançam as grandes construções deste género; e é impressionante como dois anos depois de ser conquistada aos Árabes a cidade já tinha quatro igrejas: Santa Maria da Feira, Santiago, S. Salvador e S. João Baptista.

A história da cidade de Beja está presente na história destas igrejas e mosteiros, construídos em grande escala após o período da Reconquista Cristã porque não se tratava só de conquistar castelos aos mouros, mas de assegurar a sua posse e isso só se podia fazer com o povoamento e com a evangelização. A estas instituições cabia a tarefa da evangelização, convertendo os infiéis e assegurando, um povoamento pacífico. A partir de 1834, com a secularização das ordens religiosas, assiste-se à destruição dos conventos, venda ao desbarato de monumentos românicos e góticos e encerramento de conventos que se transformam em quartéis, celeiros, armazéns¹⁰⁰.

5.4.1. Igreja de Santa Maria da Feira

A *origem* da Igreja de Santa Maria da Feira remonta aos tempos da ocupação visigótica, pelo que é o templo mais antigo em Beja. Os vestígios visigóticos encontrados no local comprovam-no (a lápide funerária do presbítero Severo, a pedra sepulcral de um bispo visigótico e algumas pedras ornamentais). Durante a ocupação

⁹⁸ - Borges Coelho, *A Inquisição de Évora dos Primórdios a 1668* I volume, p. 32, in Casteleiro de Goes, op. cit..

⁹⁹ - *Ibidem*, p. 341.

¹⁰⁰ - J. Hermano Saraiva, p.382.

árabe, pensa-se que o edifício terá servido de mesquita, tendo em conta a existência do terreiro fronteiro onde se realizava a feira e também pelo facto de a torre sineira se encontrar à ilharga do templo, à maneira das *almenas* das mesquitas. Após a Reconquista Cristã, o templo terá sido adaptado a igreja, pois em 1255 já funcionava como tal. Em 1270, a igreja foi doada à Ordem de S. Bento de Avis. Entre 1500 e 1550, este monumento foi sede da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, cuja fundação se deve à rainha D. Leonor que era natural de Beja. O templo foi destruído pelo terramoto de 1755, e a sua reconstrução data dos finais do século XVIII.¹⁰¹

No interior, temos três naves cobertas por quatro tramos de abóbadas de nervuras de aresta viva que são o resultado da reconstrução de 1575, após o incêndio que destruiu o altar-mor e todo o interior da igreja gótica. As três naves abertas sugerem a igreja-salão existente noutros locais, como em Évora. As três capelas laterais são de traça quinhentista, revestidas de talha dourada muito antiga. As imagens, os retábulos e a decoração são de estilo barroco, século XVII e XVIII.

Observando o exterior do edifício, verificamos que, da traça medieval do edifício, só encontramos a estrutura da abside, a qual é típica da arquitectura gótica portuguesa de 1200. O seu autor, o Padre Joanes Muniones, foi o primeiro reitor.¹⁰² O alpendre fronteiro data do início dos quinhentos e foi construído em estilo manuelino-mudejar. O alpendre-galilé em estilo gótico-mudejar¹⁰³ protege o adro e a portaria principal do edifício e deve ser posterior à reedificação do templo no século XIII. Na fachada frontal, vemos três portas de mármore regional de desenho renascentista (final do século XVI). A fachada termina com uma cruz latina de pedra, com uma peanha coroada de caveiras, assente em pedestal de alvenaria. Três janelões envidraçados e gradeados com moldura de mármore iluminam a nave com luz natural.

Geminada com a *Torre Sineira* foi construída a *Torre do Concelho* (do *Relógio* ou do *Rosário*). Estas torres sofreram ao longo dos tempos algumas modificações, sobretudo a do *Concelho* com três sinos: o das *Horas*, o de *Correr* e o da *Igreja*. O mais antigo data do século XIV. Numa das faces esta torre ostenta três símbolos relacionados com Beja: uma cabeça de touro romana numa caixa de granito, um

¹⁰¹ - Casteleiro de Goes, vol. II, p. 68, op. cit..

¹⁰² - *Ibidem*.

¹⁰³ - Segundo Francisco Javier Garcia Marco, este estilo (moçárabe) consiste numa arquitectura gótica com elementos muçulmanos. Após a Reconquista Cristã os Árabes tinham autorização para permanecer, pagando um imposto para isso. Estes mestres construíram as novas igrejas cristãs em estilo gótico mas com a marca das técnicas e características mais recentes das construções muçulmanas. As características são: uso de cerâmicas vidradas nos azulejos das fachadas e paredes (estilo corda seca), elementos geométricos, torres quadradas semelhantes às das mesquitas, decoradas com arquinhos cruzados e frisos, ausência da figura humana, motivos florais e vegetais.

brasão de armas antigas da cidade e uma lápide de mármore com os seguintes dizeres

*COLÓNIA PAZIVLIA – fezce no ano de 1763 sendo juiz de fora D. António Jorge de Carvalho.*¹⁰⁴

5.4.2. Igreja de Santo Amaro

A Igreja de Santo Amaro terá sido, no seu início, uma basílica paleo-cristã ou moçárabe, de cuja estrutura primitiva, temos apenas a capela-mor e os absidíolos. Ela foi a primitiva sede da paróquia de Santiago e há quem a aponte como catedral moçárabe, estilo que no Alentejo convivia com o Manuelino¹⁰⁵. A igreja foi construída fora das muralhas junto à Porta de Évora, no antigo arrabalde de Santiago. No reinado de D.Fernando (sec. XIV) foi construída a igreja de Santiago intramuros, para ser mais segura, passando a depender das confrarias de Nossa Senhora da Graça, do Senhor Jesus dos Passos e de Santo Amaro. Como esta última confraria foi a que perdurou mais tempo, a igreja recebeu o nome do seu Santo Abade que é o padroeiro dos coxos e aleijados. Mais tarde foi abandonada e serviu de celeiro e mercearia até 1936 quando foi considerada monumento nacional e foi transformada no Núcleo Visigótico do Museu Regional de Beja. A dedicação a Santo Amaro data do século XVIII e foi instituída pelos populares que ali acorriam em romaria no dia 15 de Janeiro de cada ano para oferecer como *ex-votos*, confeitos em forma de braços e pernas, em acção de graças por terem sido curados das suas doenças, considerando isso um milagre do santo. Os *ex-votos* eram depois arrematados, juntamente com as *bolas de Santo Amaro*, pelos romeiros que os comiam para não serem atingidos pelas doenças.¹⁰⁶

A igreja foi objecto de várias obras de restauro, pelo que da traça original só encontramos os fragmentos de estelas paleo-cristãs, lages sepulcrais com inscrições góticas, o portal gótico que está entaipado, inserido na parede entre o portal e o canto sul da fachada, a fresta seteira, os degraus e olhais da torre sineira e a portada lateral de estilo românico.

O interior do templo é de três naves cobertas por quatro tramos de abóboda de meio canhão, de alvenaria simples, sendo as do lado menos elevadas. As abóbodas são suportadas por dois lanços de arcos plenos de arestas chanfradas e apoiados em colunas atarracadas de fustes toscanos, quase todos monolíticos e desiguais, com

¹⁰⁴ Casteleiro de Goes, op. cit..

¹⁰⁵ - *Ibidem*.

¹⁰⁶ - Casteleiro de Goes, op. cit..

capiteis de estilo bizantino. Os seis capiteis de Santo Amaro decorados com elementos florais (alguns visigóticos) são o *ex-libris* da Arqueologia Arquitectónica de Beja. Nas paredes, soleiras das portas e degraus da torre sineira, encontramos estelas funerárias que foram utilizadas nas sucessivas reconstruções e possivelmente retiradas do cemitério cristão de antiguidade medieval ou até anterior, ou, possivelmente da população moçárabe de Beja que ali existia¹⁰⁷.

5.4.3. Igreja de Santiago Maior

A *Igreja de Santiago Maior – Catedral de Beja* tem a sua origem no século XIV e foi comenda da Ordem de Cristo. No entanto, como a igreja primitiva era muito pequena, a mesma foi demolida e no seu lugar construída a actual por ordem de Filipe II que a inaugurou em 1590, conforme consta da lápide embutida sobre a porta da sala de paramentação dos bispos:

Este santo templo dedicado a S. Tiago no dia 14 de Julho no ano do Senhor de 1590 por mandado de Filipe Rei da Lusitânia gerindo o arcebispado de Évora D. Teotónio de Bragança. Foi edificado por Jorge Rodrigues benemérito director desta obra.

A igreja foi destruída pelo terramoto de 1755, tendo o seu restauro terminado no século XIX. Só em 1946 foi sagrada como catedral. Embora o padroeiro seja Santiago Maior, a primeira invocação catedralícia é do Sagrado Coração de Jesus em 1937, por decreto da Santa Sé.¹⁰⁸

A fachada principal da igreja é o resultado da remodelação de 1932. Conserva a portada principal primitiva, de mármore branco com um frontão clássico de volutas e urnas pinaculares.

O interior em estilo maneirista é austero e nele ressaltam os painéis de azulejos da época de D. João V que representam a *Última Ceia*, o *Lava Pés*, a *Crucificação*, e a *Aparição de Cristo à Virgem*, os quais vieram do antigo *Convento das Mónicas* em Lisboa. A capela-mor conserva o primitivo arco triunfal redondo, de pedra da região. O corpo de entrada, dedicado ao coro tem uma bancada de madeira exótica. As paredes são decoradas com azulejos do século XVIII. A cabeceira apresenta um retábulo barroco, em talha dourada, decorado com quatro colunas salomónicas enfeitadas com parras, uvas e aves. A arcadura é de arquivoltas bem decoradas e rematada com uma cruz ladeada de tabelas floreadas, anjos e outros motivos da autoria do mestre Manuel João da Fonseca. O Sacrário, também barroco,

¹⁰⁷ - *Ibidem*.

¹⁰⁸ - *Ibidem*.

tem a porta esculpida com a cena da *Ressurreição de Cristo* e é encimado por dois querubins em alto-relevo que amparam a cruz e a águia. O supedâneo e a mesa do altar são magníficos, de mármore embutidos, estilo florentino, também vieram da Igreja das Mónicas de Lisboa. Nas paredes laterais, ainda se pode admirar a decoração primitiva no lambril de cerâmica policroma. Os painéis superiores datam do século XVIII e representam as cenas da vida de Jesus, também são oriundos do Convento das Mónicas.

5.4.4. Ermida de Santo André

A *Ermida de Santo André* está situada no exterior do recinto amuralhado e, segundo a tradição, foi erigida em memória da conquista da cidade aos mouros em 1162 por D. Sancho I. É um templete-fortaleza e não existem certezas quanto à sua fundação. O templo actual é quinhentista, da época manuelina.

Este templo deverá estar inserido na tradição de construir ermidas junto das vias de comunicação, tal como os Calvários ou Alminhas, sempre comemorativos de mortes e outros eventos lendários quase sempre relacionados com milagres. As ermidas eram assistidas por ermitões a quem os viajantes, com medo dos perigos que os esperavam, recomendavam a vida e a sorte quando partiam, ou agradeciam a protecção divina na chegada.

O interior da ermida é muito escuro, apenas iluminado por uma fresta da abside e tem apenas uma nave, rectangular, com abóboda de berço quebrado, formada de quatro tramos de arcos chanfrados e ligados por um friso em pedra regional. As paredes caiadas de branco ainda apresentam vestígios de pinturas murais. A abside é quadrada e coberta por uma abóboda assente em mísulas pentagonais, com motivos da flora. As paredes laterais apresentam azulejos oriundos do Convento de Santa Clara e cobrem as antigas pinturas murais. O frontal do altar está decorado com motivos manuelinos. O retábulo em talha dourada é do século XVII em estilo maneirista. A Pia de água benta é adaptada de um antigo capitel de mármore em estilo coríntio. Esta ermida é muito semelhante à de S. Brás de Alportel em Évora e data da mesma época. Ambas foram construídas em estilo gótico-mudejar. No entanto, nada impede que a fundação original da ermida tenha sido feita na época da Reconquista cristã.

A igreja está orientada ao ocidente e tem o aspecto robusto do estilo gótico alentejano. A atarracada nave e a galilé são amparadas por doze contrafortes cilíndricos, coroados de coruchéus cónicos, sendo os fronteiros da galilé cercados de

*merlões chanfrados que se repetem três a três, entre os contrafortes, encimando as paredes laterais da igreja, e em platibanda corrida as da abside que é rebaixada em relação ao corpo da nave*¹⁰⁹.

.Nesta igreja, era celebrada, anualmente, uma missa solene para comemorar a Reconquista Cristã. A igreja foi objecto de vários restauros, já serviu de arquivo do Museu Militar e actualmente encontra-se encerrada, mas é classificada como monumento nacional.¹¹⁰

5.4.5. Igreja de S. Salvador

A Igreja de S. Salvador, segundo Túlio Espanca, já existia em 1264 e terá sido construída na Mouraria para trazer os seus habitantes ao culto cristão. O templo que congregava à sua volta muitas confrarias; dispõe de um rico padroado, metade do qual foi doado à Infanta D. Beatriz que, por sua vez ofereceu uma parte das rendas ao Mosteiro da Conceição. Quando o primeiro bispo de Beja tomou posse, escolheu esta igreja para catedral por estar mais próxima do Paço Episcopal, instalado no Colégio dos Jesuítas, então sujeito a obras. A igreja sofreu algumas obras de restauro, sobretudo nos séculos XVI-XVII, e a fachada principal tem aspecto de ter sido reconstruída nessa época. Apresenta três janelas que dão luz ao interior. A entrada faz-se por três portais de lintel, separados por pilastras que terminam em pirâmides fingidas, em argamassa. Entre as janelas vemos painéis de azulejos representando a *Divina Pastora das Almas*. A torre sineira, muito alta, tem um coroamento de pináculos piramidais e coruchéu com cruz de ferro batido.

No interior, a igreja é ampla, de planta rectangular e abóboda de berço lisa e caiada. Em cada um dos alçados, tem três arcarias de arco inteiro e separadas por pilastras de cantaria, algumas com frescos. Nos altares laterais, podemos ver retábulos seiscentistas de talha dourada (na capela colateral ao altar-mor). A capela-mor com abóboda de berço, lisa e caiada. O retábulo, em talha dourada, estilo barroco, com colunas salomónicas com parras e águias esculpidas sobre um fundo lacado de vermelho, mostra a figura do *Salvador do Mundo* no tímpano, em baixo.

A igreja de *São Sesinando* do século XVII foi construída pelo povo no local onde se dizia que tinha nascido o santo mártir e que era onde estava a sacristia da igreja do Salvador. Esta igreja serviu como sede do Colégio da Companhia de Jesus. Trata-se de um edifício singelo, construído em alvenaria, com um portal de pedra, com

¹⁰⁹ - Casteleiro de Goes, op. Cit..

¹¹⁰ - *Ibidem*.

uma nave rectangular e uma abóboda em berço. Sobre a verga da portada exterior encontra-se uma lápide de mármore que diz o seguinte:

A S. Sesinando seu natural e Padroeiro, degolado em Córdoba pela fé de Cristo a 16 de Julho, a cidade de Beja, no ano de 1673 promete, dedica e consagra este templo construído na mesma casa em que viu a luz do mundo, para eterna memória de tão ilustre nascimento.

Este templo foi muito abandonado; até esta lápide já esteve em vários locais, inclusive na calçada; as relíquias e a imagem do santo encontram-se na igreja do Salvador. Esta igreja também serviu como núcleo do primeiro museu de Arqueologia do Sul do país, o futuro Museu Sesinando Pacense¹¹¹.

5.4.6. A Igreja Nossa Senhora ao Pé da Cruz

A Igreja da Vera Cruz foi construída fora das muralhas, junto das vias de comunicação para Moura e Seguros, e a sua construção pensa-se que seja anterior a 1499. O edifício foi totalmente reconstruído no século XVII com D. Afonso VI. A fachada é simples e austera. A portada é de calcário, a porta é de madeira exótica e está datada de 1696.

No interior tem uma só nave, rectangular, com uma abóboda de meio canhão, reforçada no centro por um arco formeiro de alvenaria caiada. Os alçados estão revestidos de azulejos de várias cores, do século XVII, terminando com um friso de talha dourada da mesma época. Existem também muitas telas pintadas a óleo em muito mau estado. O chão da igreja é em lajes de xisto. O púlpito é em pau santo e data do século XVII. A capela-mor data do século XVII, é de planta rectangular e tecto curvo. Os alçados são cobertos de azulejos, modelo tapete floral. A capela é emoldurada por um belíssimo arco do triunfo em talha dourada, representando *querubins*. O tecto de abóboda é pintado com frescos, representando flores, mas em muito mau estado.

5.4.7. Igreja Nossa Senhora da Piedade / Convento de S. Francisco

A Igreja de Nossa Senhora da Piedade foi erigida junto à muralha, em frente do antigo Cemitério dos Pobres. A igreja primitiva tinha uma só nave coberta por abóboda de berço abatida de três tramos caiados de branco. A abside embebida na muralha até mais de meia altura, é enquadrada por um arco pleno de mármore. No fim do século

¹¹¹ - Casteleiro de Goes, op. cit..

XVII, a igreja foi reformada e a porta, deslocada sobre o canto formado pela fachada da igreja com o edifício do hospital. O portal é barroco com moldura de mármore.

No interior, a igreja é ricamente decorada de talha dourada oriunda do convento de S. Francisco e da capela anexa da Irmandade da Ordem Terceira, desmanteladas quando o convento foi adaptado a quartel. São apontadas várias datas para a fundação do Convento de S. Francisco, sendo a que merece mais confiança a de 1324, por ordem do rei D. Dinis, melhor dizendo, por vontade da Rainha Santa Isabel¹¹². Ao longo dos tempos, o monumento foi alvo de vários restauros, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, fazendo desaparecer a primitiva igreja gótica e substituindo-a por uma muito maior, muito ampla, com uma só nave e abóboda de meio canhão lisa. O arco triunfal da capela-mor é muito alto e assenta em bases de ornatos barrocos, de baixo relevo. O portal principal é muito bonito, em mármore regional, com motivos barrocos esculpidos. A porta é de madeira exótica almofadada e com pregaria

O grande claustro foi reconstruído no manuelino, havendo ainda vestígios do claustro primitivo. Dadas as características desta ordem religiosa, existe aqui alguma pobreza e austeridade. As arcadas são de volta inteira em alvenaria, as quais foram robustecidas no século seguinte com contrafortes também em alvenaria, quando se construiu o andar superior com arcadas abatidas, e quatro enormes arco-botantes da igreja. O Refeitório é uma sala rectangular com cinco tramos, podendo ver-se os elementos decorativos do estilo manuelino, esfera armilar e cruz de Cristo, além dos relacionados com a ordem franciscana (mãos entrelaçadas de Jesus e S. Francisco, o Sol e a Lua) nos bocetes redondos. No meio dos claustros, temos uma cisterna cuja pedra do bocal é a original e se encontra gasta pela passagem das cordas que puxavam os baldes.

Nos nossos dias, o convento foi recuperado para uma pousada.

5.4.8. Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição

Foi mandado construir, no século XV, pelo Infante D. Fernando, Duque de Beja e foi destinado a religiosas franciscanas da Regra de Santa Clara. Após a morte do Infante em Fez, sua esposa, D. Beatriz concluiu a obra, a expensas suas e sempre lhe dedicou todo o seu empenho. Nas suas muitas capelas, eram rezadas missas de obrigação, encomendadas na igreja pela aristocracia de Beja o que assegurava elevados rendimentos ao mosteiro. Era desta igreja que saía, na Páscoa, a procissão do Santíssimo Sacramento, pondo o mosteiro grande empenho na sua preparação, o

¹¹² - Padre Carvalho da Costa na obra *Corographia Portuguesa*, in Casteleiro de Goes, op. cit..

que lhe dava grande protagonismo na cidade. Esse costume foi instituído pela fundadora que obrigava os vereadores a participarem na procissão, pagando-lhes para isso.¹¹³

A Igreja da Conceição foi construída em estilo gótico tardio ou até se pode considerar o protótipo do estilo manuelino, por apresentar alguns elementos decorativos do manuelino como sejam os torsos, possivelmente com influência do mosteiro da Batalha cujos pedreiros se pensa que terão vindo trabalhar para Beja. Dado o aumento das necessidades do mosteiro, este foi sempre aumentado, ao longo dos tempos, com acrescentos sucessivos, sem respeito pelo conjunto arquitectónico, pelo que hoje só a entrada principal faz lembrar a sua origem.

A porta principal da igreja foi construída em estilo gótico-manuelino. A fachada termina com uma balaustrada em flor de lis, igual à que debrua todo o monumento e contém as estátuas dos fundadores do mosteiro. A entrada na igreja pelo topo Norte é feita por um nártex em arco gótico ligeiramente quebrado emoldurado, ladeado por dois medalhões renascentistas, moldados em argamassa com os bustos de S. Pedro e S. Paulo. O portal é a reposição da porta do mosteiro que ali foi reconstituída após a demolição do século XIX. Na parede de topo do coro alto, está uma janela *mudéjar* de mármore regional.

Os claustros apresentam parte da estrutura de origem. Têm um aspecto fortificado, apenas aligeirado por estreitas janelas e portas rasgadas em ogiva. No lado ocidental, temos uma galeria ou *loggia* com arcos ogivais.

A torre sineira data do século XIX, é de planta rectangular em estilo neo-gótico, de agulha octogonal, decorada nos vértices. A torre sineira assenta num terraço que foi transformado em quarto monástico, ligado ao coro alto; tem uma janela geminada *mudéjar* que veio do Paço do Infante e a famosa janela de grades da Soror Mariana de Alcoforado. Além destas janelas, existem mais cinco ogivais que dão para o claustro.

No interior do templo, temos uma grande nave com abóboda de berço lisa, com paredes laterais revestidas de talha dourada, bem como na ousia que é coberta por uma abóboda de cruzaria estrelada. As nervuras da abóboda apresentam perfis de estilo gótico tardio português o que na época era inovador¹¹⁴. A capela-mor é de planta rectangular e é antecedida por um arco do triunfo, copiosamente decorado de talha dourada com anjos e folhagens, do estilo barroco. Vemos ainda os retábulos de estilo barroco cujo frontispício é formado por quatro colunas salomónicas decoradas

¹¹³ - Casteleiro de Goes, op. cit..

¹¹⁴ - Segundo J. C. Vieira da Silva, *O Tardo-Gótico em Portugal*, p.56, citado por Casteleiro de Goes.

com elementos marianicos. O trono de talha dourada é de andares com baldaquino coroado e envolvido por anjos de madeira pintada. Vemos a imagem da Senhora do Rosário vestida de primavera. O sacrário também é entalhado e tem a porta esculpida com um Cristo Redentor. A igreja tem alguns altares ricamente decorados onde se salienta sempre o mármore e a talha dourada.

A Casa do Capítulo do tempo de D.João II é coberta por uma abóboda de arestas dividida em dois tramos que vêm apoiar-se a meio da sala numa coluna toscana de mármore. Toda a abóboda está pintada com frescos representando ramagens. As paredes laterais são revestidas de painéis representando santos. Os bancos monásticos são os degraus de alvenaria revestidos de azulejos, sendo os de encosto de aresta, do tipo sevilhano quinhentista. No fundo da sala, vemos um portal de arco duplo quebrado, forrado de azulejos azuis e brancos em xadrez e ladeado por duas grandes estrelas numa moldura quadrada a enquadrar uma espécie de átrio revestido de azulejos, tendo ao fundo o altar do *Senhor Jesus do Capítulo* do século XVIII. O Mosteiro alberga, hoje, o Museu Regional de Beja.

5.4.9. Igreja de S. João Baptista

A Igreja de S. João Batista é uma das igrejas mais antigas, pois já existia em 1300 e pensa-se que terá sido edificada sobre um templo mais antigo, pelos vestígios encontrados, uma janela gótica ladeada por duas cabeças de touro romanas¹¹⁵. Foi comenda da Ordem de Cristo. O interior da igreja foi remodelado no século XVII, apresentando hoje sete altares incluindo o altar mor. A igreja possuía um riquíssimo acervo de ouro e prata que se encontra em parte distribuído por outras igrejas e em parte no Museu Regional de Beja

5.4.10. Igreja da Misericórdia

O edifício foi, inicialmente, previsto, no século XVI, para ser um açougue, acabando por se destinar a igreja por ordem do Duque D. Luís que a doou à confraria da Misericórdia.

À frente temos uma galilé em estilo renascentista, com abóboda de cruzaria assente em colunas toscanas com capitéis compósitos, sendo os alçados arcadas de volta inteira, os cunhais almofadados são de estilo florentino.

A grande nave salão destinava-se a cemitério e tem seis capelas.

¹¹⁵ - segundo Pinho Leal in Casteleiro de Goes, op. Cit..

Todo o recheio do interior da igreja foi transferido para a igreja do patronato de Santo António em virtude das infiltrações oriundas de uma mãe de água instalada sobre a igreja.

A Santa Casa da Misericórdia de Beja data de 1500, tendo sido fundada por D. Manuel e pela rainha D. Leonor.

Capítulo II. **Cultura**

1. Uma Perspectiva Global

Na óptica de Franz Boas a concepção de cultura como mera justaposição de categorias estanques (como vida económica, técnica, arte, organização social, religião, etc.) não é sustentável. Todos os estudos apontam para a ideia de que *cada cultura (... é) uma unidade em si mesma*¹¹⁶. O imenso material acumulado da análise exaustiva das culturas e a colheita do respectivo acervo sobre a vida social não podem perder de vista essa unidade. Nenhum sistema cultural ou aspecto particular são compreensíveis fora da hermenêutica da sua totalidade: cada pormenor só faz sentido quando remete ou se refere à globalidade da vida cultural. É desta maneira que devemos compreender o *indivíduo que vive na sua cultura; e a cultura vivida pelos seus indivíduos*¹¹⁷.

R. Benedict denomina *configuração* o espírito de cada cultura que permanece, apesar das mutações epidérmicas. A *configuração* está para as relações funcionais como a Gramática Generativa está para a Transformacional; ela é mais íntima e determinante em cada cultura do que as relações funcionais entre os vários aspectos particulares da mesma.

2. Costume e Comportamento

A Antropologia estuda as características físicas, as técnicas industriais, as convenções e valores que distinguem entre si as comunidades com diferentes tradições. Ocupa-se do ser humano como criador e produto, em simultâneo, da vida social. O seu objectivo é conhecer e compreender as várias culturas existentes; como se transformam e diferenciam entre si; como os meios e processos se exprimem e se afirmam; de que modo os costumes condicionam as vidas dos seres que constituem as várias comunidades culturais. Os juízos de valor proferidos sobre cada aspecto da cultura, quer do ponto de vista particular, quer do global, não são objecto da Antropologia: esta não valoriza, mas compara; não julga, mas analisa; não moraliza, mas compreende. Ela estuda a conduta, não do ponto de vista ético, mas fenomenológico; não numa perspectiva subjectiva, mas objectiva.

¹¹⁶ V. Franz Boas, *Anthropology and Modern Life*, N.Y., 1932, in Benedict R., *Padrões de Cultura* p.7,8.

¹¹⁷ - *Ibidem*.

O costume é uma acumulação de condutas ditadas pela tradição (*é a vida, é a tradição*) e tem grande importância e influência, quer nas experiências quotidianas, quer nas crenças e nos valores dos indivíduos e dos grupos manifestos nos respectivos comportamentos. Assim, ele tem uma função modelar (de molde, moldar) na estruturação da conduta¹¹⁸. As tradições cristalizadas nas instituições e nos costumes são como uma linguagem através da qual se filtram os nossos conceitos filosóficos e perspectivas morais. As nossas concepções de verdadeiro e falso e os nossos valores individuais e colectivos são, igualmente, modelados pelo costume.

Desde criança que a vida dos indivíduos é um constante processo de assimilação e acomodação dos padrões da comunidade em que estão imersos; sendo estes padrões fruto das tradições que se propagam de geração em geração. São também os costumes que moldam a experiência e a conduta dos sujeitos. Todos os valores, crenças, hábitos, actividades da cultura se metabolizam como que por osmose na vida dos indivíduos de uma comunidade.

É frequente a confusão entre costume local e natureza humana; mais precisamente entre rasgos de uma determinada cultura, numa continuidade histórica, sobretudo quando esta se torna determinante e permanente com rasgos da própria natureza humana. A esta *contaminação* e generalização indevidas chamamos *naturalização da cultura*. Neste sentido, a cultura, a par do relevo e do clima são os factores mais determinantes nas características de uma comunidade ou região. Algumas características étnicas incorporam traços da *raça*, assim chamada, que são rasgos físicos ou características somáticas que contribuem para afectar o temperamento e têm a sua quota parte na formação da cultura. Apesar de ínfimos, os rasgos da natureza são maximizados e tantas vezes confundidos com os costumes de uma determinada comunidade.

A pretensa universalidade da cultura branca, bem como a tão famigerada cultura ocidental e a visão eurocêntrica, ou, numa palavra, o Ocidente, tem-nos impedido de valorizar convenientemente e respeitar as restantes civilizações e culturas a que depreciativamente apodamos de marginais, primitivas e selvagens, por serem tão somente outras que não a nossa ou diferentes da nossa experiência, vivência e/ou compreensão do mundo. Também os gregos chamavam de bárbaros aos que não falavam o Grego, termo que deu origem à palavra barbarismo. Deste modo nenhuma cultura é mais natural que as restantes, nem é uma inevitabilidade.

Numa perspectiva antropológica, não é correcto, fazer coincidir o comportamento de uma cultura com o *comportamento humano*; nem os nossos

¹¹⁸ John Dewey, in Benedict R., op. Cit, p.9.

hábitos sociais com a *Natureza Humana*, se é que essa noção tem sustentabilidade científica.

No nosso processo de desenvolvimento, aprendemos a distinguir o que é próprio do *meu grupo (la cosa nostra)* do que lhe é estranho. Esta *cosa nostra* fecha os grupos com uma fronteira protectora, entre o que está dentro e o que está fora. Ruth Benedict cita nomes como *zum*, *Déné* e *Kiowa* com que designa os *seres humanos* como sendo eles próprios¹¹⁹. E fora desta membrana concêntrica que define e protege o grupo, não há *seres humanos*. Existem apenas *eles* ou os *outros*, os estranhos, o *Xenos* (do grego que deu origem à xenofobia), os estrangeiros.

O homem primitivo não considerava os que estivessem fora da sua tribo, mas apenas o seu próprio grupo humano, porque presumia que os modos de comportamento do seu grupo eram os únicos, no que respeita à ética, à organização familiar, e às várias práticas e instituições, como a regulação da propriedade; e bem assim do trabalho e da religião. Esta tendência agressiva face às culturas dos outros considera-os estrangeiros, bárbaros, perigosos, em oposição aos próprios vistos como cultos, povo eleito, raça superior, etc. Um exemplo claro desta pulsão étnica a que Fernão Lopes chamaria de *a mesma nação* é o povo judeu que se considerou o *Povo Escolhido* (o sionismo) face aos povos vizinhos a quem vencida em intermináveis *guerras santas* dirigidas por Javé. Alguns séculos mais tarde, na Europa, este mesmo povo foi objecto de perseguições como raça abjecta que conspurcava a pureza das outras raças, nomeadamente a ariana, motivo esse que justificou inúmeras campanhas difamatórias e levou à Inquisição e ao Holocausto consentido por todo um povo que se julgou pertencer a uma outra raça superior. Nunca, na história da crueldade, se verificou tamanha abominação como na loucura do Holocausto cometida pelos nazis. O mesmo povo, antes escolhido e logo banido; antes eleito e logo levado à quase extinção pelo anti-semitismo, transformou-se pela diáspora num povo estrangeiro.

Uma destas manifestações primitivas como que condicionada por um provincianismo generalizado, reside na religião face à qual os ocidentais são os crentes e os restantes são pagãos. Nenhuma realidade, ritual, manifestação ou instituição de um dos grupos era aceite pelo outro e vice-versa. Eram grupos que se excluía mutuamente, do lado os crentes, a verdade, a revelação divina, a verdadeira doutrina e do lado dos pagãos, a superstição, as fábulas e as *garras do erro*.

O Homem Moderno alcançou uma certa relativização em relação à(s) religião(ões), mas já não podemos dizer o mesmo, no que respeita às questões que

¹¹⁹ In Benedict, R. op. Cit., 1934, p. 19.

suscita a pertença a uma determinada raça. Tal como o *costume* que tem dificuldade em ser teorizado, uma vez que o observador olha o mundo a partir de dentro dele, como de uma *lente sem a qual ele nada poderia ver*¹²⁰. A tendência em muitos casos consiste na naturalização da cultura. Também se identificavam atitudes sociais típicas dos anos trinta como traços da *Natureza Humana*. A História está repleta de exemplos destes. A Igreja ainda hoje fala de um *Ser Natural* e de uma *Lei Natural*¹²¹. Do mesmo modo, temos dificuldade em relativizar as culturas e de estabelecer contactos fecundos entre elas; tal como temos relutância em *enfrentar mudanças culturais em questões essenciais*¹²². O conhecimento de outras convenções e a constatação das diferenças em relação às nossas ajudar-nos-iam a promover a racionalidade na ordem social; superar o nacionalismo e o snobismo racial e avaliar objectivamente o comportamento social dos outros povos, sem medo, nem recriminação.

Nas sociedades de insectos, como por exemplo as formigas, não se arriscam a alterar nenhuma característica da espécie, uma vez que

*o padrão de toda a estrutura social reside no comportamento instintivo da formiga*¹²³.

Todo o regulamento da conduta sexual e da organização social fica desde logo inscrito no código genético do indivíduo que desde o nascimento procura o seu lugar no grupo, de forma irrefragável e condicionada. Os seus padrões de conduta são determinados e previstos geneticamente, como o formato das antenas ou a estrutura do abdómen.

Nas sociedades humanas, por outro lado, dá-se precisamente o oposto: a Religião, a Linguagem, a Organização Social e os valores não têm a sua origem em qualquer célula germinal. O fenómeno das crianças lobo que Lineu, por ignorância, classificou como *homo ferus* como se se tratasse de uma subespécie, não eram mais do que crianças abandonadas e privadas de modelos parentais de comportamento. Nos exemplos de adopção moderna em que casais adoptam crianças de outras raças, notamos que, no processo de socialização, os rasgos que prevalecem não são os biológicos, mas sim os culturais, quer se trate de costumes, valores ou de atitudes.

O ser humano identifica-se com a cultura circundante, independentemente da raça ou das características biológicas de que é portador. A Antropologia transborda de casos que confirmam esta asserção, como é o exemplo dos cristãos-novos e dos moçárabes em Beja. Ao longo da História vemos povos diferentes que foram obrigados a adoptar culturas externas que lhes foram impostas, como na colonização, ou a que eles se expuseram nas migrações. Quer dizer que a cultura e toda a

¹²⁰ - Benedict R., op.cit, p.14.

¹²¹ - *Ibidem*, p. 15.

¹²² - *Ibidem*, p. 15.

¹²³ - *Ibidem*, op. Cit., p. 16.

complexidade das relações sociais não são transmitidas biologicamente, o que justifica o facto de o Alentejo apresentar características culturais e sociais muito diferentes das de outras regiões do país, devido à diversidade de sedimentos culturais e linguísticos que lá permaneceram.

Além da dialéctica entre a natureza e a cultura, devemos considerar um segundo aspecto: a herança humana que não se transmite biologicamente; quer dizer que qualquer raça pode vivenciar e usufruir de qualquer cultura. Daí a enorme importância da tradição como processo de transmissão cultural. A segunda resposta da Antropologia ao argumento da pureza racial diz respeito à natureza da hereditariedade. Para além do horizonte familiar, a hereditariedade é um mito. Numa área vasta como a Europa, não tem qualquer base real e não faz sentido. Qualquer análise à constituição física demonstra a enorme sobreposição de raças, desde nórdicas, alpinas ou mediterrânicas, e actualmente com as imigrações, cada vez mais afro-asiáticas e latino-americanas. O ser humano manifesta o mesmo *comportamento automático* determinado por reacções quer orgânicas, quer culturais.

Só nas sociedades primitivas se pode conseguir uma abordagem comparativa objectiva dos padrões de cultura, já que o seu isolamento face às grandes civilizações e o isolamento entre si são hoje ainda um laboratório da diversidade das instituições humanas. Não podemos afirmar com toda a certeza que nem mesmo um pequeno número de feições universais e primitivas como o animismo, as restrições exógamas sobre o casamento, concepções sobre a alma humana e a vida para além da morte (concepções universais e primitivas) sejam determinadas biologicamente, por muito perto que estejam da natureza (feições *de berço*); elas são tão socialmente condicionadas como qualquer costume local. Nem sequer podemos provar que as formas hoje observadas nos povos ditos primitivos sejam as originais. A utilização dos costumes primitivos no estabelecimento de origens é de natureza especulativa. Porém o estudo das sociedades primitivas é importante porque:

fornece-nos material para o estudo de formas e processos culturais; ajuda-nos a distinguir as características locais dos rasgos universais das culturas humanas; ajuda-nos a compreender o papel e importância do comportamento culturalmente indicado

124

Os Índios Digger (autóctones da Grande Bacia) da Califórnia contam uma história que ilustra o domínio da cultura branca sobre a cultura indígena:

¹²⁴ - Ruth Benedict, op. Cit., p. 21.

*No princípio Deus deu um vaso a cada povo e por este vaso bebiam a sua vida. Todos enchiam o seu vaso mergulhando-o na água, mas todos os vasos eram diferentes, o nosso vaso quebrou-se, desapareceu*¹²⁵.

Dos elementos possíveis como os esquemas de propriedade; a hierarquia social; as técnicas ligadas às coisas materiais; os aspectos da vida sexual; a paternidade e o culto dos antepassados; as associações e as trocas económicas; os deuses e as canções sobrenaturais não são tidos em conta da mesma maneira e com o mesmo grau de urgência, intensidade e importância em todas as comunidades humanas. Umhas culturas quase não conhecem o dinheiro; outras tornaram-no fundamental em todos os campos do comportamento. Numa sociedade, desdenha-se a técnica; noutras, ela atinge um nível de adequação e de perfeição extraordinárias. Numas, criam-se enormes quantidades de rituais sobre a adolescência; noutras sobre a morte; e noutras, sobre a vida para além da morte. Cada cultura, tal como fazem as línguas naturais, selecciona os elementos do leque de segmentos possíveis. O que para uns povos é essencial, para outros, é inócuo e irrelevante. Só a título de exemplo, Ruth Benedict, apresenta inúmeras perspectivas sobre como os povos consideram a adolescência e a puberdade. Na América Central, maturidade significa a capacidade de fazer a guerra. Na Austrália, significa a inclusão masculina no culto e nas questões da tribo, das quais a mulher está liminarmente excluída. Na Colômbia Britânica, os rituais da adolescência são uma preparação mágica para todo o tipo de ocupações e procedimentos, pelo que os rapazes e raparigas participam em jogos e rituais que preconizam e preparam a sua participação futura na comunidade. Na tribo Nandi, na região dos grandes lagos da África Oriental, rapazes e raparigas participam num ritual uniforme, sendo os ritos da circuncisão separados, mas seguindo o mesmo padrão para ambos os sexos. Na África Central submetem a rapariga púbere a um processo de engorda mastodôntico, segregando-a até ao casamento. Na Colômbia Britânica, durante 3-4 anos, a rapariga púbere é isolada totalmente da comunidade, considerada um perigo para quem a vir ou pisar suas pegadas. A expressão para designar esta segregação é *enterramento em vida*; enquanto que para os apaches a menstruação era considerada uma bênção sobrenatural, quer pelas próprias, quer pela tribo.

Em todos os povos primitivos, a adolescência é mais um rasgo distintivo entre culturas do que uma instituição de puberdade biológica: a idade, em que se efectuam os rituais, varia num largo espectro de anos; as cerimónias correspondem a um reconhecimento do novo estado adulto daquele que era uma criança; as variações e condicionamentos nas investidas são tão variadas como as várias ocupações e obrigações dos adultos. Se a ocupação futura é a de guerreiro, os rituais de iniciação

¹²⁵ - *Ibidem*.

serão diferentes do que se o neófito receber o privilégio de dançar numa representação de deuses mascarados ou se o carácter dos rituais de transição exibirem a masculinidade do mancebo que tem que provar a sua virilidade adulta, etc. Em resumo, os factos fisiológicos da adolescência, mesmo quando são fortemente relevadas, força, virilidade, agilidade, são sobretudo e principalmente interpretados cultural e socialmente.

Existem povos, que não conhecem o estado de guerra, como os esquimós. Para outros aceitar o estado de paz era inconcebível porque equivaleria a reconhecer nas tribos inimigas o estatuto de seres humanos, concepção para eles inaceitável. Os aztecas combatiam para obter vítimas para sacrifícios cruentos. Quando viram que os espanhóis combatiam pelo poder e ocupação territorial desmotivaram-se para o combate porque os espanhóis violaram as regras do jogo e Cortez entrou vitorioso na capital do México.

As instituições sociais não são uma cristalização *tout court* das necessidades biológicas dos seres humanos. Elas são elaborações muito complexas. As trocas comerciais transcendem largamente as questões de sobrevivência; as relações de parentesco ultrapassam largamente as pulsões sexuais e a guerra não é a expressão linear da agressividade humana como instinto bélico que na relação entre algumas tribos não tem qualquer expressão. Por muito necessárias e impossíveis de eliminar ou substituir, certas formas tradicionais próprias de uma cultura são irrelevantes noutra. Cada cultura, em cada período da sua época, explora apenas um número muito reduzido de alternativas possíveis, quer ao nível dos elementos, quer da relação entre eles. Assim, não concebíamos na Idade Média a expressão artística desligada da religião (o grande período das Artes Plásticas da Europa foi motivado pela religião). A Arte pintou cenas de santos e dogmas de cariz religioso. A Arte e a Religião influenciaram-se mutuamente, até um determinado momento histórico e são as consequências dessa interpenetração que interessam à análise cultural, entendida como o estudo que tem por objectivo identificar, descrever, caracterizar os segmentos estruturantes de uma cultura, bem como a sua dinâmica inter-relacional, a fim de a tipificar na sua configuração específica. Na interpretação de uma obra de arte, por exemplo, podemos concluir sobre a sensibilidade de um povo, os seus costumes, padrões de vida, relações de poder, o seu grau de civilização, entre outros, que são dimensões de natureza cultural. Hoje a Arte e a Religião não se interpenetram e no entanto, as duas vertentes têm grande importância cultural.

As pequenas transformações que tanta repulsa provocaram, como o aumento do divórcio e a secularização das cidades, as reuniões de jovens e suas expressões de afecto e carícias de forma ostensiva, poderiam ajustar-se perfeitamente a um

padrão de cultura levemente diferente do nosso. Nada melhor para ilustrar o que ficou dito do que a citação de Ruth Benedict:

*Ninguém pode participar completamente em qualquer cultura se não tiver sido criado dentro das suas formas e vivido de acordo com elas; mas todos podem conceder que outras culturas têm, para os seus participantes, o mesmo significado que se reconhecem na sua própria*¹²⁶.

Todas as associações e arranjos dos elementos dos diferentes campos da experiência são de ordem social e não uma inevitabilidade biológica. Temos o exemplo das bênçãos da *visão* e os privilégios da hereditariedade do clã, ou os ritos da *visão* e as cerimónias da adolescência. O casamento e a Igreja, na nossa cultura, são padrões sociais que ao longo da História adquirem e perdem configurações variadas.

3. Integração de Culturas

Todos os padrões de comportamento são relativos:

*(...) podíamos supor que na questão de privar alguém da vida todos os povos concordariam na sua condenação. Ao contrário, na questão do homicídio pode afirmar-se que ele não é censurável, se se romperem as relações diplomáticas entre dois povos vizinhos, ou que é costume matar os primeiros dois filhos, ou que o marido tem o direito de vida ou de morte, ou que é dever do filho matar os pais antes de serem velhos. Pode suceder que se mate uma o que rouba uma galinha, ou aqueles a quem nasçam os primeiros dois dentes superiores, ou que nasça numa quarta-feira. Entre certos povos sofrem-se tormentos por se ter causado acidentalmente uma morte; entre outros é facto sem importância. O suicídio pode, também, ser uma questão fútil, o recurso de alguém que tenha sofrido qualquer leve censura, um acto que é frequente numa tribo. Pode ser o acto mais elevado e nobre que um homem pode cometer. Mas pode suceder que só a própria referência a ele, seja motivo da mais incrível chacota, e propriamente o acto em si ser inconcebível como coisa possível. Pode, porém, ser um crime punível por lei ou considerado como pecado contra os deuses.*¹²⁷

O estudo da cultura não se resume a uma colecção de costumes, tradições, ritos, celebrações, comportamentos ou ocorrências, castidade, caça-de-cabeças, homicídios, *tabus*, *totems*, adolescência. Além do seu relativismo, os elementos culturais formam um conjunto integrado e congruente. Cada cultura como cada indivíduo tem objectivos, fins e é um modelo mais ou menos consistente de pensamento e de acção: orienta as condutas e consolida as suas experiências em

¹²⁶ - op. Cit., p. 31.

¹²⁷ - Benedict R. op. cit., p.36-37.

função e proporcionalmente às urgências e necessidades daqueles objectivos. De forma que cada unidade de comportamento ou cada segmento só adquire sentido nos motivos emocionais e intelectuais de cada comunidade.

Outra perspectiva cultural é a *gestáltica* em que *o todo transcende o mero somatório das partes*. Cada cultura, de acordo com o seu fim, escolhe as feições possíveis que em cada região pode utilizar e rejeita ou remodela as que não pode, de acordo com as suas necessidades. Este processo não é, necessariamente, consciente; as necessidades criam cânones inconscientes; definem prioridades que se desenvolvem; expressam-se em padrões consistentes através da elaboração de manifestações culturais. Este mecanismo de integração de elementos agregados à roda de um núcleo é semelhante ao processo de formação daquilo a que, em Arte, chamamos estilo. Por exemplo, toda aquela exuberância que conhecemos na arte gótica: a originalidade das ogivas, os elementos animistas, os vitrais, partiram de um núcleo germinal da associação de dois elementos escolhidos pela religiosidade medieval, que são a preferência pela altura e a luz, duas qualidades do divino seleccionadas para dar sentido a um estilo que se generalizou e incorporou elementos de forma harmoniosa e assim pôde tornar-se a forma de arte mais homogénea do século XIII.

Toda a plêiade de comportamentos multiformes orientada para conquistar um modo de vida, constituir família, fazer guerra, adorar deuses, etc, se organizou em configurações padronizadas consistentes, de acordo com os códigos gerados no inconsciente social colectivo de escolhas que se desenrolam no seio de cada comunidade. Uma das insuficiências básicas da Antropologia consiste em coleccionar as descrições etnográficas e folclóricas das culturas, negligenciando o estudo do seu *todo articulado*, formando com essas feições culturais uma espécie de monstro mecânico de Frankenstein:

*uma perna da Terra-do-fogo e outra do Taiti, os dedos das mãos das Ilhas Figi e os dos pés de outro lado*¹²⁸.

Nem o estudo das culturas primitivas, no seu todo, dá bem a noção exacta do que chamamos a Cultura Primitiva. Assim como a configuração total não é o resultado da análise linear das suas partes. Entre duas totalidades, os elementos idênticos que as constituem adquirem características diversas. W. Dilthey deu o mesmo relevo à *integração* e à *configuração* em Ciências Sociais:

*o que interessa (principalmente) são as grandes filosofias e interpretação da vida*¹²⁹.

¹²⁸ - Benedict R., op. Cit, p. 39.

¹²⁹ - *Ibidem* p. 41.

4. As Tradições Pacenses

Os costumes e tradições bejenses não gozam de uma especificidade tão nítida, de molde a que o jogo das inter-relações entre eles constitua uma configuração cultural própria que de forma inequívoca os discrimine em relação às comunidades limítrofes. Acresce que muitas das tradições são comuns a todo o Alentejo e algumas até às Beiras ou ao Algarve e não serão por isso abordadas porque vão muito para além do limite geográfico da cidade e concelho em estudo. Além disso os elementos culturais de que aqui daremos conta inserem-se num sistema mais vasto que ultrapassa a região e os integra nos povos peninsulares, e mais propriamente na cultura dos povos da bacia mediterrânica.

Tendo em conta o clima e as características da região, poderemos assinalar de forma singular algumas especificidades. Pretendemos apresentar as tradições mais significativas e até algumas que já só existem na memória das pessoas porque tiveram um grande impacto no passado. A recolha que a seguir apresentamos foi obtida na bibliografia citada e no contacto com as populações.

Como em qualquer região, as pessoas gostam de conviver e fazer festa à mesa. A boa comida e o prazer de comer são típicos do alentejano e por isso também do bejense. Nos manjares festivos, temos sempre, a carne de porco, as fritadas e outras modalidades, os ensopados de borrego e aves, fritos e doces provenientes da confeitaria conventual, como as azevias do Natal, as filhozes e bolinhóis do Entrudo, os folares da Páscoa e as favas fritas de S. João. As filhozes das famílias mais abastadas eram feitas com farinha, especialmente moída para o efeito pelos moleiros do Guadiana¹³⁰. Temos ainda as molejas de porco, as romãs que se comiam no Ano Novo, Reis Magos e Entrudo para que o dinheiro não faltasse durante o ano. Nos Santos e S. Martinho, eram comuns os magustos de bolotas aveleiras que eram as mais doces. Estas eram secas no caniço em fiadas, ficando com um sabor idêntico ao das castanhas.

Muitas aves são consideradas sagradas e por isso *tabu* na alimentação, como as andorinhas, garças, cegonhas, cucos e grou. Dizia-se que quem comesse carne de grou padeceria de longa agonia na velhice e morte.¹³¹

O alentejano é muito criativo e com muita sensibilidade para fazer boa comida. Só pede que não lhe falte pão e azeite porque com um pouco de imaginação acrescenta ervas aromáticas (orégãos, coentros, poejo, hortelã, salsa, etc), queijo, figos frescos e uvas, etc, e faz autênticos manjares que todos conhecemos, como

¹³⁰ - Casteleiro de Goes, op. cit.

¹³¹ - *Ibidem*.

sejam as açordas, as sopas e caldos e o pão simples com um conduto que pode ser azeitonas, queijo, presunto, etc. Estes alimentos não dispensam o conhecimento profundo de como lidar com a fogueira feita com lenha de azinho ou outra variedade, consoante a sua adequação à iguaria.

As festas, quer profanas, quer religiosas, seguem o calendário, o qual também respeitámos na sequência da seguinte apresentação. Assim, começamos pelos Presépios Vivos que eram representações da história da Natividade que se realizavam na época natalícia e podiam ir até ao Dia de Reis, eram muito populares em Beja, sobretudo o de S. Matias. Os papéis das várias personagens dos autos eram transmitidos de memória, de geração em geração e entregues aos actores que os representavam quase de forma vitalícia, recebendo e guardando religiosamente os escritos em folhinhas muito velhas que, na prática, não lhes serviam de nada, uma vez que conheciam as falas de cor.

As figuras eram poucas e a mais típica e que mais agradava ao povo era a do *cabreiro alarve*, retratando o guardador de cabras estúpido, inocente, ignorante, rústico, desabrido, repentista, sem educação, que fala alto quando devia estar calado e que se apresenta em contraste com a jocosidade do *chibante mafarrico*, em relação à Natividade e pureza da Virgem Mãe. As últimas representações aconteceram em 1953.¹³²

O Entrudo era, sobretudo, festejado nas comunidades rurais com os rituais próprios simbolizado na morte do Inverno ou *Morte do Velho*, e também do início da Primavera, para favorecer as boas colheitas. É a festa dos excessos do comer, beber, dançar e folgar que são a antecipação simbólica de abundância e bem estar. Os homens mascaravam-se de seres bravios com peles de animais, sinal de exaltação e libertação dos instintos. Nos nossos dias, restam-nos as máscaras e as brincadeiras do *é carnava*, *ninguém leva a mal...* Até aos anos 70, ainda se realizaram as marchas ou danças do Entrudo, uma manifestação folclórica muito antiga em que as pessoas seguravam um aro flamejante, com movimento giratório. Segundo a mitologia, esta celebração visava ajudar o Sol a completar o seu ciclo. O aro flamejante era levado em procissão em redor das aldeias.¹³³

O ciclo do Entrudo compreendia três fases: a primeira começa na Quinta-feira de Compadres (a última antes do Domingo Gordo); a segunda é o dia de Entrudo; e a terceira, na Quarta-feira, as Cinzas começam com o *Enterro do Entrudo* ou *Enterro do Bacalhau*. O ritual da Queima da Velha realiza-se a meio da Quaresma, que começa

¹³² - Casteleiro de Goes, op. cit..

¹³³ - *Ibidem*.

na Quarta-feira de Cinzas e termina no Domingo de Páscoa. e simboliza a morte do Inverno.

Em Beja, havia, nesta época, os bailes caseiros, com alguns *destrajados*, em que os anfitriões ofereciam filhoses. Também há memória das chamadas *Ceias do Espeto* que se realizavam na Terça-feira Gorda, próprias da classe média alta e em que as damas costumavam embebedar-se. O jantar era oferecido por um dos participantes. Era conhecida como a *Festa do Clube dos Ricos*. No fim do jantar, havia discursos e poesias alusivas. Esta não pode ser considerada uma festa tradicional de Beja, como os *Bailes do Alfinete e do Palito* que não eram mais do que os bailes de debutantes, ou a *Festa do Galo* que era uma festa dos estudantes de Beja. Também havia os bailes populares com danças de roda, ao som de cantigas à desgarrada e estribilhos, como acontecia noutras regiões do país e não só em Beja.

As *Endoenças*, nome por que são conhecidas as festividades litúrgicas da Semana Santa, eram levadas muito a rigor e tinham uma grande adesão por parte da população.

Na Quarta-Feira de Trevas, havia o ritual das trevas: cobriam-se as imagens religiosas dos altares com panos roxos, ficando à vista só o Passo da igreja intensamente iluminado com lampadários de azeite e cera. Durante este ritual, celebravam-se as Missas de Trevas e só se prestava culto às imagens expostas.

Na tarde de Quinta-Feira Santa não se podia fazer nada.

*cavar a terra ou simplesmente remexê-la, simbolizava cavar o Santo Sepulcro; arrancar as ervas era agravar os tormentos de Nosso Senhor, fazer sangrar as suas santas chagas*¹³⁴.

Os pastores silenciavam os chocalhos dos animais com ervas para que o silêncio fosse total.

Na tarde de Sexta-Feira Santa vinha-se à cidade visitar os Passos das diferentes igrejas e traziam-se molhos de rosmaninho e alecrim para tapetar as igrejas e as ruas por onde passava a procissão. Neste dia encerrava-se o ciclo das *Trevas* com a adoração da *Cruz* e o *Enterro do Senhor* ao anoitecer. Nesta procissão e na do Senhor dos Passos, geralmente havia a figura da *Padeirinha*, representando a *Verónica*, a qual, toda vestida de negro, de olhos fixos no chão transportava o *sudário* ou *lenço* do *Ecce Homo*, enquanto cantava num comovente canto os versos alusivos à Paixão de Jesus Cristo.

A cidade entrava num silêncio profundo e num jejum absoluto até às onze horas de Sábado de Aleluia, quando rebentava numa explosão de alegria ao repique

¹³⁴ - in Casteleiro de Goes, p.533.

dos sinos acompanhados por guizos e chocalhos sacudidos pelo povo. Era a alegria da Páscoa com a matança do borrego.

Um pouco mais adiante, no calendário, celebravam-se as *Maias*, mais precisamente no primeiro dia de Maio, mês da renovação da Primavera, da explosão da natureza em festa. Nesse dia cantavam-se as *Maias* e as *Coreias*¹³⁵. Obrigavam-se as crianças a ir ver o nascer do Sol para que o *Maio lhes não entrasse...*¹³⁶, ritual que fazia parte da entrada no ciclo do Verão em que o ritmo de vida se alterava, com os dias maiores do que as noites.

As *Maias* eram celebradas com muitas flores, cantares e danças alusivas. As crianças eram as personagens desses rituais: uma menina vestida de branco com a cabeça e o corpo cobertos de flores, geralmente amarelas e brancas, e sentava-se no trono, uma cadeirinha toda revestida de branco e decorada com flores, o qual era colocado à porta de casa. A população oferecia o *tostanito para a Maia* ou guloseimas. Estas celebrações foram ficando mal vistas por se tornarem numa forma disfarçada de mendicidade e caíram em desuso.

Ainda em Maio havia a *Quinta-Feira da Ascenção* ou *Dia da Espiga*, festa muito do agrado da população de Beja. As pessoas saíam em grupo, bem cedo, para o campo, onde procuravam uma sombra fresca à beira de uma ribeira para um piquenique. Ao meio-dia, ao som da reza de *pai-nossos* e *avé-marias*, apanhavam o ramo de espigas e flores, enquanto formulavam desejos de fortuna e saúde para a família. Este ramo era guardado até ao ano seguinte, pendurado atrás da porta, como talismã auspicioso de boas colheitas. Este ramo era constituído por espigas de trigo em número ímpar, flores amarelas e brancas, um raminho de oliveira, simbolizando o trigo o pão, a oliveira o azeite e as flores amarelas o ouro. Paralelamente, à Hora Solene, quando o sol atinge a altura máxima (meio-dia), era costume soltar do coro e das torres da igreja muitos passarinhos para o ar e flores sobre as pessoas.

A *Festa do Santíssimo Sacramento* ou do *Corpo de Deus* é muito antiga em Beja. Consta que foi instituída pela Infanta D. Beatriz, em memória de um milagre ocorrido quando uma beata libertou o Santíssimo Sacramento das chamas de um incêndio no sepulcro da igreja de Santa Maria da Feira. A beata benigna levou o Santíssimo para a sua ermida onde ficou por ordem da Infanta até à construção do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição. A procissão desta festa que foi contemplada com bula papal repete o percurso do milagre. Estes festejos, embora celebrados em todo o país, em Beja, tiveram um esplendor especial que se manteve até 1910. A citação de José Silvestre Ribeiro não deixa dúvidas:

¹³⁵ - in Casteleiro de Goes, p.536.

¹³⁶ - *Ibidem*.

...vinham a Béja os mais afamados Prégadores de todo o Reino – ricas armações de Igreja se mandavam buscar a Lisboa e de lá vinham igualmente os melhores músicos; por maneira que, durante trez dias, gosava aquella Cidade de tudo quanto póde haver de mais luzido e pomposos nas cerimónias de Culto Cathólico. Havia também nesses dias divertimentos populares de grande ostentação, e mui custosos, bem como certos actos de beneficência, que muito realce davam todos aqueles festejos ¹³⁷.

As pessoas ainda se lembram dos carros carregados da erva espadana, puxados por bois muito enfeitados e bem tratados, que iam à frente da procissão espalhando a erva pelas ruas.

O *Jantar dos Presos*, costume instituído pela Infanta, em que era feito para cada preso um cabaz com uma ração de grão de bico com bacalhau, um bolo, tabaco e muitas iguarias. Este cabaz era transportado em cortejo, à vista de todos até à cadeia, onde era entregue pelos padres confessores, pelo procurador do mosteiro e pelo povo. A procissão movia multidões e agitava toda a cidade; todos queriam ver os magníficos andores de prata e as pompas que o clero exhibia. Nela participavam as autoridades e a elite da cidade que se apresentavam luxuosamente vestidos a rigor. A cidade estava limpa e engalanada; janelas e varandas com colchas de seda e damasco. Da Torre de Menagem, soltava-se o fogo preso, fabricado na cidade. Todas as profissões, ofícios e corporações tinham lugar marcado na procissão, segundo o estipulado por D. Manuel I que por ser para todo o país aqui não vamos referir ¹³⁸.

Dos *santos populares*, S. João era, em Beja, o mais querido e o mais festejado. O elemento principal destas festas era a água pura e fresca que jorrava na fonte, na manhã de S. João, apetitosa para refrescar o corpo, que se fazia em lembrança do Baptismo no Jordão. A água e o fogo são aqui purificadores da alma humana. Por isso são comuns as fogueiras, as cascatas e as orvalhadas. Estas festas derivam das *Palilia Solsticiais* (em honra de *Pales*) da Antiguidade Clássica em que os pastores saltavam sobre a fogueira para se purificarem, juntamente com o rebanho que obrigavam a andar à volta da fogueira ¹³⁹.

Em Beja, havia muitas tradições relacionadas com a adivinhação do casamento: à meia-noite as raparigas colocavam três favas debaixo da travesseira (uma descascada, outra com casca e outra meia descascada). Saltavam a fogueira com elas fechadas na mão. De manhã ao acordar, tirava uma ao acaso, e consoante estivesse com ou sem casca, assim casaria rica ou pobre; também se deixava uma folha de figueira ao relento para ver se se enrolava pelo *sim* do desejo formulado;

¹³⁷ - In *Beja No Anno de 1845*, cit. Casteleiro de Goes.

¹³⁸ - Casteleiro de Goes, op. cit..

¹³⁹ - Ovídio, *Fastos*, pp. 810-811, in Casteleiro de Goes, p.543, vol. II, op. Cit..

lançava-se um bochecho de água num copo para onde se partia um ovo cru e de manhã podia ver-se na clara o desenho da possível profissão do noivo; deitava-se um tostão velho no borrarho para ver, na manhã seguinte, se o casamento estava de caras; de manhãzinha, antes de o Sol nascer, ia-se à fonte buscar água fresca, canas e mentastros para refrescar a casa; as canas nos cantos da entrada (até ao S. Pedro) e os mentastros no chão perfumavam o ar. As cascatas eram feitas com ramos de salgueiros e faias. Nelas, penduravam-se lanternas, flânulas, bandeirinhas de papel colorido, balões, grinaldas, rosetas, etc. A charola ou boneca do mastro devia ter cerejas penduradas.

A Cavalgada da Manhã de S. João, celebrada até 1835, era uma festa muito participada. Segundo os anais da cidade, todos os anos o Senado Municipal, juntamente com os nobres, fidalgos, almotaçes e todos os que tivessem posses faziam uma cavalgada para apresentar cumprimentos e entregar a bandeira real (mais tarde camarária) ao Mosteiro de Santa Clara. A concentração dos cavaleiros fazia-se junto ao tanque dos cavalos, para estes beberem, e os hortelãos oferecerem a cada participante uma cana, a primeira das quais era entregue ao alferes porta-bandeira. Dali, os cavaleiros partiam para a cidade que contornavam pelo Sul: Olarias, R. de Santa Catarina, Corredoura, Estrada de Lisboa até ao Mosteiro de Santa Clara, onde eram recebidos com grande pompa pelas freiras que ofereciam um beberete com doces e iguarias. Depois partiam em direcção ao Norte da cidade até à Igreja de Nossa Senhora de ao Pé da Cruz e de seguida até à Fonte do Areeiro, onde matavam a sede antes de acabarem o percurso na Praça Grande junto à Câmara onde lhes eram oferecidos doces no valor de 12 000 réis. A participação na cavalgada era obrigatória. No entanto, no século XVII, começou a haver alguma oposição à festa por aqueles que criticavam o elevado custo dos doces, uma vez que o país sofria uma crise económica devido à guerra com Castela, sendo que em 1672-73, houve quem fosse preso por não ter participado. Nessa data o cortejo passou a sair do Tanque dos Cavalos. Porém, em 1693 e 1697, os que não participaram não foram castigados porque apelaram para o rei D. Pedro II que os ilibou. A última celebração já não teve cavalgada, nem pompa, limitando-se a um mero passeio de seges por parte dos vereadores.

Também são recordadas as *Cavahadas* populares organizadas aquando das festas religiosas. Elas eram uma imitação dos *jogos de canas* medievais. Os cavaleiros, montados nos seus ginetes e vestidos a rigor, jogavam disputando a

*fogaça: uma cesta de doces e outras iguarias em que não raras vezes se incluía um alentado galaroiço vivo*¹⁴⁰.

Os cavaleiros vestiam jaqueta, calça apertada, botas de cano alto afivelado e chapéu de pana (à espanhola), ou braguês (muito antigo e tradicional de Beja).

*Os jogos eram constituídos por corridas e destreza de mãos no manejar das canas e varas, no quebrar das infusas ou no enganche das argolas*¹⁴¹.

Os jogos eram anteceditos com diversas exibições que alegravam o povo. Os participantes mais cómicos eram muitas vezes levados aos ombros em vez dos verdadeiros vencedores dos jogos. E quando os cavalos eram substituídos por burros era muito mais divertido. Estas festas foram perdendo o interesse das gerações mais novas que não quiseram aprender as suas regras; e, apesar de ainda se realizarem em 1920, já não tinham a riqueza de outrora; resumindo-se a sua celebração a umas corridas a cavalo ou de burro¹⁴².

As Touradas são de tradição muito antiga em Beja, pois já se realizavam com D. Afonso V, nas festas de S. João. A Câmara oferecia dois touros que cobrava em espécie nas rendas do Machial. Até 1513 as touradas realizavam-se na Corredoura, mas D. Manuel ordenou que se fizessem na Praça da Cidade, hoje Praça da República¹⁴³. Ali se realizou a primeira tourada em Portugal com touros embolados, depois de ter sido proibido pelo Papa que os animais corresse com as hastes em pontas (desprotegidas). Nesta tourada esteve presente o rei D. Sebastião e foi a partir daí que as touradas portuguesas ficaram diferentes das espanholas.

Típico de Beja é a *arte de saltar touros à vara*, modalidade cujo último praticante foi José Maria Urbano, *el Lagartixa* (falecido em 1981). Vejamos a descrição desta arte:

*o homem entrou na praça armada de rijo varapau e chegou-se a terrenos do touro, citando-o; arremeteu o bicho, indo de encontro à vara fortemente fixada no chão, e aguentando, sem bulir, pelo valentão que não se mexeu do lugar em que se fixara, este aproveitou a detença da fera para lhe deitar as mãos às hastes, virando-a (...), deixando-o de costas com o pescoço quebrado*¹⁴⁴.

¹⁴⁰ - In Casteleiro de Goes, vol. II, p. 551, op. cit..

¹⁴¹ - *Ibidem*.

¹⁴² - *Memórias sobre as festas constitucionais da cidade de Beja*, in folheto avulso, cit.. por José Leite de Vasconcellos, Etnografia Portuguesa, vol. I, p. 133, in Casteleiro de Goes op. cit..

¹⁴³ - Livro I do *Registo da Câmara*, 1506-32, fl. 48, cit. Casteleiro de Goes, Vol.II, p. 552.

¹⁴⁴ - in *Manuscrito do séc. XV*, editado pelo Dr. Rodrigues de Azevedo, em 1873, in Casteleiro de Goes, op. cit..

No dia de Santa Maria era costume haver *garraíadas* ou *vacadas*, até finais de 1960. Touradas a sério continuam a realizar-se em Beja e são muito do agrado da população.

5. A Actividade Agrícola

A agricultura sempre foi a principal actividade económica do distrito de Beja, pois, como vimos nos capítulos sobre a História da cidade, todos os povos que a ocuparam fizeram-no pelas excepcionais condições de produção agrícola que ali existiam. No capítulo sobre as diferentes ocupações da cidade de Beja, romana, goda e muçulmana, já desenvolvemos as características da exploração da terra feita por aqueles povos. Resta-nos agora saber como é que os cristãos continuaram essa actividade. Sabemos que durante a Reconquista as terras eram distribuídas pelas ordens religiosas que tinham uma acção de ocupação, evangelização e exploração; ao mesmo tempo que impediam a reocupação muçulmana. Os Árabes estavam mais avançados nas técnicas agrícolas, muitas delas ainda hoje perduram, pois os cristãos (moçárabes) souberam aproveitá-las, continuando essa nova arte de cultivo das terras. Os famosos *olivais de Beja* correspondiam ao olivedo dentro do Couto das Vinhas. O azeite era a principal gordura usada na alimentação e as azeitonas curtidas eram o alimento a todas as horas.

D. Afonso III ordenou, por foral¹⁴⁵, que os campos fossem povoados para que *não estejam abandonados nem ermos*.¹⁴⁶

D. Dinis implementou políticas de arroteamento de terrenos incultos, atribuindo herdamentos¹⁴⁷. Foram doados por D. Afonso III o couto de Beringel e um herdamento em Pomares aos monges de Alcobaça e o couto de S. Cucufate na Vidigueira aos padres Crúzios. Seguiram-se muitas outras doações que correspondiam às melhores terras, nomeadamente aquelas a Sul das serras de Mendro e Portel; muitas delas já definidas antes da Reconquista, correspondiam a assentamentos de lavoura criados

¹⁴⁵ - Jorge Rodrigues Simão na História do Direito Português:

Foral ou Carta de Foral é um diploma concedido pelo rei, ou por um senhorio laico ou eclesiástico, a determinada terra, contendo normas que disciplinam as relações dos povoadores, ou habitantes entre si, e destes com a entidade outorgante. (...) o conteúdo dos forais é variável, podendo disciplinar diferentes matérias: liberdades e garantias das pessoas e dos bens dos povoadores; impostos e tributos; composições e multas devidas pelos diversos delitos; imunidades colectivas; serviço militar; encargos e privilégios dos cavaleiros-vilãos; ónus e provas judiciais; aproveitamento de terrenos comuns; citações, arrestos e fianças; em suma normas do Direito Público.

¹⁴⁶ - In *Foral d'El Rei D. Afonso III*, in Casteleiro de Goes, op. cit..

¹⁴⁷ - Casteleiro de Goes, II volume, p. 263, op. cit..

pelos Romanos e conhecidos como *Villae* e Casas Rurais. As principais produções eram a vinha, os pomares, os olivais, as searas de trigo e de cevada, e os legumes. Nas terras mais pobres crescia mato ou ficavam abandonadas para a pastorícia, produzindo também mel e cera.

Com a secularização das ordens religiosas em 1834, as propriedades dos mosteiros e conventos foram vendidas aos particulares, sobretudo os que se tinham distinguido durante as guerras liberais. A terra ficou a pertencer a poucas famílias e à Casa Real e essa será, talvez, a origem dos grandes latifúndios no Alentejo.

5.1. A Agricultura e a Propriedade da Terra

O sistema jurídico de regulamentação da propriedade da terra assenta no Direito Romano. Efectivamente, na Roma antiga prevalecia a propriedade pública, *ager publicus*. Este domínio estendeu-se a toda Itália e passou a constituir os *fundi italicis*. Com a expansão imperial instituiu-se o mesmo sistema nas províncias, os *Fundi Provincialis*. Este domínio público, *dominium populi*, passou, posteriormente, de usufruto individual e parcelar, mediante concessões, a título de usufruto (*usufructus ou possessio*) ou possessões, mediante pagamento de *cânone*. Os bens assim apropriados deixavam de integrar o *ager publicus* e passavam a chamar-se *ager vectigalis*. *Vectigal* ou *cânone* era o *estipendium* ou *tributum* que o concessionário teria que pagar. No entanto o vectigalista não era um proprietário pleno.

A par do *ager publicus* de pertença abstracta do estado, existia o domínio individual dos *fundi limitati* que são o exemplo dos nossos prédios rústicos que os Romanos designavam por *divisus et assignatus*, os quais implicavam a existência de *limes*, os limites. O titular destes domínios era o *dominus*, ou o *pater familias* cujos poderes senhoriais eram plenos (*plena in re potestas*) quer quanto ao poder absoluto de exclusão, quer de fruição, quer de destruição (*ius abendi, ius utendi et ius abutendi*).¹⁴⁸

A dureza das condições climáticas e os miseráveis salários pagos pelos senhores levavam a um constante abandono dos campos pelos trabalhadores que procuravam as vilas e as cidades, onde pudessem arranjar formas de sobrevivência como artífices, o que seria menos duro e mais rentável.

Isso levou a que os sucessivos reis fossem criando leis no sentido de fixarem os homens na terra, mas não oferecendo qualquer benefício aos trabalhadores que se viam cada vez mais escravizados; motivo que os levava a fugir, enquanto os campos

¹⁴⁸ - Volterra, *Instituzioni di Diritto Privato Romano*, Roma, 1961, pp. 298-299, in Casteleiro de Goes, op. cit., pp. 267-275.

iam ficando abandonados. Com as pestes, as calamidades, as campanhas da Índia e mais tarde o Brasil, os campos iam ficando cada vez mais abandonados, sem homens para os trabalhar.

As terras estavam divididas em folhas, em Beja herdades, barros, alqueives, pão e relva, praticando-se a rotação das culturas para não cansar as terras (legumes, cereal, poísio), mantendo a sua produtividade.

A vinha é uma cultura muito antiga em Beja que é, especialmente, conhecida pelo vinho branco

*Beja (...) produzir muito vinho e a vinha ser aqui cultura especialmente protegida*¹⁴⁹.

Eram igualmente protegidas as culturas do olival e searas. Esta protecção era necessária porque, face ao pouco rendimento das terras, os trabalhadores optavam pela pastorícia que, a dada altura, começou a destruir as outras culturas, e bem assim toda e qualquer arborização, pois os gados e os montados eram mais rentáveis. A pecuária passou assim a suplantar a cultura do trigo.

Na pecuária, fazia-se criação de gados, mas também de aves (açores, falcões, patos, perdizes, galinhas, gansos, etc.).

Durante toda a Idade Média, as feiras de Beja eram riquíssimas, vendendo-se toda a espécie de animais, peles, frutos secos, hortícolas, especiarias, telhas, louças, panos madeiras, ferro, ferraduras, freios, esporas, pez, sabão, sebo, unto, esparto, baraços, sumagre, chocalhos, joelhas, peneiras, arcas, taleigas, alforjes, vestuário, alfaias agrícolas, etc.

A criação de ovelhas em Beja era tanta que, para escoar os produtos, foi pedido ao rei D. Dinis que fizesse uma feira de 30 dias, ao que ele acedeu, fixando o dia 23 de Abril para o seu início¹⁵⁰. Esta feira tornou-se tão importante que, no século XV, Beja atraía muitos mercadores estrangeiros, sobretudo de Castela. D. Pedro alterou a data da feira para 3 de Maio e passou a chamar-se de Santa Vera Cruz¹⁵¹. Mais tarde, seria confirmada por D. Manuel que concedeu amplas regalias aos feirantes:

*Além de completa segurança e isenção de penhora aos mercadores e às suas mercadorias, (...) os homiziados por quaisquer malefícios ou crimes que tivessem cometido, pudessem vir à feira e estarem nela, desde três dias antes de se começar até três dias depois de findar e voltarem para suas casas seguramente, sem serem presos, nem acusados por causa dos seus malefícios*¹⁵². Esta feira/festa realizava-se

¹⁴⁹ - Silbert, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime XVIII – debut de du XIX siècle*, vol. II, Paris, 1966, in Casteleiro de Goes, op. cit..

¹⁵⁰ - *Chancelaria de D. Dinis*, livro 3º, fl. 61), in Casteleiro de Goes op. Cit..

¹⁵¹ - *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 2º, fl. 4, in Casteleiro de Goes op. Cit..

¹⁵² - *Livro 7 de Guadiana*, fl. 67, nota de Virgínia Rau, p. 79, in Casteleiro de Goes op. Cit..

*em Vera Cruz de Marmelar. É uma feira/festa anual e em 1825 realizava-se como feira do termo de Beja*¹⁵³.

D. Afonso V autoriza a feira franca anual de 8 a 23 de Março com isenção de metade da sisa, mais tarde confirmada por D. João II. D. Manuel criou a feira de Santa Maria a realizar a 15 de Agosto¹⁵⁴.

Com este desenvolvimento comercial começou a faltar o trigo, cujo preço foi aumentando exponencialmente, apesar das importações.

5.2. As Classes de Trabalhadores Agrícolas

A estrutura agrária portuguesa data desde a Idade Média, e resulta das doações aos mosteiros, às ordens monástico-militares, aos grandes senhores e aos municípios¹⁵⁵.

A agricultura é feita à custa de lavradores foreiros, lavradores rendeiros e seareiros. Os foros ou prazos em três vidas (homem, esposa e filho) era a forma normal de explorar a terra desde o século XIV ao XVIII e as rendas eram pagas em todo o tipo de géneros produzidos. Também existiam os foros perpétuos ou enfiteuses.

Os rendeiros eram os agricultores que arrendavam a terra por um prazo curto. Os seareiros recebiam as terras para desmate e depois podiam fazer uma ou duas colheitas, ao quarto ou ao quinto.

Os grandes proprietários não investiam, não corriam riscos e tinham elevados rendimentos, enquanto os lavradores viviam em constante aflição e medo de perder as colheitas ou não ter com que pagar a renda ou governar a casa.

Com a introdução dos fertilizantes químicos e máquinas os lavradores dispensam os seareiros que transformam em simples trabalhadores à contrata e a pouco e pouco vão desaparecendo ou engrossando a classe assalariada, nos anos 60 e 70. Quando conseguiam um lugar de feitor de uma grande exploração tinham direito a casa, alguns alqueives de terra, horta e um determinado número de cabeças de gado com guarda e pasto garantido, juntamente com as do patrão. Assim esta classe conseguia juntar algum dinheiro o que levou alguns tornaram-se rendeiros de terras e até proprietários.

A luta por melhores salários levava sempre os governantes a defenderem os patrões que acabavam por ir recrutar trabalhadores temporários ao Algarve e às

¹⁵³ - Ofício de Recebedor Geral das Sisas e Carnes da Cidade e Feira da Vera Cruz, in Casteleiro de Goes op. Cit..

¹⁵⁴ - Livro 1º do Registo da Câmara, fl.96, in Casteleiro de Goes op. Cit..

¹⁵⁵ - Virgínia Rau, *Estudos sobre História Económica e Social no Antigo Regime*, p.59, in Casteleiro de Goes op. Cit..

Beiras, prática que durou até aos anos 40. Para Beja, não vinham os *ratinhos* (ceifeiros das Beiras), mas vinham as *galegas*, grupos de homens que vinham das Beiras para a apanha da azeitona e para as mondas. Os algarvios vinham para as ceifas, até aos anos 60 e trabalhavam de empreitada, enquanto os beirões trabalhavam à jorna nas mondas e à tarefa na apanha da azeitona (x por saco de 30 ou 40 kg). Os locais também se organizavam em grupos e faziam empreitadas.

A introdução das máquinas para as ceifas, debulhas e apanha da azeitona viria criar um elevado índice de desemprego que levou a que os pacenses fossem procurar trabalho noutras terras.

Capítulo III. **O Falar de Beja**

1. Uma Abordagem Sociolinguística

O estudo da cultura e do património de uma determinada região não pode ignorar as características linguísticas da mesma; elas têm que ser integradas, uma vez que a língua é o veículo privilegiado da transmissão de cultura e factor estruturante da coesão social de uma comunidade. O timbre, a velocidade da pronúncia, a tendência para alongar ou abreviar as vogais, bem como para a abertura ou fechamento, outras especificidades fonéticas e morfo-sintácticas também contribuem para distinguir e caracterizar uma região. O conjunto de variedades comuns a determinado grupo é também mais um elemento identificador dos indivíduos e funciona como uma marca de reconhecimento para o observador externo. Para os falantes esses registos comuns da Língua e da Fala reforçam a sua vinculação ao grupo e a sua relação de pertença¹⁵⁶.

A Sociolinguística estuda as diferentes variedades linguísticas que coexistem no seio da mesma comunidade, relacionando-as com as estruturas sociais, pelo que não podíamos proceder à observação e recolha dessas variedades sem primeiro introduzir, definir e abordar, embora sumariamente, alguns conceitos básicos dessa disciplina¹⁵⁷.

Segundo Paulo Osório, as variações linguísticas são afectadas por dois níveis de motivações; nível interno, de natureza sistémico e o nível externo¹⁵⁸. Estas motivações externas prendem-se mais com características provenientes do âmbito geográfico, social, político e cultural, do que das inerentes à estrutura linguística propriamente dita. A primeira causa de mudança linguística é a sua funcionalidade; como afirma Martinet: *uma língua muda porque funciona*¹⁵⁹. A Sociolinguística dá importância ao estudo dos factores externos, valorizando motivações extra-linguísticas; ela define língua como meio de comunicação entre falantes de uma dada

¹⁵⁶ - Saussure F., in Dubois J., et al., *Dicionário de Linguística*, Cultrix: *O estudo da linguagem comporta duas partes: uma, essencial, tem por objecto o estudo da Língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; a outra, secundária, tem por objecto a parte individual da Língua, isto é a Fala, e compreende a Fonética: ela é psicofisiológica.*

¹⁵⁷ - Osório P., apontamentos das aulas: Podemos considerar três tipos de variedades halofónicas do Português: diatópicas ou regionais – são territorialmente circunscritas e formam-se pela mistura da dimensão geográfica com a ocupação de um território delimitado por uma fronteira; sociolinguísticas ou diastráticas – avaliam os níveis de falantes segundo o uso e conhecimento da Língua; diafásicas ou elocutoriais – são os diferentes tipos de adaptação discursiva dos falantes, em função do interlocutor e da situação discursiva. .

¹⁵⁸ Osório P. *et al*, *História da Língua Portuguesa*, ed. Cosmos, Chamusca 2008, p. 7-23.

¹⁵⁹ - Martinet (1995), in P. Osório op. cit..

comunidade¹⁶⁰. P. Osório pronuncia-se favoravelmente sobre uma inter-relação entre ambos esses factores, o externo e o interno¹⁶¹.

Como o nosso trabalho incide sobre as variações linguísticas, daremos mais atenção ao objecto e ao método de análise sociolinguística, do que ao do Estruturalismo e do Funcionalismo que valorizam factores inerentes à estrutura interna e sistémica da língua. O que mais interessa ao nosso trabalho é verificar e descrever numa determinada região, as variações linguísticas inerentes ao género, à idade, à raça e ao estrato sociocultural. Há formas que são portadoras de informação de carácter social; há formas estigmatizadas e outras são marcas de prestígio ou constituem uma valorização positiva da geração jovem, etc.. Segundo o autor, o objecto da Sociolinguística são as opções linguísticas dos falantes, bem como o conjunto dos factores de variação, no contexto das relações sociais. Labov (1982) realizou uma experiência que confirma o número de possibilidades que as variações do sistema linguístico oferecem aos seus usuários, quer a possibilidade de auto-identificação, quer a acomodação aos outros falantes, quer a negociação em relação às diferenças sociais¹⁶². Labov refere a experiência de Hindle (1980) em Filadélfia em que analisou a variação linguística em três situações diferentes de inter-acção social, a saber: no trabalho, na família e no jogo entre amigos. Hindle chegou à conclusão que as formas linguísticas mais conservadoras são as que se usavam na relação de trabalho, no escritório. As mais descontraídas e livres registam-se no jogo de bridge. A relação familiar era onde se verificavam as formas linguísticas intermédias, dentro da variação do mais rígido ao mais livre. Assim, P. Osório define a Sociolinguística através da corrente laboviana enquanto processo, ou melhor, uma metodologia que tenta resolver *cinco problemas básicos inerentes à mudança linguística: Constraint, transition, embedding, evaluation and action problem*¹⁶³. O primeiro (*constraint problem*) tem a ver com as condições favoráveis ou desfavoráveis de mudança e pode determinar o número de mudanças possível. O segundo (*transition problem*) prende-se com o percurso (itinerário) das mudanças linguísticas. O terceiro problema (*embedding*) situa-se nas interferências mútuas entre as mudanças e o próprio sistema linguístico, embora se conheça do ponto de vista da Sociolinguística a influência das *tessituras sociais no plano sistemático da língua*. O quarto (*evaluation problem*) incide na reacção de um utente da língua face ao processo de mudança. O quinto problema (*action*) analisa os factores da mudança e os motivos pelos quais elas

¹⁶⁰ - Osório P., op. Cit, p. 13.

¹⁶¹ - Osório P., op. cit, p. 13 e seguintes.

¹⁶² - Osório P. e tal, op. Cit, p. 16.

¹⁶³ - *Ibidem*, p. 16.

tenham ocorrido numa determinada situação espaço-temporal e não noutros contextos situacionais.

O termo *Sociolinguística* é de contornos bastante imprecisos, e semanticamente equívoco, quer em relação aos autores, quer em relação ao seu objecto; efectivamente existem muitas outras disciplinas afins e outras que recortam os mesmos materiais, sendo difícil discriminar onde começam e acabam as várias ciências que incidem no mesmo campo de estudo: Etnolinguística, Sociologia da Linguagem recortam (*recoupent*) mais ou menos os mesmos objectos de estudo e campos de acção. P. Osório defende que, através do recurso à Sociolinguística Histórica, conseguimos mais facilmente determinar o curso evolutivo de alguns fenómenos linguísticos e datar esses mesmos fenómenos¹⁶⁴. Como é sabido a diacronia pressupõe o somatório de trabalhos ou acumulação de estudos linguísticos singulares de carácter sincrónico de fronteiras temporárias mas claramente definidas.

Sapir reparou que os homens e as mulheres da tribo dos Yanas utilizavam formas gramaticais e lexicais diferentes¹⁶⁵. William Labov verificou que certas variações fonéticas do Inglês falado em N.Y. apresentam uma estreita correlação com a origem social. O mesmo autor reparou nas diferentes formas de realização de fonemas em diferentes situações de comunicação, como falar em público ou ler em voz alta. Os desvios variam em função do estatuto sócio-económico do falante¹⁶⁶. Estes estudos confirmam a dupla função do código linguístico: a função de *representação* e a função *expressiva* que revelam respectivamente, além de instrumento de comunicação, o reconhecimento social e várias características do locutor como sejam a “região de origem, a profissão, o nível de educação”¹⁶⁷.

Os sociolectos e as gírias que identificam níveis etários, classes profissionais e regiões têm a função de reconhecimento e integração no grupo de pertença. Estes registos específicos caracterizam-se não só pelo vocabulário particular, mas também por traços sintácticos e fonéticos.

A Sociolinguística inglesa descreve atitudes linguísticas diferentes segundo as várias regiões, sobretudo no seu modo de utilização. Um inquérito realizado na Grã Bretanha sobre as variações da comunicação entre a mãe e o filho detectou divergências sensíveis entre famílias da classe média e da classe operária em vários pontos, entre os quais a Linguagem. As variações sociais na utilização da língua coincidem muitas vezes com as particularidades geográficas, como é o caso das

¹⁶⁴ - *Ibidem*.

¹⁶⁵ - in Favrod C. H., *A Linguística - Enciclopédia do Mundo Actual*, Pub. D. Quixote, Lisboa 1980, p. 190.

¹⁶⁶ - *Ibidem*.

¹⁶⁷ - *Ibidem*, p.190.

diferenças entre o Espanhol e o Romeno que se devem a distintas formas de romanização nas regiões do Império. Enquanto na Ibéria a latinização foi realizada por colonos cultos e urbanos, na província da Dácia instalaram-se colonos incultos e rurais. No tempo de Cícero alguns nomes recuperaram um |s| final que tivera caído em desuso. Ora os profanos das regiões periféricas ignoravam essa evolução.¹⁶⁸

Antoine Meillet diz que *as inovações linguísticas são determinadas pelas condições sociais*¹⁶⁹. M. Cohen refere que os numerosos dialectos derivam dos troncos comuns das grandes línguas. Os desvios em relação à língua materna variam consoante os grupos a que o indivíduo pertence nos diferentes momentos da sua vida: família, trabalho, bairro, classe, etc. Cada integração provoca o emprego de certas formas linguísticas variantes da língua materna. Assim para o mesmo autor, a evolução das palavras locais ou sociolectos varia em função do grau de *endogamia / exogamia* de uma comunidade¹⁷⁰. No mesmo sentido Alt Sommerfeilt procurava tipos de estruturas sintácticas próprias dos nómadas e dos sedentários, respectivamente. O antropólogo R. P. Schmidt observou que a construção de frases em que o determinante se encontra ao princípio (exemplo: a fulano pertencer casa - segundo o esquema DVN Determinante, Verbo, Nome) pertenceria a um período anterior ao matriarcado e de cultivo do solo. No período posterior em que a terra é objecto de apropriação, a evolução deu-se para o esquema NVD (Nome, Verbo, Determinante – Casa pertencer a alguém)¹⁷¹.

Foi M.Cohen que relevou a influência dos centros urbanos no desaparecimento dos falares locais, e defendia que a Sociolinguística, mais do que uma nova disciplina em que acabou por tornar-se, estabelecesse determinadas relações e pontes entre a Linguística e a Sociologia¹⁷².

Na linha de Cohen, P. Osório inicia uma aproximação da Sociolinguística com a História, provando e explicando a ascensão da Sociolinguística a ciência¹⁷³. Se ao nível sincrónico se podem comparar as variações linguísticas em função dos factores externos às mesmas, também se podem comparar sincronias sucessivas no passado. O autor defende que os motivos das mudanças e variações linguísticas são ou *de nível estrutural sistemático e interno* ou têm motivações externas ao campo linguístico e pertencem aos *domínios social, geográfico, político, cultural, entre outros*. O autor

¹⁶⁸ - in Favrod C. H., *A Linguística - Enciclopédia do Mundo Actual*, Pub. D. Quixote, Lisboa 1980, p. 190.

¹⁶⁹ - *Ibidem*, p.190.

¹⁷⁰ - *Ibidem*.

¹⁷¹ - *Ibidem*.

¹⁷² - *Ibidem*.

¹⁷³ - Paulo Osório, 2004, *Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior*, capítulo III, Contributos da Sociolinguística para o Estudo da Mudança Linguística, p.134.

apresenta um esquema de representação das alterações e dos *filtros de selecção* (...) e dos *filtros de difusão* que aqui apresentamos esquematicamente:

Fontes de Inovação → *Inovações* → *Filtro de Selecção Linguístico* →
Variantes → *Filtro de Difusão* → *Mudança Linguística*

A Sociolinguística aplicada à Linguística Histórica fornece o método de investigação aos processos de mudança; aplica a fenómenos passados descobertas recentes, no âmbito da análise das mudanças e descreve com mais clareza de que modo os processos linguísticos passados se reflectem no presente.

As variações das comunidades falantes são também determinantes para as mudanças linguísticas. Os estruturalistas e sobretudo os neogramáticos defendiam o princípio da regularidade das leis fonéticas e o carácter homogéneo das línguas; ao contrário do sociolinguista Labov que intervém com um conceito diametralmente oposto. Este conceito releva o carácter heterogéneo das comunidades falantes e defende até uma Sociolinguística Variacionista, cujos factores de variação são de carácter social *nomeadamente género, idade, estrato sócio-cultural, raça, etc*¹⁷⁴. Acrescenta ainda que estas variações não são casuais, nem *fortuitas*, mas apresentam formatos regulares e de carácter sistemático. Além das motivações das mudanças linguísticas já referidas, Eugénio Coseriu apresenta uma sistematização que vai desde o ponto de partida ao ponto de chegada, incluindo o próprio processo de mudança:

Inovação → *Difusão* → *Mudança (consolidação)*

Segundo a abordagem histórica de P. Osório, as mudanças trazem novas formas linguísticas que podem coexistir com as formas antigas, por vários séculos¹⁷⁵. O autor reconhece que quanto mais bem estudadas forem as várias sincronias (estádios de natureza funcional) mais perfeito será o conhecimento dessa diacronia, já que são as várias sincronias que integram uma diacronia¹⁷⁶.

As duas vertentes, Estrutura e Função não se opõem; pelo contrário integram-se dialecticamente: a Estrutura dimana do sistema interno de funcionamento e este (a Função) implica a mudança. Estes dois aspectos, um interno e o outro aberto ao exterior; um sistémico, estrutural; o outro funcional, transformacional não constituem pólos antagónicos, mas integram uma unidade ou uma totalidade, comuns a todas as

¹⁷⁴ - *Ibidem*, p. 139.

¹⁷⁵ - *Ibidem*, p. 138.

¹⁷⁶ - Osório P. et al, *Introdução à História da Língua Portuguesa*, ed. Cosmos, 2008, p.19.

línguas que são a *gênese e o desenvolvimento* das mesmas. Assim as línguas gozam de uma dinâmica interna que lhe dão o carácter de unicidade e de homogeneidade e ao mesmo tempo recebem uma pulsão funcional de variação no impacto com as mudanças, o que lhe confere a tal heterogeneidade. E é nessa heterogeneidade que se inscreve e reside a dimensão histórica e evolutiva que é também uma característica inerente ao funcionamento das línguas¹⁷⁷. As línguas não são, deste modo, um fenómeno estático, um *ergon* – isto é, um produto – mas uma *energeia* – isto é, um processo de desenvolvimento¹⁷⁸.

As línguas transformam-se no percurso do tempo. Enquanto a sincronia se refere à natureza/estrutura e funcionamento do sistema linguístico, a diacronia debruça-se sobre a evolução do mesmo. Numa perspectiva saussuriana, a fala como aspecto funcional da língua determina a sua evolução e transformação, mas é a própria língua que acaba por mudar ao longo do tempo sob a influência dos vários factores já assinalados (a criatividade, a funcionalidade e a influência externa). Cada sincronia é ao mesmo tempo um ponto de chegada, mas também de partida para uma outra diacronia; *cada evolução isolada* criará uma nova sincronia¹⁷⁹.

A Linguística Diacrónica, também chamada Linguística Histórica, permite-nos analisar fenómenos de mudança e alterações linguísticas num determinado período temporal. No caso presente, ao estudarmos as especificidades linguísticas da região de Beja temos a consciência de que elas são o resultado de processos históricos ocorridos na região, cristalizados hoje numa determinada sincronia.

2. Análise do Dialecto Pacense

O *falar alentejano*, sobejamente conhecido de todos os portugueses, é, talvez, o primeiro traço identificativo do alentejano, o que constitui, verdadeiramente uma marca. No entanto, não existe um *falar alentejano* único em toda a região, pois, apesar de distinto do resto do país, também no Alentejo ele varia de vila para vila e de cidade para cidade. É sobretudo o seu carácter cantante, lento, arrastado e dolente que o torna específico, como diz Agostinho Fortes:

embora o dialecto alentejano possua características gerais inconfundíveis, o certo é que de terra em terra há diferenças curiosas, especialmente no vocabulário, dignas de nota. O falar alentejano é cantante, arrastado, dolente, reflectindo, sem dúvida, nessa dolência, a saudade das suas vastas planuras a perder de vista. Mas nesse mesmo

¹⁷⁷ - *Ibidem*, p. 20-21.

¹⁷⁸ - Humbolt cit. Por Osório P. (2008).

¹⁷⁹ - Osório P. et al (2008).

*cantante, nessa mesma dolência há graus que a ouvidos, ainda aos inexpertos, não passam despercebidos. Assim a modulação do som, o arrastado da pronúncia, diverge entre povoações vizinhas.*¹⁸⁰

No Alentejo, como em qualquer lugar, as especificidades da língua são a acumulação feita dos vestígios das línguas faladas pelos diferentes povos que lá viveram. Neste dialecto, se assim se pode chamar, são notórios os vestígios da ocupação árabe pois eles enriqueceram o vocabulário, mantendo a gramática latina, sendo que as duas línguas eram demasiado diferentes para se penetrarem¹⁸¹. Os nomes abstractos são na sua maioria latinos. Muitos nomes concretos são de origem árabe como os nomes de impostos, cargos civis ou militares, peças de vestuário, objectos de uso comum, termos da ciência, artes e ofícios, entre outros.

Ao longo dos tempos a língua popular vai-se deturpando devido à criatividade, à funcionalidade e até à ignorância dos falantes. Verifica-se que é nas regiões mais isoladas, fora da influência de outros falantes que a língua mantém as suas formas mais arcaicas. Esse facto permite fazer estudos de natureza antropológica, etnográficos, etc., uma vez que o estudo semântico das palavras, dos provérbios e cantigas nos dão informação muito importante sobre o modo de vida, a moral e os costumes dessas comunidades.

Neste estudo do sociolecto de Beja comecei por efectuar a pesquisa bibliográfica sobre o tema e verificar na relação com os meus alunos, colegas e pais se, ainda hoje se mantinham essas especificidades. O passo seguinte consistiu em sistematizar e categorizar a riqueza fillológica e prosódica do falar pacense nos seus aspectos mais visíveis e comuns que passo a enumerar:

– geralmente o povo usa os pronomes pessoais forma de sujeito em verbos indefinidos, impessoais ou defectivos: ex: *ele há pessoas a quem a gente não pode confiar* ou ainda como partícula de realce em expressões como: na construção sintáctica */qu' é dele/*, como nos exemplo: */Qu' é dela a mãe?/, /Qu' é dele o gato?;*

– a metátese ocorre muito frequentemente, seguindo a lei do menor esforço na pronúncia dos fonemas o que é muito comum na linguagem popular: */ abundãça /* por *< abundância >*; */ Antóino /* por *< António >*;

– a pronúncia final do verbo *< acreditar >* com um */ i / / acreditar /*, acontece sempre que a palavra termina em líquida, */r/ e /l/;*

em Moura, Serpa e Baleizão a pronúncia final é em */a/*: [*□kr□ditar□*]

¹⁸⁰ - cit. por Delgado M. J., *A Linguagem Popular do Baixo Alentejo e O Dialecto Barranquenho*.

¹⁸¹ - Conde de Ficalho, *Notas Históricas acerca de Serpa e o Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*.

ou [kãrditar], por < acreditar >. No concelho de Beja, as mesmas formas verbais terminadas em líquida pronunciam-se com /e/: [kãtar] por < cantar >, [trãbãar] /por < trabalhar >¹⁸²;

– aglutinação do /a/ a uma forma verbal: / *amandar* / por < mandar >;

– é vulgar o emprego das formas /*no*/, /*na*/, em vez de /*o*/ e /*a*/, quer estes sejam artigos definidos ou pronomes demonstrativos: ex. *bem na sabes*;

– a terminação /*ei*/ do pretérito perfeito é substituída por /*i*/, por analogia com a terminação no mesmo tempo verbal dos verbos da 2ª e 3ª conjugações. Trata-se de um fenómeno que acontece em todo o Alentejo: exemplo: *ami* (amei); *canti* (cantei)¹⁸³;

– em Beja, verificamos o uso de formas arcaicas como [sõ] por < sou > ou < são > (verbo ser): exemplo: [e ã sõ] *desconfiada*. Ou ainda as formas verbais do presente do indicativos dos verbos < ser >, < tar > (estar) e < ir > que aparecem como /*sô*/ (próclise), /*és*/ (e eis), /*éil*, /*somos*/, /*sã* / (próclise); /*tôl*, /*stoul* (próclise), /*tás*/, /*tá*/, /*tâmos*/, /*tãl*/; /*vô*/ (próclise), /*vás*/ (vais), /*vamos*/ e /*vã*/¹⁸⁴. Também a forma /*pêra*/ em vez de < para > é um arcaísmo muito recorrente;

– o /*s*/ no começo das palavras equivale a /ç/, como por exemplo /*çapato*/, /*çapo*/, por < sapato > e < sapo >;

– ainda podemos ouvir os imperativos [süb] e [küR], dos verbos subir e correr, o que acontece nos verbos de tema em < e > e < i > que se pronunciam em /*i*/ e /*u*/, respectivamente. Também o < e > e < o > que precedem a sílaba final do infinitivo são ouvidos como /*i*/ e /*u*/ nos exemplos: /*aprinde*/ (aprende), /*entinde*/ (entende), /*time*/ (teme), /*esculhe*/ (escolhe), /*sufre*/ (sofre), /*fuge*/ (foge), etc.¹⁸⁵;

– como vimos em alguns exemplos apresentados os ditongos orais e nasais < eu >, < ou >, < ei >, < ão > e < ai >, reduzem-se, por próclise, na pronúncia a /ê/, /ô/, /êl/, /ãl/, /ál/, respectivamente;

também acontece o contrário, isto é, fazer ditongo onde ele não existe, como nos exemplos: /*deseija* / por < deseja >, /*igreija* / por < igreja >, /*seija*/ por < seja >;

– em Beja também se diz [amãe], [amãej] por < amanhã >;

– é muito frequente o uso da 2ª pessoa do plural, em vez da 2ª pessoa do singular, no pretérito perfeito simples do modo indicativo. Isto explica-se pela mudança no modo de tratamento que, mesmo nas relações familiares e íntimas era, antigamente, usado o *vós* e não o *tu*, como podemos ver nos exemplos:

Ê, vi, tu vistes, nós vimos *Fostes-te gabar ô Porto*

¹⁸² Delgado M. J., *A Linguagem Popular do Baixo Alentejo E O Dialecto Barranquenho*.

¹⁸³ - *Ibidem*.

¹⁸⁴ - *Ibidem*.

¹⁸⁵ - Dr. José Joaquim Nunes, *Crestomatia Arcaica*, cit. por Delgado M. J., *A Linguagem Popular do Baixo Alentejo E O Dialecto Barranquenho*.

*Fali, falastes, falámos,
Disse, dessestes, déssemos,
Ami, amastes, amámos*

*Que me destes um cruzado
Tamêi ê te di um lenço
Pelas minhas mãs bordado¹⁸⁶;*

– verificamos muitas vezes a troca na pronúncia de /na/ (ou /am/) por /en/ (ou /em/) e vice-versa; ou ainda /en/ (ou /em/) por /in/ (ou /im/). Assim diz-se: [ãgr□sadu] por < engraçado >, [ãkrãñadu] por < encarnado >, [ãtr□r□] por < entrar >, [ãb□r□] por < embora >, [ãtr□] por < entre >, [ãt̃w] por < então >, [ẽt□jnu] por < António >, [□diãt□] por < adiante >, [□nt□r□] por < jantar >, [ẽdurj□□] por < andorinha >, [lẽp□z□] por < limpeza > [ẽpurtãt□] por < importante >, [ẽtr□v□lu] por < intervalo >, [ẽgratu] por < ingrato >, [ẽteru] por < inteiro >, [ẽβ□□] por < inveja >;

– em Beja o /é/ tónico de uma palavra é pronunciado muito aberto, por exemplo: /Béja/, /meul/, /seul/, /quisesse/, etc;

– também o /á/ tónico é pronunciado /ê/. Assim temos: /engrêto/, /burêco/, /criêdo/, /cajêdo/, etc., em vez de < ingrato >, < buraco >, < criado > e < cajado >;

– existe a tendência para que as palavras agudas terminadas em < e > sejam pronunciadas em /ei/, acrescentando assim um /i/, pelo que se diz /chaminé/, /péi/, /féi/, /Zéi/, etc. em vez de < chaminé >, < pé >, < fé > e < Zé >, respectivamente;

– também encontramos algumas aféreses, supressão de letra ou letras no princípio da palavra, como por exemplo em /brunho/ em vez de < abrunho >;

– existem muitas alterações dos nomes próprios como: /Ófrásia/, /Ósébio/, /Catrina/, /Arraúl/, /Jerolmo/, /Ennácio/, /Jâquim/, /Frigéni/, em vez de < Eufrásia >, < Eusébio >, < Catarina >, < Raúl >, < Jerónimo >, < Inácio >, < Joaquim > e < Efigénio >;

– ainda se utilizam muito as formas arcaicas nominais e verbais /creo/, /crea/, do verbo arcaico /creer/, bem como /leo/, /lea/, /chea/, /cheo/, /feo/, /fea/, /alheo/, /meo/, /passeo/, /candea/, etc.;

– ouvimos muito frequentemente as formas /chigou/, /chigámos/, /chiguí/, /cheguí/, em vez de < chegou >, < chegámos >, < cheguei >; bem como a forma verbal /pidir/, /despidir/, /firir/, em vez de < pedir >, < despidir >, < ferir >, respectivamente;

– é normal o uso de orações subordinadas gerundivas que exprimem circunstâncias de tempo ou condição e em que o gerúndio se aplica à segunda pessoa do singular, adicionando um /s/ final ao gerúndio, por exemplo /em sabendos/ por < ao saber >. Do mesmo modo o povo constrói o futuro do conjuntivo como se pode ver nos exemplos: /em sendem/ por < logo que sejam >, /em comendem/ por < quando comerem >;

¹⁸⁶ - Delgado M. J., *A Linguagem Popular do Baixo Alentejo E O Dialecto Barranquenho*.

Dentro deste tema, queremos ainda fazer referência a algumas formas de tratamento social que ainda se ouvem e chamam a nossa atenção. Observamos que os alunos e os colegas, apesar de não serem da mesma família, se tratam por *mano(a)* ou *primo(a)*, mas porque são pessoas mais ou menos da mesma idade com algum grau de intimidade. Nos meios mais populares é muito frequente ouvir o chamamento de *tio(a)* para os mais velhos, o que é sinal de alguma proximidade afectiva e não de relação familiar. No entanto, esta expressão também se ouve nas nossas aldeias beirãs. O termo *compadre* tão próprio do Alentejo é outra forma de tratamento afectivo, de origem religiosa, pois está ligado ao vínculo do baptismo ou casamento, mas no Alentejo generalizou-se a conhecidos e desconhecidos¹⁸⁷.

Os aspectos linguísticos aqui descritos foram aqueles que conseguimos confirmar e identificar no terreno e transcrever.

3. O Cante Alentejano

Segundo A. Marvão, o *Cancioneiro Alentejano* é o maior do país. Este investigador e colector de *modas* (cantigas populares que acompanham a dança) alentejanas fez uma primeira recolha em 1920 na Amareleja e, posteriormente, uma outra em todo o Alentejo. Depois da classificação desses cantares que o autor efectuou com a colaboração de Mário de Sampayo Ribeiro, procedeu-se à sua publicação. João Ranita da Nazaré também fez algumas publicações e sobretudo favoreceu a grande divulgação do Cante Alentejano através dos meios de comunicação social, nomeadamente a RDP e RTP¹⁸⁸. Marvão considera que esta grande divulgação se, por um lado teve aspectos positivos, por outro levou a que o mesmo perdesse muita da sua *espontaneidade e simplicidade*¹⁸⁹; já que elas têm que evoluir de forma muito lenta e cautelosa, para poderem ser consideradas folclóricas, e para que um património antiquíssimo e de muito valor não seja destruído. Com a divulgação destas *modas*, elas perderam a espontaneidade quando substituíram os prolongamentos das frases por pausas rígidas e precipitadas. Na realidade as *modas* antigas recorriam ao corte de palavras (*solução eclesiástico*), isto é, a palavra era dividida ao meio (ex:vi – pausa – da) para respirar, enquanto as *modas* modernas cortam a última sílaba ou eliminam-na, não a pronunciando. Foi assim que artistas famosos como o Trio Odemira e o Trio do Guadiana deturparam esta modalidade folclórica.

¹⁸⁷ . Casteleiro de Goes, op. Cit..

¹⁸⁸ - MARVÃO, A. (1997). *Estudos sobre o Cante Alentejano*. Lisboa: INATEL.

¹⁸⁹ - *Ibidem*.

Marvão considera que o que distingue o cante alentejano de outros cantos folclóricos

é a sua polifonia, a sua tonalidade sempre maior, a sua tendência fabordista e o seu sistema de agrupamento de modas que principiam no mesmo grau – a subdominante – e ainda uma gama de cadências do mesmo tipo, quase sempre inseridas num dos antigos modos gregorianos.

Esta polifonia libertou-se do *instrumental* a que o canto estava sujeito no século XII para se tornar uma entidade musical própria. Neste processo musical moldaram-se sistemas modais antigos com sistemas tonais mais recentes que deram origem às chamadas *modas*.

O cante alentejano tem um carácter único entre todas as tradições locais do mundo, pois as inflexões do sotaque do falar regional modelam e enformam a sua musicalidade: caracteriza-se por ritmos específicos, pontuados em andamentos lentos que lhe conferem a sua cadência própria, profundamente nostálgica e mística e assim na sua estrutura harmónica é visível a polifonia popular do Alentejo.

O carácter polifónico do cante, bem como os modos e as estruturas melódicas do mesmo, podem, segundo alguns autores, ajudar a explicar as suas origens. Existem muitas explicações e propostas que tentam atribuir a sua origem, tanto na cultura árabe, como na russa ou eslava e até mesmo às óperas italianas; mas a hipótese mais fundamentada é aquela que atribui a sua origem às formas do Canto Gregoriano, o Cantochoão. Esta é a mais verosímil, pois no século XV existia em Serpa uma escola de canto popular dirigida pelos frades da Serra d'Ossa. Esta escola durou até à extinção das ordens religiosas em 1834. De seguida formaram-se duas sociedades orfeónicas e dez anos depois estas sociedades deram origem a duas bandas, uma delas chamada A Farrapo. Isto explica o facto do Cante Alentejano não ser assim tão espontâneo, mas ser o resultado de algum trabalho e erudição, quer na música, quer na letra.

Outra razão ainda, segundo Marvão, é a da sua semelhança com o Canto Gregoriano em que a música tem que ser escrita para vozes e não para instrumentos, segundo o sistema modal grego para atingir os fins melódicos¹⁹⁰. A música das *modas*

¹⁹⁰ - Segundo Marvão, in op. cit.: *o sistema modal permitia que as melodias tivessem os semitons em sítios diferentes dos das escalas. Com o aparecimento da harmonia e da tonalidade depois do milénio vocal, o sistema grego foi substituído pelo nosso sistema tonal: escalas diatónicas com dois semitons, um do 3º para o 4º grau e outro do 7º para o 8º, tendo o cante alentejano vestígios dos antigos modos gregos e não dos modernos. O facto de estes modos gregos se terem fundido e de todas as modas terem a tonalidade maior leva-nos a pensar numa relação com o Fabordão e o soluço eclesiástico com a música religiosa da Idade Média.*

alentejanas tanto pode expressar-se pela forma modal como pela tonal. Os finais das *modas* são todos a descer por graus conjuntos do 2º ao 7º grau. Muitas *modas* têm a dominante na primeira frase, o que dá ênfase à *moda* e ao cante e outras onde aparece o *trítone*. A origem das *modas* alentejanas, segundo Marvão, consistirá no aparecimento do sistema tonal ou na passagem do modal para o tonal, nos séculos XIII-XIV:

Os estudos feitos, nestas perspectivas apontam para uma simbiose das três hipóteses, como responsáveis pelo aparecimento do cante alentejano. É uma polifonia, estão nela integrados os dois sistemas, o modal e o tonal e ainda a religiosidade do Fabordão.

Algumas *modas* têm dois graus de escala o 4º e o 7º que são representativos do sistema modal inserido na polifonia tonal das mesmas. O 4º grau sobe meio tom e o 7º desce meio tom em relação à tonalidade da *moda*:

*estamos na presença do modo mixolídio, resultando daí duas escalas sucessivas e independentes. Uma a ser cantada pela segunda voz, a modal, e a outra pela primeira, a tonal.*¹⁹¹

O mesmo autor considera que o cante alentejano não tem regência e o compasso deve ser livre. As pausas devem ser feitas nos finais das frases musicais, preenchidas pelo Alto.

No sistema tonal vigente há duas tonalidades: o tom maior que é usado para expressar sentimentos de alegria e o menor, para exprimir a tristeza. Na maior há ainda os tons claros e os tons escuros. Os primeiros construídos com sustenidos e os segundos com bemóis. O facto das *modas* alentejanas serem escritas nos tons maiores e exprimirem dor e saudade, explica-se, segundo Marvão, pela fusão dos antigos modos eclesiásticos, os modos gregos com o sistema tonal vigente.

A tese que defende a origem árabe deste canto cai por terra, porque quando estes ocuparam o Alentejo, já o Cristianismo existia com as suas práticas que vinham desde o século V, as quais poderão ter influenciado os Árabes na sua criação musical que, aliás, é muito diferente da do Cante Alentejano que tem escalas diatónicas e não modais, nem pentatónicas como têm as dos Árabes.

Marvão também contraria a tese de manifestação de natureza política e de revolta do povo:

Servia, isso sim, o trabalho, o descanso, a alegria, a tristeza e a vida e a morte. A planície alentejana era uma catedral imensa e solitária, tendo como abóboda o lindo céu azul, onde ecoavam os seus cantares dolentes e melodiosos (...) O cante foi

¹⁹¹ - Marvão A., op. cit..

assimilado colectivamente. Era de todos e para todos. Forjava-se e aprendia-se no trabalho ou no descanso, na rua ou na taberna.

O cante alentejano acompanhava os trabalhos rurais de antigamente, lavouras, mondas, debulhas; nos dias de descanso cantava-se nas vendas, nas ruas, nos largos, nas tabernas, juntavam-se os amigos, davam os braços e lá iam, melancólicos, com o seu passo vagaroso e cadenciado cantando as modas nostálgicas e sentimentais.

Através do estudo das modas é possível conhecer a vida do povo, das suas tradições costumes, psicologia, crenças, hábitos, desejos e comportamentos, pois elas eram um meio de comunicação, em qualquer momento e em qualquer lugar, cantadas nas festas, nas romarias, no trabalho, de noite ou de dia, em dia de casamento ou nas sortes, era uma forma de estar. A moda cantada nos casamentos era a da *Marianita és baixinha*, que é uma excepção no que respeita à polifonia com as duas vozes descendo a quintas perfeitas num compasso, e não em terceiras paralelas como é costume.

Depois das mondas cantava-se *A Mondadeira*, nas ceifas e *A Ceifeira Linda Ceifeira*. Quando o militar partia para a tropa cantava-se a *Senhora do Livramento*; nas romarias a *Nossa Senhora d'Aires*; aos bem casadinhos, cantava-se a *Senhora da Neve*; no Natal, canta-se *Meninos*; nos Reis *Os Três Cavalheiros*; na Quaresma os *Cantos Penitenciais* e na Páscoa, as *Aleluias*. Os temas que predominam nestas modas são a saudade, o amor, a morte do jovem ou da donzela, a oliveira que dá o azeite, o monte a cabana do pastor, o pavão e o pardal, o jardim e as flores, as frutas, a mãe e a carta do namorado, os nomes das terras, os rios e ribeiras, os nomes de pessoas, enfim, o quotidiano e tudo o que nele existe de significativo. Estes temas eram desenvolvidos em versos de cinco ou sete sílabas, redondilha menor e maior, respectivamente e nessa medida podemos dizer que já é poesia. De um modo geral estes poemas não tinham estribilho, mas existem muitas modas em que ele aparece, mas é acrescentado para dar mais realce à cantiga e dirige-se à namorada. Sob o ponto de vista psicológico, o estribilho é uma explosão de alegria. Existem modas coreográficas que animavam os bailes. Marvão escreve:

Formavam-se os pares, rapazes e raparigas, voltados uns para os outros, e em compasso de três tempos marcavam o ritmo do primeiro tempo fazendo estalar as pontas dos dedos polegar e médio, enquanto dançavam para a direita e para a esquerda, sempre em frente um do outro, e se deslocavam em volta fazendo uma roda.

Havia ainda outras modas que os alentejanos dançavam no Entrudo, nos mastros de S. João e S. Pedro, nos casamentos e quando chegavam das sortes. Este era o outro lado do cante alentejano, alegre e divertido.

Os cantadores cantam em grupo constituído pelo Ponto, o Alto e as segundas vozes:

*O Ponto começa a moda sozinho, cantando, em geral, apenas duas linhas do verso. Cala-se e, em seguida, o Alto, a uma terceira maior da melodia, que principia a ser cantada, levanta a voz sozinho também, numas escassas notas apenas, juntando-se-lhes depois as segundas vozes*¹⁹².

Por razões de *natureza moral*, estes grupos eram unicamente constituídos por homens o que confere ao cante um carácter viril. O seu ritmo vagaroso estava associado ao passo lento dos animais que puxavam o arado ou os carros e carroças, trabalho que era feito por homens.

O *Ponto*, um dos elementos da segunda voz, começa, apresentando a *moda*. Depois entra o *Alto*, com uma actuação mais sóbria, continuando a moda numa terceira maior superior. Em seguida vêm as segundas vozes. No fim das frases musicais o *Alto* preenche os espaços vazios, as pausas, com uma intervenção que se chama *vaia* a que se juntam as segundas vozes. Este modelo está de acordo com o do Fabordão e com a sua antifonia ou exposição do tema. Nos nossos dias é raro seguir-se este modelo, não fazendo *vaia*s e entrando o *Alto* e as segundas vozes ao mesmo tempo, o que não é correcto.

¹⁹² - in Marvão A., *A Fisionomia do Cante Alentejano*, p. 14, cit. por José Bettencourt da Câmara no prefácio de *Estudos Sobre o Cante Alentejano*.

Capítulo IV. Conclusão

No final do trabalho, inevitavelmente, o mesmo surge tabelado pelos limites do tempo, quer da elaboração, quer da entrega, e avultam as sensações de outros limites, quer pessoais, quer profissionais que impedem o aprofundamento de alguns temas como seja a procura de traduções de poetas muçulmanos aqui nascidos; e o tempo disponível para visitar alguns lugares referidos de forma livresca sem contraste visual e presencial, e até a nível de conhecimento a procura e confronto com algumas fontes bibliográficas que seria importante contrastar. Mas resta a satisfação de ter aberto os horizontes para uma parte da Geografia, da História e da Cultura do país tão longe das minhas raízes nortenhas e que de alguma maneira se apresenta tão diferente desta região.

O meu enriquecimento pessoal na elaboração deste trabalho resultou, verdadeiramente, relevante: veio dissolver algumas dúvidas que tinha sobre a colonização do Alentejo, a descoberta do valor da cultura islâmica na península e sobretudo a sul do Tejo; o reconhecimento da importância estratégica, política, comercial e agrícola da cidade de Beja.

Pelo menos em alguns compêndios parece que certas referências à cultura muçulmana foram preteridas ou sacrificadas ao vigor dos cruzados visionários do norte. Igualmente, algumas perspectivas históricas não dão o devido relevo à quase atávica luta dos povos e das gentes contra o domínio dos senhores que tanto os protegiam como condicionavam a sua penosa e longa luta pelas autonomias locais e municipais que as cartas régias vieram finalmente consignar. A surpreendente riqueza patrimonial coloca esta cidade como a *rainha da planície*, ela que para minhas referências passadas jazia no anonimato, como uma cidade de passagem, amorfa, dormente e quase inócua. Depois deste estudo tornou-se uma cidade que renasceu repetidas vezes das suas cinzas; encheu-se de imagens, de heróis, de histórias de lendas e mitos de evocações telúricas ancestrais, de figuras de referências épicas de guerras e tratados, de traições, forais desaparecidos, outros de duvidosa publicação, referências surpreendentes e descobertas imprevisíveis numa pobre Beja que é hoje, para mim, uma cidade plena de significado, o que prova o aforismo escolástico *só se pode amar aquilo que se conhece*.

A urgência do tempo de investigação foi um obstáculo quer para o aprofundamento, quer para o amadurecimento, pelo que muitas vezes o recurso a sínteses alheias foi uma inevitabilidade, pelo que, no terreno, a investigação não foi, naturalmente em primeira mão, porque apenas inventariámos os dados identificados e confirmados, coincidentes com as referências bibliográficas.

Na realidade verificámos que já não é tão generalizado o típico *falar alentejano* pois a cidade está cheia de gente de fora e muitos dos seus naturais viveram muitos anos noutras cidades. De facto é junto dos mais idosos que podemos ouvir esse dialecto. Mas a música, o arrastado, a dolência, o ritmo mantêm-se pois são um traço da personalidade do alentejano.

Num período em que se perspectiva a cultura como um *cluster*, é urgente e pertinente aprofundar o estudo destes temas para desenvolver o turismo, atraindo visitantes e fomentar a criação de postos de trabalho nesta área. O estudo e implementação da cultura corresponde não a uma contemplação estática de uma maneira erudita e privilegiada e entra no novo paradigma cultural que consiste em divulgar, democratizar e alavancar o património o que leva à melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes. Assim a preservação do património e da cultura transforma-se no factor de desenvolvimento de uma região por excelência.

Capítulo V. **Bibliografia**

ALBARELLO. L. et al (1997). *Prática e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

ANDRADE E.(2003), *Alentejo não Tem Sombra*. Ed. Asa, Porto

BALTAZAR, A., (1996). *A Continuidade Sociocultural e a Encruzilhada do Desenvolvimento Rural: um Concelho do Baixo Alentejo*. Évora: UE. Tese de Mestrado (cópia encadernada).

BAPTISTA, M., *Turismo 1997 - Competitividade Sustentável*, Ed. Verbo. Lisboa,.

BARDIN, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa. Edições 70.

BARZUN, Jacques2002, *Da Alvorada à Decadência: a História da Cultura Ocidental de 1500 aos nossos dias*. Rio de Janeiro : Campos

BENEDICT, R. (s.d.). *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil

BRAGA, T. (1986). *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*. Vol II. Lisboa: Dom Quixote.

BRANCO, J. F. & LIMA, P. (1997). *Artes da Fala*. Lisboa: Celta

BRANCO, J. F. (1987). *Camponeses da Madeira. As Bases Materiais do Quotidiano no Arquipélago*. Lisboa: Dom: Quixote.

BRITO, J. (org.) (1996). *O Voo do Arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia; Instituto Português de Museus; Ministério da Cultura.

COELHO, A. (1993). *Cultura e Educação Popular*. Lisboa: Dom Quixote.

COELHO, A. (1993). *Festas, Costumes e outros Materiais para uma Etnologia em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.

COELHO, A. (1993). *Obra Etnográfica. Vol. I: Festas, Costumes e outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.

COELHO, A. (1993). *Obra Etnográfica. Vol. II: Cultura Popular e Educação*. Lisboa: Dom Quixote.

COHEN M.(1973), *Manual para una Sociologia del Lenguaje*,ed. Fundamentos, Madrid

Conde de Ficalho, *Notas Históricas acerca de Serpa e o Elemento Árabe na Linguagem dos Pastores Alentejanos*

- CORTEZ, M. R. (1994). Cancioneiro de Serpa. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.
- CUTILEIRO, José (1977). Ricos e Pobres no Alentejo. Uma Sociedade Rural Portuguesa. Lisboa: Sá da Costa
- DELGADO, M. J. (1980). Subsídio para o Cancioneiro Popular do Baixo Alentejo. 2 vols. Lisboa: INIC
- DELGADO, M. J. (1983). A Linguagem Popular do Baixo Alentejo e o Dialecto Barranquenho. Beja. ADDB.
- DIAS J.(1956), Antropologia Cultural, A.A. ISCSPU, Lisboa
- DUBOIS J., et al., Dicionário de Linguística, ED.Cultrix, s/d
- FAVROD C. H.(1979), EDMA – Enciclopédia do Mundo Actual, A Linguística, Publicações D. Quixote, Lisboa
- FRANÇA, L. (1993). Portugal: Valores Europeus, Identidade Cultural. Lisboa: Dom Quixote
- FONSECA H. A. (1996), O Alentejo no Século XIX, Economia e Atitudes Económicas, ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa
- GAMARRA, Yolanda1998, La Cooperación Internacional em su Dimensión Cultural y el Progreso Del Derecho Internacional. Madrid : Mãe
- GOES, C. (1998). Beja. XX Séculos de História de uma Cidade, I e II volumes, Beja: Câmara Municipal de Beja.
- HESPANHA, P. (1994). Com os Pés na Terra: Práticas Fundiárias da População Rural Portuguesa. Porto: Afrontamento/CES.
- JANEIRINHO, L. (1998). Objectos de Vida. Museu Etnográfico de Serpa. Évora: UE. Tese de Licenciatura (policopia encadernada).
- LARAIA, Roque de B., Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001
- MARVÃO, A. (1997). Estudos sobre o Cante Alentejano. Lisboa: INATEL.
- MATTOSO, J. (1998). A Identidade Nacional. Lisboa: Gradiva/Fundação Mário Soares.

MAUSS, M. (1972). Manual de Etnografia. Lisboa: Pórtico.

MOUTINHO, M. (1980). Introdução à Etnologia. Lisboa: Estampa.

NAZARÉ, J (1986). Momentos Vocais do Baixo Alentejo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NAZARÉ, J. R. (1979). Música Tradicional Portuguesa – Cantares do Baixo Alentejo. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

NAZARÉ, J. R. (1984). Prolegomènes à l’Ethnologie de la Musique. Paris: Gulbenkian.

NOBREGA A. ET AL (2005), Caminhos de Futuro, ed. Viver Beja Programa Polis, Beja

O’NEILL, Brian (1984). Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Lisboa: Dom Quixote

OSÓRIO P.(2004), Contributos para uma Caracterização Sintáctico – Semântica do Português Arcaico Médio, tese de doutoramento, Un. da Beira Interior, Covilhã

PEIXOTO, R. (1995). Etnografia Portuguesa. Lisboa: Dom Quixote

PEREIRA, J. F. (1997). Corais Alentejanos. Lisboa: Margem.

PICÃO, J. S. (1983). Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos. Lisboa: Dom Quixote.

PITT-RIVERS, GODELIER M., CAVEING M.(1976), A Antropologia Social, ed. Rés, Porto

RODRIGUES, José Eduardo R. 2001, Património Cultural: análise de alguns aspectos polémicos. Revista de Direito Ambiental. São Paulo : Revista dos Tribunais,. jan/mar. 21. p 174-91

Revistas

Arquivo de Beja

Revista Crítica de Ciências Sociais

Internet:

<http://culturapatrimonial.blogspot.com/2008/01/gtico-mudjar.html>

<http://cicic.unizar.es/daroca/es/arte/Gotmudar.htm> Francisco Javier Garcia Marco

<http://direitoeconomia.blogdrive.com/archive/5.html> Prof. Doutor Jorge Rodrigues
Simão, História do Direito Português